

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ
GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Suyane de Lima Reis Fernandes

PLANTAS QUE CURAM:

O saber tradicional de mulheres indígenas tremembé da barra do mundaú - CE

Brasília

2023

Suyane de Lima Reis Fernandes

PLANTAS QUE CURAM:

O saber tradicional de mulheres indígenas tremembé da barra do mundaú - CE

Dissertação apresentada à Escola de Governo
Fiocruz, como requisito parcial para obtenção
do título de mestre em Políticas Públicas em
Saúde, linha de pesquisa, Saúde e Justiça Social.

Orientadora: Dra. Gema Galgani Silveira Leite
Esmeraldo

Coorientadora: Ma. Bianca Coelho Moura

Brasília

2023

F363p Fernandes, Suyane de Lima Reis.
Plantas que curam: o saber tradicional de mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú - CE / Suyane de Lima Reis Fernandes. -- 2023.
164 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientadora: Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.
Coorientador: Bianca Coelho Moura.
Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.
Bibliografia: f. 121-127.

1. Medicina Tradicional. 2. Mulheres Indígenas. 3. Plantas Medicinais. I. Título.

CDD 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Livia Rodrigues Batista - CRB-1/3443
Biblioteca Fiocruz Brasília

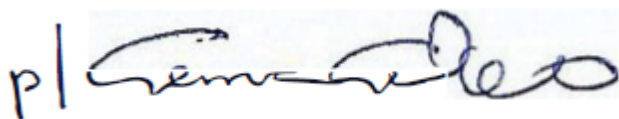
Suyane de Lima Reis Fernandes

Plantas que curam: o saber tradicional de mulheres indígenas tremembé da barra do mundaú - CE

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça Social.

Aprovado em 27/03/2023

BANCA EXAMINADORA



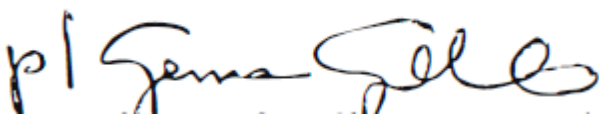
Dr.(a) Ana Claudia de Araújo Teixeira (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília)
1º(a) Examinador(a)



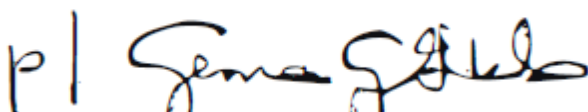
Dr.(a) Helena Selma Azevedo (Universidade Federal do Ceará)
2º(a) Examinador(a)



Dr.(a) Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília)
Presidente da Comissão Examinadora (Orientador(a))



Ma. Bianca Coelho Moura (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília)
Coorientador(a)



Dr.(a) André Luiz Dutra Fenner (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília)
Suplente

Dedico esse trabalho a todas as mulheres indígenas, especialmente as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú. A essas mulheres que constantemente lutam e resistem em defesa de seus territórios e de suas vidas. Essas mulheres são a raiz, a semente e a força de seus povos. Dedico à minha família que é meu porto seguro e ao Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora, que me apoiou incondicionalmente em mais uma jornada.

AGRADECIMENTO

A Deus onde minha fé aporta e se sustenta. A ele que me segurou cada dia até aqui e que me move na direção do justo e fraterno. Sem ele, nada seria possível.

À minha mãe amada, que é dessas mulheres inspiradoras, de fé e que escolheu cuidar do meu caminho desde antes desse plano terreno.

Ao meu companheiro André Moreira que colocou sua generosidade e amor à frente dos dias mais difíceis me incentivando na certeza de que no final, tudo teria valido a pena.

A todos os amigos e amigas que de perto ou de longe me auxiliaram nesse percurso.

A todo o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú, a cada um e cada uma de vocês, amigos e amigas que de diferentes formas tornaram possível essa vivência. Vocês são responsáveis por parte dos meus aprendizados de vida e espiritualidade.

Às mulheres Tremembé da Barra do Mundaú e aos profissionais de saúde que participaram desse trabalho, sem vocês não haveria pesquisa nem conhecimento compartilhado. Vocês são inspiração de luta, especialmente em contextos sociais e políticos tão perversos.

Aos encantados do povo Tremembé da Barra do Mundaú que não me permitiram desistir.

A minha amiga irmã Neila Santos, que sempre vivenciou e esteve de perto acompanhando essa jornada. Com ela, tenho vivido grandes aventuras nos últimos 18 anos. Ela me deu a mão, segurou firme e abriu caminhos todas as vezes necessárias. Obrigada por ter deixado tudo mais leve e mais gostoso de ser vivido.

À minha orientadora, amiga, Professora Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, gratidão por tudo. Gema querida, sua irmandade, sabedoria, leveza, prontidão

são essenciais na vida e foram fundamentais nessa jornada. Andar com você faz do percurso árduo uma caminhada de mão dada segura. Eu tenho muita sorte em tê-la comigo.

À minha coorientadora Bianca a quem recorri muitas vezes e que nunca me deixou cair. Gratidão Bi! Obrigada por todos os tempos de orientação e mais que isso, obrigada pelas partilhas. Espero que você saiba que nos momentos de dúvida sobre o caminho no trabalho com povos indígenas, sua certeza foi a minha também. Obrigada por ter aceitado esse convite, obrigada pela sua sempre grande generosidade.

À professora Ana Cláudia com quem tenho tido a oportunidade de aprender e crescer desde a especialização. Obrigada por me acompanhar até esse momento.

A Helena Selma ou Selminha, obrigada por me acolher nesse percurso. Tenho por você uma enorme admiração. O CETRA é maior porque pode contar com associadas como você.

À FIOCRUZ por essa oportunidade incrível.

À Virginia querida, obrigada por todo carinho e auxílio nesse caminho.

À Gislei pela sua condução, força e encorajamento todo o tempo.

Ao professor Jorge Machado que me animou também nessa construção. Jorge suas palavras foram alívio, graça e leveza.

A Andre Luiz Dutra Fenner, meu coordenador de mestrado, que sempre esteve por perto, que se disponibilizou por vezes e eu aceitei claro, suas orientações. Obrigada por ter pisado o chão Tremembé da Barra do Mundaú comigo.

À minha Turma de Mestrado, muito obrigada pelos aprendizados e pelas trocas de experiência. Vocês foram essenciais no caminhar.

Ao meu Núcleo de Aprendizagem e Ensino (NAE) - Flor de Mandacaru, as amigas de antes desse mestrado, que comigo seguem desde a especialização, Mayara e Larissa, e

aos meus novos amigos presentes deste, Margarida, Dorinha e Bruno. Tenham certeza de que vocês foram indispensáveis nessa construção. Passar por essa experiência com o mestrado num contexto duplamente adverso, primeiro pelo terror do conservadorismo, depois pela pandemia da Covid 19, não foi fácil. Mas, construir, trocar, rir e chorar tendo vocês ao lado tornaram o percurso prazeroso. Nos amparamos uns nos outros e cada dificuldade foi vencida ao lado de vocês.

Ao Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA, obrigada por me permitir dedicar o tempo possível aos estudos. Obrigada pela liberação para as vivências em cada etapa de qualificação profissional. Obrigada por apostar e investir nessa jornada comigo. Não é fácil conciliar os tempos de trabalho com um mestrado profissional, acumulando a tarefa de mãe, cuidadora e tantas outras. Sei que chegar até aqui só foi possível, porque estou num campo diferenciado, em que a compreensão sobre o continuar de um processo formativo é a defesa de dias mais justos e libertadores no campo progressista.

Aos meus amigos e amigas dessa casa colo CETRA com quem dividi por vezes as delícias e angústias do meu mestrado. Obrigada a todos/as por ouvirem, entenderem a necessidade da fala e acolherem por vezes o silêncio.

Meu especial agradecimento aos meus amigos/as da coordenação executiva do CETRA, Êrikete, Luis Eduardo e Neila. Vocês são inspiração e construto comigo nesse caminho.

“Nós Tremembé acreditamos em Deus que é nosso pai Tupã, na terra que é nossa mãe, na mata que é nossa vida, na lua e nas estrelas que são nossas energias, no sol que é nossa luz, no trovão e nos relâmpagos que são nossas previsões...”

(Trecho de Oração do Povo Tremembé da Barra do Mundaú)

RESUMO

Este trabalho buscou analisar os saberes e práticas de cura no âmbito da medicina tradicional indígena desenvolvidos por mulheres Tremembé da Barra do Mundaú do município de Itapipoca e qual sua relação para promoção da saúde nesse território. Os sujeitos da pesquisa são mulheres indígenas detentoras de saberes ancestrais e profissionais de saúde indígena. A pesquisa foi de natureza qualitativa, tendo como estratégias metodológicas a observação de campo e o estudo de caso, onde buscou-se compreender a realidade do povo Tremembé investigando e interpretando os fatos sociais e os sentidos atribuídos ao uso das plantas medicinais pelas mulheres indígenas. Foram realizados diálogos e entrevistas semiestruturadas na perspectiva da compreensão dos percursos e processos de agroecossistemas familiares. Percebe-se como resultados dessa pesquisa que: 1. A utilização de plantas medicinais está intimamente relacionada à identidade cultural do povo Tremembé da Barra; as mulheres têm um importante papel na medicina indígena e no uso de plantas para tratamentos diversos. 2. a manutenção deste conhecimento é essencial, e é passado de geração a geração. 3. O conhecimento no uso das plantas medicinais contribui para promover saúde no território. 4. os saberes tradicionais e agroecológicos do povo Tremembé da Barra contribuem no manejo sustentável possibilitando a conservação das áreas naturais; 4. a equipe de saúde indígena incorpora a medicina tradicional Tremembé.

Palavras-chave: Medicina Tradicional Indígena. Território. Mulheres Indígenas. Promoção da Saúde. Políticas Públicas em Saúde.

ABSTRACT

This work sought to analyze the knowledge and healing practices within the scope of traditional indigenous medicine developed by Tremembé women from Barra do Mundaú in the municipality of Itapipoca and what is their relationship to health promotion in this territory. The research subjects are indigenous women with ancestral knowledge and indigenous health professionals. The research was of a qualitative nature, using field observation and case study as methodological strategies, where we sought to understand the reality of the Tremembé people by investigating and interpreting social facts and the meanings attributed to the use of medicinal plants by indigenous women. Dialogues and semi-structured interviews were carried out from the perspective of understanding the pathways and processes of family agroecosystems. It is perceived as results of this research that: 1. The use of medicinal plants is closely related to the cultural identity of the Tremembé da Barra people; women play an important role in indigenous medicine and in the use of plants for various treatments. 2. Maintaining this knowledge is essential, and it is passed down from generation to generation. 3 Knowledge in the use of medicinal plants contributes to promoting health in the territory. 4 the traditional and agroecological knowledge of the Tremembé da Barra people contribute to sustainable management, enabling the conservation of natural areas; 4. The indigenous health team incorporates traditional Tremembé medicine.

Keywords: Traditional Indigenous Medicine. Territory. Indigenous Women. Health Promotion. Public Health Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Vale do Curu – Litoral Oeste: situação geográfica da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú.....	55
Figura 2 - Mapa da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú.....	55
Figura 3 - Acesso via estrada na TI dos Tremembé da Barra do Mundaú.....	56
Figura 4 - Creche Curumin - Cunhatã.....	61
Figura 5 - Ponto de Apoio do Povo Tremembé. Aldeia: Buriti do Meio.....	61
Figura 6 - Recanto dos Encantados. Aldeia: São José.....	62
Figura 7 - Organograma do DSEI Ceará.....	66
Figuras 8 - Horto medicinal e exposição de mesa da medicina Tradicional.....	70
Figura 9 - Exposição de mesa medicina tradicional Tremembé da Barra do Mundaú...	70
Figura 10 - Mapa mental: Compreensão da medicina Tremembé da Barra do Mundaú.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organização social e produtiva.....85

Gráfico 2 - Tipo de produção no roçado e quintal.....91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cadastro do Povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú.....	56
Quadro 2 - Perfil das mulheres da pesquisa.....	84
Quadro 3 - Lista de plantas e frutas sagradas identificadas a partir dos diálogos com as mulheres e usadas pelos Tremembé da Barra do Mundaú.....	105
Quadro 4 - Perfil dos profissionais de saúde envolvidos na pesquisa.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

AIS - Agente Indígena de Saúde

AISAN - Agente Indígena de Saneamento

ATER - Assessoria Técnica e Extensão Rural

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Epidemiológica

CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora

CEP - Comissão de Ética em Pesquisa

CONDISI - Conselho Distrital de Saúde Indígena

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

DSEI - Distrito Especial de Saúde Indígena

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OMS - Organização Mundial de Saúde

LOS - Lei Orgânica da Saúde

PNASPI - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

PNEPS - Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS

PNPMF - Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

PNPSA - Política Nacional de Promoção à Saúde

PNSIPCFA - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas

PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. PERCURSO METODOLÓGICO: POR ONDE MEUS PES CAMINHARAM.....	23
2.1 Etapas da Pesquisa.....	25
2.1.1 Etapa 1: Aproximação literárias, categorias de análise e reuniões remotas.....	25
a) Aproximação com a literatura e categorias de análise.....	25
b) Reuniões remotas.....	26
2.1.2 Etapa 2: Pesquisa de campo.....	27
a) as rodas de conversa.....	27
b) as entrevistas.....	28
c) as caminhadas de percurso.....	28
2.1.3 Etapa 3 - Análise dos Dados.....	29
2.1.4 O Uso do Soft MAXQDA na análise das narrativas.....	30
2.1.5 O uso do Sistema Agroecológico e de Conhecimento Integrado - SACI na metodologia.....	31
2.2 O campo da pesquisa.....	31
2.3 Mediadores Sociais: os profissionais de saúde na pesquisa.....	32
2.4 Adaptações metodológicas na pesquisa de campo: limites e alternativas com atividades remotas no contexto da pandemia da covid 19.....	33
2.5 O produto da pesquisa.....	35
3 - ENTRE DIÁLOGOS E SABERES: PLANTAS MEDICINAIS, BIOMEDICINA, MEDICINA TRADICIONAL INDÍGENA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	36

3.1 Plantas que curam: breve história das práticas tradicionais indígenas no uso das plantas medicinais.....	36
3.2 Mudança de paradigma e avanço da biomedicina no contexto neoliberal.....	38
3.3 A medicina tradicional indígena, a constituição de políticas públicas em saúde para os povos indígenas e à promoção da saúde.....	40
4 - POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E OS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ.....	45
4.1 Território sob ameaça	45
4.2 Nordeste e Ceará indígena.....	51
4.3 O povo indígena Tremembé.....	53
4.4 Os Tremembé da Barra do Mundaú: história e caracterização do território.....	54
4.5 O Subsistema de Saúde Indígena e a organização no território.....	64
4.6 A pandemia da Covid 19 e a medicina tradicional Tremembé da Barra do Mundaú.....	68
4.7 A saúde indígena sob novo tempo.....	72
5. MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ	74
5.1 Olhares sobre as mulheres indígenas.....	74
5.2 Quem são as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú.....	78
6. AS CONEXÕES DE SABERES	82
6.1 Análise das narrativas das mulheres da pesquisa: saberes e práticas de cura no uso das plantas medicinais.....	82
6.2 Análise das narrativas dos profissionais de saúde na pesquisa.....	109
7. APRENDIZADOS E REFLEXÕES.....	118
REFERENCIAS.....	121
APENDICES.....	128

APENDICE I - Roteiro de entrevistas para as mulheres.....	128
APENDICE II - Roteiro de entrevistas para os profissionais.....	130
APENDICE III - TCLE para mulheres e consentimento da pessoa como voluntária.....	131
APENDICE IV - TCLE para profissionais de saúde e consentimento da pessoa como voluntária.....	135
APENDICE V - Termo de confidencialidade e sigilo.....	139
APENDICE VI - Declaração de compromisso.....	140
ANEXOS - ANUENCIAS.....	141
ANEXO -. Produto: relatório da roda de conversa.....	146

1. INTRODUÇÃO

“O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”

(Djamila Ribeiro)

Uma das questões que aprendi na minha trajetória acadêmica e que tem sido por vezes reafirmada, especialmente nos últimos 8 anos, diz respeito a importância de apresentar meu lugar de fala. Se é necessário demarcar esse lugar, porque dele decorre por vezes a singularidade na pesquisa, é assim essencial dizer que esse trabalho recebeu o tempo todo reflexos das conexões de convivência que extrapolam o âmbito da pesquisa.

Sou Assistente Social de formação, nascida em Fortaleza com uma trajetória de vida pessoal que se entrelaça entre o urbano e rural, sendo esse último resultado das vivências familiares de infância.

Meu encontro com o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora (CETRA) em 2005 é responsável por me reconectar ao campo, me introduzir nas ações de assessoria técnica e extensão rural, me fortalecer sob a perspectiva de um feminismo popular, me inserir nas relações e dimensões com os povos indígenas. É esse espaço de trabalho que fortalece o engajamento na luta social que me permite os primeiros diálogos com a Fiocruz Brasília, a princípio para o ingresso na especialização em Promoção e Vigilância a Saúde Ambiente e Trabalho e depois e para a seleção no Mestrado em Políticas Públicas em Saúde no qual me encontro na reta final.

Minha primeira aproximação com os Tremembé da Barra do Mundaú situado no município de Itapipoca - CE se dá em 2010 por conta da execução de uma chamada pública para mulheres rurais, indígenas e quilombolas. Nesse período, o trabalho com os Tremembé da

Barra do Mundaú tinha como prioridade ações de fortalecimento social e no âmbito produtivo junto a 10 mulheres indígenas.

Mais tarde entre os anos de 2016 e 2019 em virtude da realização do projeto Ação Tremembé sob o qual a época me encontrava na coordenação, o cotidiano das relações sociais com os Tremembé da Barra do Mundaú toma nova configuração, remetendo a um processo de imersão em campo e estreitamento relacional.

Sempre com afinidade pela área humana da saúde e em razão das experiências e afinidades constituídas com o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú, é que esse trabalho se constitui em sua curiosidade, resistência e relevância.

Dentro desse contexto, considerando os processos territoriais e as dinâmicas que compõem a vida do povo Tremembé da Barra do Mundaú, esse estudo tem como centralidade as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú. Toma-se como pressuposto que o saber tradicional e a medicina indígena Tremembé da Barra do Mundaú, utiliza as plantas medicinais como práticas e essa função é desenvolvida por essas mulheres, além de ser transmitida de geração a geração. Considera-se que esses saberes e práticas se constituem sob diversas formas de produção do conhecimento e o uso das plantas medicinais é uma dessas formas, sendo amplamente usado pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú e apropriados pela equipe de saúde indígena.

Nessa perspectiva se constitui a pergunta orientadora deste trabalho: como são construídos os saberes e práticas tradicionais de mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú no uso das plantas medicinais e como esse conhecimento contribui para promover saúde no território?

Buscando visibilizar saberes e práticas da medicina indígena e o direito de uso que o povo Tremembé da Barra do Mundaú têm de exercer esse conhecimento e perceber seus benefícios, este estudo se propôs refletir sobre os trabalhos realizados pelas mulheres indígenas

Tremembé da Barra do Mundaú na perspectiva de contribuir para discussão e conexão de conhecimentos entre a prática ocidental de saúde e a medicina indígena, além de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas já instituídas no território tais como a: Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF), com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas (PNPMF) e a Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígena (PNASPI).

Aborda-se entre as temáticas principais deste estudo, as plantas medicinais, a medicina tradicional indígena e seu contraponto com a biomedicina, apresenta-se o contexto de construção das políticas públicas que dialogam com os povos indígenas, alcança-se referenciais sobre a promoção da saúde, elenca-se por fim o debate sobre território e mulheres indígenas.

Diante do exposto, o objetivo geral desse estudo é analisar os saberes e práticas tradicionais de cura desenvolvidas por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú de Itapipoca no Ceará e sua relação na promoção da saúde no território indígena, para tanto teve-se como objetivos específicos: 1) contextualizar o território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú; 2) caracterizar as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú envolvidas na produção de saberes e práticas tradicionais de cura com enfoque nas plantas medicinais; 3) Conhecer como os saberes e as práticas de cura tradicionais no uso das plantas medicinais são compreendidos e estimulados pela equipe de saúde indígena no âmbito da promoção à saúde do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Considerando as questões apresentadas até esse ponto, esse estudo se constitui por esta introdução e pelos capítulos que seguem.

O primeiro capítulo intitulado “Percurso metodológico: por onde meus pés caminharam” descreve os caminhos trilhados neste estudo em suas distintas etapas, cita as primeiras aproximações com referencial teórico, traz as categorias de trabalho e os recursos

técnicos assumidos neste estudo, fazendo uma breve apresentação acerca do produto que segue em anexo.

O segundo capítulo intitulado “Entre diálogos e saberes: plantas medicinais, biomedicina, medicina tradicional indígena, políticas públicas e promoção da saúde”, apresenta uma breve introdução sobre plantas medicinais e historicidade, aborda o cenário de avanço da biomedicina, introduz o debate da constituição de políticas públicas em diálogo com a medicina tradicional indígena e aborda de forma breve a temática da promoção da saúde.

O terceiro capítulo “Povos indígenas no Brasil e os Tremembé da Barra do Mundaú” apresenta o debate sobre povos indígenas e a problematização do conceito de território. Neste capítulo se constrói a caracterização do território Tremembé da Barra do Mundaú e aspectos relativos à organização do sistema de saúde indígena no Ceará e no território Tremembé da Barra do Mundaú. Neste capítulo se responde ao objetivo específico 1 da pesquisa.

O quarto capítulo intitulado “Mulheres indígenas Tremembé” aborda uma categoria essencial no trabalho que é a de mulheres indígenas. Prioriza-se neste capítulo o uso de referenciais de olhares femininos que se propõem a refletir sobre a produção de conhecimentos por parte das mulheres indígenas no âmbito de seus processos organizativos, sociais, culturais e diálogos com a medicina tradicional indígena sob o enfoque do uso das plantas medicinais. Ainda neste capítulo se introduz as respostas ao objetivo específico 2.

O quinto capítulo intitulado “Conexões de saberes” é onde se constitui a análise das narrativas das mulheres da pesquisa e dos profissionais de saúde envolvidos nesta. Este capítulo confirma as categorias do estudo e responde aos objetivos específicos 2 e 3.

As reflexões e aprendizados dizem respeito as considerações sobre as lições aprendidas durante o percurso deste estudo. Reafirma-se os campos de saberes produzidos pelas Mulheres Tremembé no âmbito da medicina indígena apontando respostas as perguntas formuladas enquanto curiosidades da pesquisa. Apresenta ainda as considerações gerais acerca da análise

da pesquisa junto aos profissionais de saúde.

O produto desse estudo segue em forma de relatório entre os anexos e trata de discorrer sobre a roda de diálogos com as mulheres que teve como pauta central o debate da cultura alimentar Tremembé da Barra do Mundaú e o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional nesse território.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Por onde meus pés caminharam

Esse estudo busca compreender o processo de construção do conhecimento de mulheres indígenas Tremembé no uso das plantas medicinais como práticas de cura e como elas contribuem para promover saúde no seu território. Toma-se como pressuposto da ação, a importância de se conhecer a vivência e a experiência ancestral dessas mulheres e suas condições materiais de vida na produção de conhecimentos.

É sabido que a produção de chás, garrafadas, óleos essenciais, práticas de rezas ou benzeduras são fortemente identificados entre os saberes e fazeres dos povos indígenas.

Segundo Pinto et al (1)

Os Tremembé detêm um sofisticado conhecimento ecológico, que é transmitido entre gerações, eles detêm um conhecimento etnobotânico e etnológico, desenvolvido a partir da cosmologia Tremembé, e da convivência com o meio ambiente, com a terra e com suas formas de vida”. Essa relação de intimidade com seu território disponibiliza as bases para a construção de um conhecimento fundamental para sua sobrevivência.

Entre as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú, o uso das plantas medicinais é compreendido como parte integrante de sua medicina, seus costumes e tradições. Essas mulheres assumem um papel fundamental na manipulação e no fazer de remédios caseiros, nas rezas, no banho de limpeza para livramento ou proteção espiritual. Elas têm igualmente uma importante função social na conservação de agroecossistemas e áreas de vegetação nativa local em seu território.

Este trabalho tem caráter qualitativo e se direciona à experiência social dos sujeitos coletivos com os quais dialoga, assume o estudo de caso e a observação de campo dentre seus métodos, adentrando no mundo dos significados das ações e das relações humanas, uma dimensão de difícil captura a partir de dados estatísticos, mas, possível a partir da observação de campo, no contexto real das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú e se propondo a uma

escuta sensível. Sob essa perspectiva, busca compreender as crenças das mulheres Tremembé da Barra, acerca de seu território e de seus recursos naturais, alimentares, de sua ciência, do fazer da cura, da fruta e da erva que servem para o preparo do remédio ou da bebida ritualística.

A triangulação de métodos qualitativos tornou possível a percepção da realidade sob diferentes ângulos minimizando resultados de uma única perspectiva de análise.

A revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica, assim como os diálogos que se estabeleceram com entidades representativas do povo Tremembé da Barra do Mundaú iniciaram esse estudo constituindo um campo importante balizador na escolha de autores e autoras referenciados e na validação da própria pesquisa.

A escolha pela entrevista semiestruturada com as mulheres, se deu em função da maior liberdade que esta permite, possibilitando as entrevistadas usar como referência, seus conhecimentos, percepções e linguagem próprias.

Em complementaridade as escutas com as mulheres, foram realizadas as entrevistas (semiestruturadas) com três profissionais da equipe de saúde indígena que atuam no território. Essa iniciativa teve como propósito agregar ao estudo a compreensão desses profissionais sobre a medicina tradicional praticada no território e como a mesma se encontra inserida em suas dinâmicas e rotinas de atendimento.

As caminhadas de percurso e as rodas de conversa como métodos qualitativos intrínsecos a este trabalho foram essenciais na observação de campo e na troca de diálogos que confirmaram compreensões.

Com a perspectiva de romper com um modelo de produção única do saber e atribuindo força à pesquisa, opta-se pela ecologia de saberes¹ de Boaventura (2) para que fosse

¹ A ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm. Carneiro FFF, Krefta NM, Folgado CAR. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. TEMPUS. 2014; 8(2): 331-

possível percorrer um caminho que possibilitasse a conexão dos diálogos do saber popular e do saber científico, assegurando no processo da pesquisa uma escuta qualificada.

2.1 Etapas da pesquisa

2.1.1 Aproximações literárias, categorias de análise e reuniões remotas

a) Aproximações com a literatura e categorias de análise

As primeiras leituras que integram o campo de referenciais teóricos deste estudo se deram ainda no primeiro semestre de 2021 com o levantamento bibliográfico. Ganharam força no segundo semestre incorporando autoras mulheres da antropologia e das ciências sociais, além de autoras indígenas referências no movimento indígena de mulheres que contribuíram na análise da categoria mulheres indígenas. Algumas dessas autoras são Cecilia Anne McCallum, Ann Marilyn Strathern, Angela Sachhi e Elisa Pankararu.

As categorias medicina tradicional indígena e políticas pública em saúde referência dentre outros, autores/as da área da saúde coletiva e da antropologia como Luciane Ourives Ferreira e Joao Tadeu Andrade.

A categoria território traz o olhar de autores da geografia humana como Milton Santos e Rogério Haesbaert, enquanto a categoria promoção da saúde, traz a interpretação de autores como, Jonas Oliveira e Jorge Machado.

Este estudo é caracterizado pela perspectiva de diferentes autores que influenciaram no seu curso sendo os citados anteriormente, alguns destes.

Foi realizada pesquisa de dados secundários no acervo do CETRA, junto a escola Brolhos da Terra, do Povo Tremembé da Barra do Mundaú, através de diálogos remotos com a

equipe de saúde indígena que atende aos Tremembé da Barra do Mundaú e junto ao Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena – DSEI Ceará. Relatórios e caderno de campo foram essenciais nesse caminho.

Esta etapa inicial foi necessária para atualização do conhecimento relativo aos temas relevantes ao estudo.

b) Reuniões remotas

Em relação as reuniões remotas, estas foram realizadas inicialmente com o Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca (CITI) no primeiro semestre de 2021 para que fosse feita a apresentação e validação da proposta. As conversas via telefone com as mulheres para convidá-las a participar do estudo foram realizadas após aprovação do CITI sobre o estudo. Quatro (04) mulheres foram indicadas pelas lideranças que consideraram pelo menos uma mulher de cada aldeia. As outras duas mulheres foram indicadas pela pesquisadora visto conhecimento prévio do envolvimento destas no uso das plantas medicinais. Concomitante foram iniciados diálogos via telefone e plataforma Google Meet com os profissionais de saúde (agentes mediadores) com vistas a apresentação da pesquisa e consulta sobre sua participação nesse estudo. Após essas apresentações, seguiu-se apresentação nas instâncias colegiadas do Povo Tremembé da Barra do Mundaú como o Conselho Local de Saúde Indígena (CONLOSI) e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI).

A entrevista com a profissional de saúde “B” foi realizada de forma remota. Após esta e para fins de complementação de informações foram construídos novos diálogos presenciais e remotos, necessários a melhor organização das ideias e para transferir maior clareza aos resultados.

2.1.2 Etapa 2: Pesquisa de campo

a) As Rodas de Conversa

Tiveram início no segundo semestre de 2022, após aprovação da pesquisa aos Comitê de Ética da Fiocruz (CEP) e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, sob parecer nº 5.607.205. A partir de então nessa etapa se iniciou a pesquisa de campo com suas estratégias de imersão e diálogos.

A opção pela roda de conversa se justifica porque nela as pessoas são convidadas a compartilhar, suas vivências. Conforme Warschauer (3)

A chegada ao encontro não é isenta de experiências próprias em práticas de conversação e partilha, que podem estar ligadas a ações educativas reconhecidas no campo, articuladas a costumes comunitários ou, de maneira mais abrangente, associadas às relações sociáveis que produzimos.

De acordo com Pinheiro (4) as rodas de conversa possibilitam maior participação das pessoas no processo, à medida que lhes são facultadas falas dialógicas pelas quais se espera o aporte de seus saberes. As rodas permitiram uma composição circular para conversação mediante as questões propostas, buscando atribuir ênfase sobre o entendimento das mulheres em relação a pesquisa, possíveis ajustes que se fizeram necessários durante o percurso e a estimular as mulheres a partilharem sobre seus saberes e a refletirem sobre as experiências coletivas que produzem e repercutem em seu território.

Foram realizadas três (03) rodas de conversa a primeira com as mulheres indicadas pelo CITI para pesquisa, essa atividade que aconteceu de modo presencial foi potencializada pela assessoria técnica do CETRA que estava presente no território. A segunda roda de conversas teve como objetivo o ajuste do produto técnico após mudanças na dinâmica de ações no território e sua demanda, e o alinhamento da compreensão sobre elementos do território e da coletividade dos Tremembé e a terceira roda tratou da constituição do produto.

b) as Entrevistas

Em seguida foram realizadas visitas individuais a fim de realizar as entrevistas junto às 06 mulheres indígenas indicadas previamente. As entrevistas semiestruturadas com os agentes mediadores, no caso os profissionais de saúde, se deram após a realização de duas (02) rodas com as mulheres. Todas as entrevistas desse estudo foram gravadas. Nas entrevistas com as mulheres, buscou-se observar as expressões, os gestos, os silêncios que algumas vezes estavam presentes entre uma e outra pergunta. Buscou-se aproveitar da melhor forma possível cada momento.

As entrevistas tornaram possível a percepção de diversos aspectos da vida dessas mulheres indígenas, trazendo à tona o entrelaçamento de suas histórias, da construção identitária e das lutas em defesa do território. Muito se reafirmou sobre a medicina indígena Tremembé da Barra do Mundaú, evidenciando a importância de um campo complexo de conhecimentos, no qual as plantas medicinais, são parte integrante. Os “encantados”² reiteradamente estiveram presentes nas narrativas.

c) Caminhadas de Percurso

As primeiras caminhadas de percurso aconteceram simultaneamente as entrevistas ao redor das casas das mulheres. Algumas adentraram o roçado. Uma segunda parte das caminhadas aconteceram na perspectiva de ampliar as percepções do território qualificando a interpretação dos dados.

As caminhadas possibilitaram uma contação de histórias, sobre momentos vividos nesses espaços. As mulheres falaram sobre as plantas que tinham e para que serviam, sempre

²Os encantados são a espiritualidade para os Tremembé da Barra do Mundaú. São seus antepassados e manifestações de elementos da natureza presentes em seus territórios. Podem assumir diversas formas. Acredita-se que essa espiritualidade é carregada da energia do bem e do mal. Fonte: Diálogos com as mulheres Tremembé deste estudo.

mostrando para que se pudesse compreender sobre elas. Elas iam tirando folhas e frutos para que eu cheirasse e provasse. Muitas das plantas eram também medicinais. Durante a caminhada, surgiram não somente plantas, mas também uma infinidade de histórias sobre o lugar, e sobre os encantados assobiador³ e botija⁴, aliás o assobiador me apareceu em narrativa também na entrevista com o profissional de saúde “C”. Durante a caminhada aparecia uma plantinha e se falava sobre sua energia. Embora a pesquisadora tivesse prévio conhecimento da realidade geográfica do território, sua paisagem com frequência é alterada pela dinâmica dos Tremembé. Novas estruturas podem ser erguidas pelas necessidades social, cultural e produtiva destes.

2.1.3 Etapa 3: Análise dos Dados

Constou da análise das informações levantadas, das escutas individuais, das percepções decorrentes da observação de campo, da transcrição das entrevistas, da consulta ao caderno de campo e das rodas de diálogo.

Foram analisadas as narrativas para fins de sistematização das informações decorrentes das entrevistas. Segundo Castellanos (5) a análise das narrativas nas ciências sociais da saúde inclui reflexividade, sensibilidade, teorização e criatividade, tanto na lógica da investigação quanto da apresentação da pesquisa. O autor lembra ainda que grandes narrativas permeiam nossas experiências enquanto pesquisadores inscritos em determinados campos científicos

A análise das narrativas permite diferentes entrelaçamentos entre as interpretações desafiando as relações estabelecidas entre observação, registro e interpretação e questionando as relações existentes entre a lógica da

³ O assobiador é um pássaro preto, de rabo longo, olhos bem vermelhos e que aparece a noite. Tem um assobio fino e que provoca medo para quem o ouvir. Fonte: Mulheres deste estudo e profissional “C” envolvido na pesquisa.

⁴ Esse encantado fala de hábitos que os antigos tinham de guardar dinheiro em uma botija e enterrá-la sem que ninguém soubesse. Uma botija era revelada quando o dono dela falecia ou ainda em vida. Quando a pessoa morria a revelação era feita em sonho. Se a pessoa esquecesse e não dissesse nada para ninguém, na terceira noite, a alma daquele que já havia morrido vinha pessoalmente dar todas as instruções necessárias para se desencantar aquele tesouro. A pessoa a quem é revelado o lugar da botija é sempre uma pessoa de bom coração. Quando ela descobre o lugar da botija e a desenterra tem de ir embora daquele lugar. Se a pessoa não tiver bom coração o dinheiro enterrado se transforma em carvão. A botija só pode ser retirada ou as 12 horas do dia ou a meia noite e ela pode ver várias visagens.. Fonte: Mulheres envolvidas neste estudo e profissional “C”).

investigação e da apresentação do conhecimento. (5)

A análise das narrativas contou com etapas como escutas, observação, registro da informação, transcrição e interpretação das falas e histórias contadas.

Nessa etapa foram revisitadas algumas entrevistas com vistas a melhor compreensão de trechos ou lacunas nas transcrições. O WhatsApp foi um recurso importante para fins de complementação de informações. Seu uso ocorreu durante toda a pesquisa de campo seguindo até fevereiro de 2023.

O estudo dos dados coletados a partir das entrevistas e das caminhadas de percursos, favoreceu a análise dos mesmos nas informações colhidas com as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú e com os profissionais envolvidos na pesquisa. Buscou-se identificar a sutileza do que estava nas entrelinhas, para poder produzir com mais eficiência a interpretação analítica dos fatos, observações e as inferências necessárias. Nesse sentido, para atender a escolha que se fez pela análise das narrativas, uma escuta atenta e os registros no diário de campo foram indispensáveis. Esse último foi crucial para rememorar trajetos e falas.

Segundo Oliveira (6) há muita importância no diário de campo como registro, mesmo quando se tratar de entrevistas gravadas, pois o diário é um recurso que registra detalhes em que apenas a transcrição da entrevista não daria conta, como a percepção de expressões de emoção.

Para Pezzato e Labbate (7) no diário de campo se traz para o debate os conhecimentos e saberes dos (as) pesquisadores (as), propostas e ações, suas angústias, desejos, avanços e dificuldades

2.1.4 O Uso do MAXQDA

A análise qualitativa dos dados, no âmbito das transcrições das entrevistas, contou

com o sistema MAXQDA, um software usado em pesquisas para análise de dados qualitativos como textos, transcrições, gravações de áudio, vídeo, revisão de literatura, dentre outros. O soft auxiliou a organizar as transcrições, como a visualizar palavras repetidas nos discursos capturados.

2.1.5 Uso do SACI na análise dos dados

Durante uma atividade institucional para uso do Sistema Agroecológico de Conhecimento Integrado (SACI) do CETRA pensei em cadastrar a pesquisa nesse sistema. As mulheres da pesquisa haviam integrado o projeto Ação Tremembé do CETRA já estavam cadastradas. Vinculei essas mulheres ao cadastro da nossa pesquisa.

Ao final, alguns gráficos foram gerados, entretanto, parte destes com informações diferentes da pesquisa.

Atualizei os gráficos de informações que considerei relevantes à pesquisa, relativos à caracterização de agroecossistemas de quintal e roçado e organização social e produtiva das mulheres. Esses gráficos estão nesse estudo como melhor forma de visualizar algumas informações.

2.2 O Campo da Pesquisa

O campo da pesquisa é a Terra Indígena (TI) dos Tremembé da Barra do Mundaú, localizada no município de Itapipoca, litoral Oeste do Estado do Ceará distando 150 Km de Fortaleza. A TI é composta por quatro aldeias sendo elas, Buriti do Meio, Buriti de Baixo, Munguba e São José.

O período de campo desta pesquisa, foi realizado após aprovação da CONEP, entre setembro de 2022 a janeiro de 2023.

2.3 Mediadores sociais - os profissionais de saúde na pesquisa

Segundo Neves (8), mediadores sociais⁵ são agentes externos ao processo, que com ele contribui a partir de relações sociais que se instituem num determinado tempo e espaço.

Esses agentes constroem representações dos mundos sociais que pretendem interligar um campo de relações que propicia este modo específico de interligação.

De acordo com Ferreira (9) A medicina tradicional indígena constitui um dos objetos pautados pelas políticas públicas e pelos povos indígenas na luta pela efetivação de seus direitos diferenciados. Reconhecer o papel destes mediadores nessa pesquisa, torna possível o fortalecimento desses saberes e práticas no território dos Tremembé da Barra do Mundaú, assim como da Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) (10) conciliando as determinações da Lei Orgânica da Saúde (LOS) com a da Constituição Federal, que reconhecem aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais.

Conhecer as implicações das ações das políticas públicas em saúde na terra indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú agrega a esse estudo, a possibilidade de identificar como profissionais e serviços de saúde na aldeia atendem às especificidades da atenção à saúde desses povos, reconhecendo sua diversidade social e cultural, compreendendo as conexões com a realidade local e a construção de diálogos e escutas acerca dos saberes e práticas tradicionais desenvolvidas pelas mulheres Tremembé.

Nesse sentido, foram inseridos na pesquisa três (03) profissionais de saúde. A escolha dos profissionais que foram entrevistados levou em consideração o diálogo com o

⁵ A mediação é uma relação que apresenta uma dupla imbricação. Segundo Neves (35), ela “alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso. O mediador reporta-se àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, muitas vezes, divergentes, com o objetivo de solucionar conflitos e obter a conciliação entre os distintos grupos com diversos interesses, é um agente externo ao grupo mediado.

Conselho Indígena e o diálogo já existente da pesquisadora com esses profissionais. Integraram a pesquisa: 01(um) profissional de nível superior não indígena e duas (02) profissionais mulheres indígenas. Os três profissionais de saúde, aceitaram amplamente participar da pesquisa e assinaram os respectivos TCLE, afirmando seu consentimento livre e autorizaram a gravação e ou divulgação de imagem e ou voz. Assim como o Termo de Gravação de Uso de Imagem e de Voz. Conforme orientado pela CONEP foi constituído um termo -TCLE próprio para essa categoria.

Essas entrevistas aconteceram em momentos distintos do dia, sendo o período noturno o mais buscado por dois (02) profissionais. Essas foram seguidas de novos diálogos, visto que não foi possível esgotá-las em uma noite. Uma entrevista foi realizada durante todo o dia.

Como dois profissionais da saúde entre os entrevistados eram indígenas, foi possível também agregar uma caminhada de percurso em suas áreas.

2.4 Adaptações metodológicas na pesquisa de campo: limites e alternativas com atividades remotas no contexto da pandemia da Covid 19.

Em razão do contexto da Pandemia da Covid 19, durante a execução da pesquisa considerou-se a possibilidade da realização de entrevistas de forma remota, fazendo uso destas e otimizando as estratégias de plataforma virtual para abertura de diálogos e apresentação prévia da pesquisa. A pandemia da Covid 19, foi um fator limitante para o início da realização desse estudo. Entretanto, essa realidade permitiu a busca de alternativas que dirimissem problemas gerados em razão da necessidade do afastamento físico.

Apesar do arrefecimento da pandemia buscou-se garantir a manutenção dos protocolos sanitários. Assim durante o curso desta pesquisa foi feito uso de máscara de proteção facial estabelecido pelo Dsei Ceará e pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Há de se destacar que o CETRA também lançou seu próprio protocolo, tendo como referência o protocolo sanitário estabelecido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) o qual também foi adotado pelo Estado.

Quando essas medidas sofreram relaxamento, não sendo exigidas as mesmas, as mulheres encontravam-se sem máscaras de proteção facial, mas sempre fazendo uso do álcool 70%.

A entrevista com a profissional B (enfermeira), foi realizada inteiramente de forma remota por meio da plataforma Google Meet. Entretanto, outros diálogos presenciais e via WhatsApp foram estabelecidos no curso da assessoria técnica com essa profissional, como forma de confirmar e validar informações.

Diversos recursos técnicos como ligações, chamadas de vídeo e WhatsApp também foram adotados para melhor entendimento de questões que não haviam ficado compreendidas por meio da escuta das entrevistas.

Buscou-se também assegurar um cruzamento de dados entre as informações coletadas por meio das entrevistas e percepções da assessoria técnica e aquelas possíveis a partir das revisões bibliográficas e documental.

A pesquisa de campo, também contou com visita ao Distrito Sanitário Especial Indígena em Fortaleza.

Vale por fim destacar a importância do CETRA para realização dessa pesquisa, tendo em vista que compor uma equipe de assessoria técnica junto aos Tremembé da Barra do Mundaú, permitiu maior acessibilidade, além da oportunidade de realizar o campo. Foi assegurada a liberação laboral para realização do estudo, sem prejuízo para as atividades institucionais e a pesquisadora.

A pesquisa de campo foi conciliada a uma logística de enlances com as agendas do

povo Tremembé da Barra do Mundaú que sempre acolheu de forma generosa esse trabalho.

2.5 Produto da Pesquisa

Em relação ao produto desta pesquisa, confirmou-se a necessidade de adequação do mesmo e sua reformulação, visto de um lado, o tempo para análise de aprovação do projeto de pesquisa junto a CONEP (enviado em fevereiro de 2022 pelo CEP e aprovado efetivamente em Agosto do mesmo ano) e a dinâmica de necessidades do próprio território que durante a realização da pesquisa teve aprovação de um projeto construído pelo CETRA com a colaboração desta pesquisadora para o território indígena da Barra do Mundaú. Esses aspectos incidiram na mudança e na escolha pelo relatório técnico como produto.

O produto relatório técnico dessa pesquisa segue em anexo.

3. ENTRE DIÁLOGOS E SABERES: PLANTAS MEDICINAIS, BIOMEDICINA, MEDICINA TRADICIONAL INDÍGENA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE.

3.1 Plantas que curam: breve história das práticas tradicionais indígenas no uso das plantas medicinais.

O uso de plantas medicinais remonta a práticas exercidas por antigas civilizações. Estudos relatam que, desde 2300 a.C., os egípcios, assírios e hebreus cultivavam diversas ervas medicinais chegando a pontuar classes de medicamentos a partir dessas plantas.

No Brasil, quando se analisa os antecedentes de uma medicina tradicional indígena, é possível se identificar a contribuição de diferentes grupos étnicos na formação dessa cultura com práticas representadas por raizeiros/as, meizinheiras, curandeiras, parteiras entre outros.

Entre os povos indígenas que aqui viviam, o uso de plantas medicinais era uma prática comum utilizada em rituais de pajelança⁶ e nas atividades domésticas exercidas pelas mulheres relativas aos cuidados com a saúde.

De acordo com Bragança (11), às populações indígenas pré-existentes no território brasileiro possuíam uma concepção mística do princípio de todas as doenças (1996),

Tinham fé em causas sobrenaturais e relacionavam os rituais de magia e o tratamento das enfermidades ao uso das plantas, saberes esses, que eram transmitidos entre as gerações. O indígena não conhecia somente os locais onde se encontrava o ouro e o pau-brasil, mas também era detentor de saberes relacionados à vida e à morte, tais como, as frutas que poderiam ser consumidas, o que fazer quanto a picada de cobra, quais remédios tomar contra os sintomas da febre - às vezes letais - causada por uma simples picada de mosquito, dentre outros (SOUSA, 1971, p. 209). Atribui-se ao médico William Pies, participante da expedição dirigida por Maurício Nassau ao nordeste brasileiro durante a ocupação holandesa (1630-1654), as primeiras descrições sobre a forma como a população indígena utilizava as plantas com fins medicinais. Nessa época, foram descritas a ipecacuanha, o jaborandi e o tabaco

⁶ São práticas de cura que tem como elemento central o pajé que atua como ponte entre dois mundos: o mundo dos seres humanos e o mundo dos encantados; a doença e a cura para os males físicos e espirituais residem no mundo dos encantados e somente o pajé, com ajuda de seus companheiros encantados é capaz de proporcionar o bem-estar do doente (9).

Almeida (12).

Segundo Hoffman e Anjos (13) os saberes populares indígenas foram desenvolvidos por meio da observação de animais e de sua experimentação e estavam intimamente ligados à relação mágico-simbólica em torno de práticas terapêuticas. Seu objetivo consistia em reatar a relação com as divindades. Tratava-se do exercício de rituais que assumiam as mais diversas feições, conforme a cultura local, liderados por feiticeiros e feiticeiras, sacerdotes ou xamãs (13).

Os povos indígenas tratavam suas moléstias menos graves por meio do uso de plantas encontradas na flora que compunham seu território nacional. Diante de situações mais sérias, eles se valiam de seus rituais e recorriam aos poderes sobrenaturais na busca de cura, que poderiam contar com a presença do enfermo e de outros membros do grupo a que ele pertencia, em especial seus parentes (13).

As práticas de observação realizadas pelos povos indígenas eram consideradas desprovidas de conhecimento racional, científico e metodológico, sendo consideradas pelos colonizadores como superstição e os povos indígenas como seres selvagens e indignos pelo fato de não cultuarem um Deus cristão e não apresentarem valores europeus (13)

Assim, os saberes sobre plantas medicinais oriundos dos povos indígenas eram deslegitimados por conta da posição de inferioridade que ocupavam diante dos conhecimentos institucionalizados pela cientificidade da época.

Apesar da perseguição a esses conhecimentos, as práticas indígenas brasileiras foram descritas por colonizadores naturalistas e viajantes entre os séculos XVI, XVII e XVIII, despertando atenção e cuidados.

Cordeiro (14) afirma que na verdade, essas plantas eram usadas mesmo sem sua comprovação científica em processos terapêuticos na Europa.

A antiguidade marca um momento de transição da medicina mágico-simbólica para a empírico-racional, que compreende a busca por explicações não sobrenaturais para o

surgimento do universo e da vida, assim como para o processo saúde-doença (13).

Segundo Rocha et al (15) a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua plantas medicinais como:

Todas as espécies vegetais que apresentam em uma ou mais partes, substâncias químicas capazes de desempenhar atividades farmacológicas, auxiliando na cura e/ou tratamento de várias doenças. É “todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semissintéticos”.

3.2 Mudança de paradigma e avanço da biomedicina no contexto neoliberal

A partir das mudanças sociais e históricas na constituição da sociedade brasileira, com a promoção da “aculturação” da medicina local conforme as novas tendências do saber médico europeu, foi-se estabelecendo a medicina científica e sua diferenciação da medicina popular (tradicional)⁶. Nesse contexto e com o avanço do capitalismo, constitui-se a ideia de que a saúde e o bem-estar das pessoas, só é atingido por meio do desenvolvimento tecnicista.

Assim se tem a construção de uma ideia reducionista, de que só a partir desse modelo de desenvolvimento se é capaz de reduzir as desigualdades sociais. Esse modelo biomédico caracterizado no saber clínico, racional, experimental e hospitalocêntrico que fragmenta corpo e mente, ganha força, funda e alimenta o paradigma da produção da saúde pautada em interesses mercantis que interfere e incide na autonomia⁷ e produção dos saberes dos povos indígenas.

Al querer plantear un solo modelo de salud occidental, se pretende uniformizar

⁷ Os povos indígenas têm direito à livre determinação, a sua autonomia. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 3). Efetivar a cidadania indígena nos termos propostos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989) e pela Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) significa o reconhecimento jurídico e efetivo dos direitos políticos e sociais dos povos indígenas, que inclui (a) **autonomia de decisão**; (b) **autogoverno e controle sobre os territórios e os recursos naturais neles existentes**; (c) direito a representação política nas instâncias de poder legislativo do Estado; e (e) protagonismo na formulação e controle sobre as chamadas políticas públicas dos Estados em que estão inseridos por força do processo de colonização iniciado na região no final do século XV, no Brasil ainda nos encontramos distantes disso ser efetivado. <https://terrasindigenas.org.br/noticia/69549>.

la diversidad cultural de nuestros territorios, donde la salud es comprendida como la vida íntegra, no solamente una parte del cuerpo que hay que reparar, seccionar y medicalizar. De esta forma se pretende devorar lo diverso para que sea digerido de acuerdo a las normas vigentes capitalistas, que han establecido a la especulación financiera, el lucro y la ganancia como las maneras principales de estructurar la vida. Camacho (16).

Críticas a esse modelo explorador do capital neoliberal patriarcal levam a preocupação com a constituição de novas práticas de saúde, inaugurando uma nova etapa no Brasil e no mundo com o objetivo de atender às demandas sociais e de saúde. O auge desta polêmica, nos anos finais da década de 1960, encontra explicação, fora da medicina, na crescente crise política e social que acompanha a crise econômica e com ela se entrelaça.

Se discute se a doença é essencialmente biológica ou, ao contrário, social.

No que tange ao processo saúde-doença, uma perspectiva mais ampla dessa compreensão passa a ser refletida e incorporada sob novas práticas. Conforme Laurell (17)

Em termos muito gerais, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção... avança-se de uma posição crítica à explicação biológica da doença para a construção de uma interpretação distinta do processo saúde-doença que, tendo como eixo seu caráter social, pode impulsionar a geração de um novo conhecimento a seu respeito... oferece-se a possibilidade de abordar toda a problemática de saúde a partir de um ângulo diferente, isto é, como fenômeno coletivo e como fato social (17).

De acordo com Araújo (18) para os povos indígenas seu etnoconhecimento,⁸ sobre o uso das plantas medicinais vai se construindo, como resultado de relações individuais e coletivas que se estabelecem com a natureza, dado que o processo de saúde-doença para eles, não se organiza como algo autônomo ou isolado, visto que dialoga com relações sociais, das

⁸ O conhecimento tradicional, também denominado etnoconhecimento ou saber local, diz respeito a conjuntos de conhecimentos construídos e reconstruídos no seio de dada população tradicional. Ele é um ponto presente na discussão acerca da reprodução cultural de grupos étnicos. O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará (5).

relações com a natureza, da cosmologia, da organização social, e do exercício do poder.

Essa perspectiva de compreensão dialoga com a dimensão de saúde-doença traduzida por Laurel, por isso neste estudo opta-se por referenciar o conceito de determinação social de saúde ao invés de determinantes sociais.

3.3 A medicina tradicional indígena, a constituição de políticas públicas em saúde para os povos indígenas e a promoção da saúde.

Atualmente no Brasil, a temática das plantas medicinais ou da medicina tradicional indígena, ganha força no âmbito das políticas públicas e vai assumindo novos sentidos e influenciando a reorganização sociocultural do cuidado com a saúde.

Conforme Ferreira (9), os sistemas indígenas são mergulhados em situações cosmológicas particulares, a medicina tradicional indígena diz respeito a um conjunto de práticas e saberes que geram saúde, previne e cura doenças e que se encontra associada a aspectos epistemológicos próprios.

Ainda segundo Ferreira (9) se os discursos oficiais usam o poder de nomear para conceituar as medicinas tradicionais, as falas indígenas remetem a conhecimentos e práticas de auto atenção inscritos em contextos locais particulares.

Recentemente ao visualizar um artigo sobre a tese de doutorado de João Paulo Barreto, do povo Tukano, percebe-se que o pesquisador em seu premiado trabalho pela CAPES no ano de 2021, se dedica a desconstrução de termos que segundo o mesmo são pejorativos e padronizados de práticas de saúde indígena. Conforme Barreto (19) reafirmar e dar expressão aos conceitos próprios adotados pelos povos indígenas é trabalhar um processo de decolonização de conceitos. Sua tese mostra que o conhecimento indígena funciona em uma outra lógica, com sua própria epistemologia e seus próprios conceitos.

O próprio conceito de medicina tradicional tem sido criticado conforme Martin- Hill e Waldram; Herring & Young *apud* Andrade e Sousa (20) seja pelo seu peso colonial, seja pela desatualização no contexto atual. Ainda segundo Andrade e Sousa (20) a articulação entre “medicina tradicional” pode ser compreendida como um problema, uma vez que esta se vincula ao modelo científico, contrastando com as práticas de cura indígenas. Ademais, os saberes indígenas corporificam uma “ciência sustentável”.

A opção, entretanto, pelo uso do termo medicina tradicional indígena, nesse trabalho se dá em razão de que esta terminologia é adotada pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú para falar sobre sua medicina. Nos diálogos com as mulheres entrevistadas e com os profissionais de saúde durante a realização deste estudo, também foi recorrente expressões como: saberes, conhecimentos, saúde e cura e outras como espiritualidade, encantados, território.

De acordo com Bodeker e Gemma 2007; Garnelo e Pontes, 2012 e Martin Hill, 2009), *apud* Andrade et al (20), a importância dessa medicina tradicional vem da efetividade de seus métodos, de uma significativa presença cultural e da concepção com os serviços biomédicos, especialmente na atenção primária em saúde. Mais ainda, as práticas indígenas têm tido o apoio de diversas agências de saúde.

Nesse contexto, o Estado começa a desenvolver políticas públicas que adotam essa noção de tradicional numa perspectiva de incorporação desses saberes e práticas no campo das políticas de saúde.

As práticas de cura respondem a uma lógica interna de cada comunidade indígena e são produto de sua relação particular com o mundo espiritual e os seres do ambiente em que vivem. Essas práticas e concepções são, geralmente, recursos de saúde de eficácia empírica e simbólica, de acordo com a definição mais recente da Organização Mundial da Saúde (10).

Segundo Gadelha et al (21)

No Brasil, cerca de 82% da população brasileira utiliza produtos à base de

plantas medicinais nos seus cuidados com a saúde, seja pelo conhecimento tradicional na medicina tradicional indígena, quilombola, entre outros povos e comunidades tradicionais, seja pelo uso popular na medicina popular, de transmissão oral entre gerações, ou nos sistemas oficiais de saúde, como prática de cunho científico.

Eficácia terapêutica, financiamento, políticas públicas dentre outros são inseridas no debate sobre a medicina tradicional indígena no âmbito da saúde pública, tanto para aqueles que trabalham com planejamento em saúde, quanto para os povos indígenas.

Todo esse cenário tem favorecido o crescimento das pesquisas que abordam a importância do saber tradicional indígena, sua relação com o desenvolvimento humano, com a promoção da saúde e com a conservação da natureza.

Essas práticas de saúde que envolvem o uso de plantas medicinais, compreendidas como uma nova forma de produzir ciência, são acompanhadas pelo surgimento e fortalecimento de diversos movimentos sociais, movimentos de mulheres, movimento dos povos indígenas, quilombolas e outros. Esses movimentos constituídos de pressões populares e com propostas concretas vão incidindo sob perspectivas vivenciais caracterizadas por novas terapias e de valorização dos saberes tradicionais, são os principais responsáveis pela constituição de políticas públicas importantes, tais como, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (22); a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (23) e a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta (24).

Somam-se a estes movimentos, o movimento sanitarista iniciado nos anos de 1970 que passa a atribuir força a promoção da saúde e a determinar novas diretrizes como a das cidades saudáveis e o programa de saúde da família nas décadas seguintes; as recomendações de várias conferências nacionais de saúde e as orientações da Organização Mundial de Saúde que implica na formulação e inserção especial de outras duas políticas no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (25)

que trata das terapias complementares e da medicina tradicional no âmbito da prevenção de agravos, da promoção, manutenção e recuperação da saúde pautada em um modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) (10), que reconhece as especificidades étnicas, culturais e territoriais, valorizando e atribuindo diferencial a medicina tradicional indígena. Essas duas últimas dialogam intimamente com os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 dá um novo redirecionamento às questões indígenas ao desviar o foco da integração à sociedade nacional para o reconhecimento do estado de direito à diversidade cultural e social, além de outros direitos. Está garantido na Constituição, Capítulo VIII – Dos índios, art. 231, o respeito à diversidade étnica dos indígenas, reconhecendo sua organização social, seus costumes, suas línguas, suas tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (26).

Entretanto, só após 10 anos da constituição, em 1999, o Decreto nº 3.156⁹ e a Lei nº 9.836 determinaram as condições de assistência à saúde dos povos indígenas e estabeleceu o Subsistema de Atenção aos Povos Indígenas no âmbito do Sistema Único de Saúde, exatamente nove anos após a criação do SUS e cinco anos após a II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas (CNSPI). Posteriormente, a Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002 regulamentou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI).

A promoção da saúde requer um conjunto de atividades, processos e recursos de ordem institucional, governamental ou da cidadania, orientado a propiciar o melhoramento de condições de bem-estar e acesso a bens e serviços sociais que favoreçam o desenvolvimento de estratégias que possibilitem à população um maior controle sobre sua saúde e suas condições de vida nos níveis

⁹Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nºs 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>

individual e coletivo. (27)

Neste cenário, emerge a importância dos profissionais de saúde para o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho que busque a promoção da saúde das comunidades indígenas, respeitando sua organização cultural e religiosa, procurando articular saberes técnicos com os saberes tradicionais da comunidade, desenvolvendo, nesse grupo, valores relacionados com a qualidade de vida. (27)

Combinando diversas abordagens complementares, a promoção da saúde defende conexões indispensáveis entre o ser humano e o meio ambiente reforçando ações comunitárias concretas e efetivas no desenvolvimento das prioridades, na tomada de decisão, na definição de estratégias e na sua implementação, visando a melhoria das condições de saúde da população.

Conforme Machado et al (28) a Política Nacional de Promoção da Saúde, por exemplo, incorpora o desenvolvimento sustentável como uma questão transversal na medida em que favorece, o desenvolvimento seguro, saudável e sustentável, em contraponto à vulnerabilidade e ao risco à saúde, resultantes do modo de produção e consumo atual.

Destaca-se que a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a saúde como um completo estado de bem-estar social e não apenas como a ausência de doença (29). Ao compartilhar o conceito de saúde definido pela OMS, se reconhece nesse estudo os avanços que se apresentam nessa perspectiva, ainda que se entenda os próprios limites para seu alcance em razão de sua natureza complexa.

No caso da saúde indígena, o conceito de saúde implica considerar dimensões como, a autonomia dos povos indígenas de viverem de acordo com suas tradições e especificidades etnoculturais, sendo a garantia da sua territorialidade uma premissa inegociável e o direito a participação de serem parte em processos decisórios que lhes diz respeito, como sua representatividade no controle social no que tange ao acompanhamento e fiscalização das políticas indigenistas.

4. POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E OS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ

4.1 Território sob ameaça

De 1500 aos dias atuais os povos indígenas do Brasil foram exterminados em sua maioria e saqueados em seus modos de vida¹⁰.

Resistindo e enfrentando diversas lutas em torno da sua existência, cada um desses povos viveu experiências diversas durante a sua história, de acordo com fatores geográficos, políticos, econômicos e de organização social interna. Esse aspecto é importante para que se possa evitar recorrentes equívocos de estereotipação, padrões e comportamentos que ainda são elaborados pela sociedade brasileira sobre os povos indígenas do Brasil.

De acordo com Baniwa, (30) o índio brasileiro ainda é visto como aquele que vive na natureza, ao modelo primitivo que vivia na época da chegada dos portugueses ao Brasil, de forma isolada da sociedade e sendo a estas atribuídas características negativas (p.35).

Dentre as diversas problemáticas que envolvem historicamente os povos indígenas, a questão fundiária relativa ao acesso, uso da terra e manutenção do modo de vida no território está na centralidade de suas pautas.

É fato que há um avanço de forma positiva sobre seus direitos políticos, sociais e culturais com a promulgação da Constituição de 1988. Conforme Nóbrega (31) é assegurado o direito tradicional às terras ocupadas e a Constituição de 1988, discorre sobre este, tratando também do conceito de terras tradicionalmente ocupadas, art. 231:

¹⁰ Modo de vida assume uma pluralidade de significados, dificultando a compreensão das nuances interpretativas que o perpassam. Assumimos nesse trabalho o conceito com os quais dialogam com os autores da saúde como: Almeida, Gutierrez e Marques (2012); Hatzenberger e Carlotto (2013). Segundo Gonçalves (2004), o constructo modo de vida desdobrou-se em dois aspectos: 1) relativo às condições de vida e 2) relativo ao estilo de vida. Enquanto as condições de vida corresponderiam às determinantes e condicionantes da vida em sociedade, o estilo de vida se daria nas singularidades presentes nas pessoas e em pequenos grupos, abarcando os hábitos, normas e valores expressos pelos indivíduos.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (p.47)

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existentes. (31)

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (31)

Essas terras, dizem respeito não apenas a uma porção de espaço físico onde os povos indígenas fixam suas moradias, mas, trata sobretudo, e fundamentalmente de territórios nos quais as atividades produtivas, sociais e ambientais desenvolvidas por eles e necessárias à sua reprodução física e cultural se constitui. São espaços dotados de significado, valores e costumes e como cita Nóbrega (31) embora não expresse, trata-se de direito ao território, conceito com o qual pressupõe a mobilidade e a dinamicidade do uso e da ocupação da terra pelos indígenas (p.47).

Assim, o território, é esse lugar de conhecimento material e imaterial dos povos indígenas, onde se firmam e fundam sua identidade cultural. É nele que os recursos naturais vão assumindo a base para a produção e construção de seu modo de vida, da sua relação com a natureza e é nele que se constrói e promove saúde sob o cuidado e as práticas ancestrais de mulheres indígenas.

Em razão da centralidade do debate do território na vida e para a existência dos povos indígenas, aponta-se este como uma categoria essencial nesse trabalho.

A concepção usada como ponto de partida para essa discussão é a de Santos, (32), segundo o qual o território é formado a partir do espaço e de como é produzido.

O autor interpreta o espaço como a relação entre sistemas de objetos e sistemas de

ações que interagem entre si. A interação desses sistemas gera uma relação de constante movimento na história, produzindo o espaço e os territórios. O território é formado a partir do espaço, “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço.

Santos (32) afirma que o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando é considerado a partir de seu uso, ou seja, a partir do momento em que é pensado juntamente com os atores que o utilizam. É o uso do território e não o território, em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social.

Utilizando-nos do entendimento e compreensão de que para os povos indígenas, o território é dotado de sentido cultural, social, ambiental e espiritual e sua garantia é a certeza de produção e reprodução da vida, toma-se ainda como referência o que Haesbaert (33) assinala sobre este:

... a distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas (defensores do respeito às diferenças culturais).

... o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (Grifos do autor).

Percebe-se aqui uma profunda relação na percepção de território traçada por Haesbaert com a compreensão e vivência dos povos indígenas. Para estes últimos, o território pode se caracterizar como um espaço de domínio que possibilita a garantia de sua existência e continuidade, sua reprodução social e física. É também e especialmente, um espaço apropriado a partir de seu modo de vida e cultura, atribuindo-lhe uma dimensão simbólica, identitária e, acima de tudo, de afetividade.

Ao se referir ao poder simbólico Haesbaert (33) escreve:

Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais,

representações ou símbolos, constituindo assim uma identidade territorial, ou seja, um conjunto de representações socioespaciais [...] que atribuem coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e com ele se identifica (p.50)

Ainda que sejam inegáveis para os povos indígenas os avanços decorrentes da Constituição de 1988, os conflitos envolvendo seus territórios são uma realidade que perpassa a história brasileira e permanece presente nas diferentes regiões do Brasil. Todas essas forças investidas contra as populações indígenas têm implicado em consequências terríveis para sua vida e defesa de seus territórios. Segundo o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* (34) do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os ataques e invasões a terras indígenas cresceram 137% entre 2018 e 2020.

Demarca-se, o início das ameaças aos territórios indígenas a partir da fase do processo de globalização com as grandes navegações entre os séculos XV e XVII, em que houve a exploração de rotas marítimas e comerciais pelas principais potências mundiais da época, em sua fase mais recente, a globalização caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico e científico em diversos campos da sociedade, potencializa sua ameaça aos povos indígenas a partir da hegemonia do sistema capitalista de produção, com os interesses pelo lucro a qualquer preço e com a tentativa homogeneizadora da cultura.

Entre os anos de 2019 e 2022 o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, investiu na desestruturação das políticas de proteção dos povos indígenas e de seus territórios, no aparelhamento dos órgãos de proteção aos direitos indígenas e socioambientais, no estímulo à invasão, ao desmatamento, a grilagem, a paralisação dos processos demarcatórios de terras indígenas, na defesa de atividades de grande escala como a mineração e o agronegócio, na proclamação do discurso integracionista superado pela Constituição de 1988, na ameaça ao direito originário dos povos indígenas à terra com o avanço do Marco Temporal¹¹.

¹¹ Marco Temporal. A tese do marco temporal prevê que só devam ser demarcadas as terras ocupadas pelos povos

A mais recente situação do povo indígena Yanomami demonstra a condição de crise sanitária e humanitária que essa população tem vivenciado. Revela-se o abandono social e político do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro junto à população indígena desse território.

De acordo com a professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, Artionka Capibaribe (35) *apud* Coll e Menezes o cerne da questão com os Yanomami é a terra:

Eles têm uma terra indígena demarcada e homologada, mas ela não é uma terra protegida, diz. Nos anos 1990, relembra, houve uma demarcação de terra após a invasão de garimpeiros, que foi contida por uma pressão internacional em 2021. Em 2021, houve a maior expansão da atividade nos últimos 36 anos. Foram 15 mil hectares garimpados, sendo que 1.556 na terra indígena Yanomami.

No atual contexto político brasileiro, apesar de contarmos com essa extensa proteção normativa, os povos indígenas têm enfrentado demandas de várias ordens sociais, desde a ausência de demarcação e proteção territorial até a sistêmica negativa de direitos sociais, como acesso à educação, saúde e previdência social com base nos direitos identitários previstos no ordenamento jurídico brasileiro. Terena (36).

O recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹² (37), aponta que é indiscutível que as atividades humanas estão causando mudanças climáticas, tornando eventos extremos mais frequentes:

...reconhecer os direitos dos Povos Indígenas do mundo, das comunidades locais e das mulheres nestes grupos é uma solução climática escalável, e que todos os agentes devem se tornar parceiros nos esforços para proteção do clima... os conhecimentos tradicionais e administração sustentável das terras e florestas do mundo são fundamentais para reduzir as emissões globais para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus até 2030.

indígenas até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Fonte: Agência Câmara de Notícias

¹² O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, IPCC, foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação. Atualmente, o IPCC possui 195 países membros, entre eles o Brasil. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia_do_clima/painel_intergovernamental_sobre_mudanca_do_clima.html

As terras dos Povos Indígenas cruzam com cerca de 40% de todas as áreas protegidas e mais de 65% das terras mais remotas e menos habitadas do planeta. Proteger os direitos das comunidades às terras que habitualmente manejam é essencial para a proteção da biodiversidade mundial, a preservação de ecossistemas ameaçados e a restauração de terras degradadas. .

Os povos indígenas e as comunidades locais são tão eficazes – e muitas vezes melhores – em proteger a biodiversidade do que as áreas protegidas controladas pelo Estado.

Pela relação de intimidade com a natureza, diversas mulheres indígenas têm relatado suas percepções em relação às mudanças climáticas, destacando seus impactos nos ecossistemas locais e conforme Krikati *apud* Bonilha (38)

Nós, mulheres, somos as primeiras a sentir e observar os impactos e as mudanças relacionadas ao clima no nosso cotidiano porque temos uma relação especial com a natureza e o território. Somos nós também que guardamos as sementes e passamos estes e outros conhecimentos para as novas gerações.

De acordo com Leff (39)

Um dos grandes erros da tecnociência tem sido o estabelecimento de regras e projetos gerais que ignoram, na maioria dos casos, as peculiaridades específicas dos contextos geográficos e culturais, contribuindo para a devastação da diversidade ecológica e cultural. Os problemas ambientais não são resultados meramente de conflitos gerados entre as pessoas e a natureza, mas entre as pessoas e as pessoas numa perspectiva de que não é a natureza que está em crise, mas sim as bases nas quais a maior parte das sociedades atuais se mantém.

O atual modelo de desenvolvimento neoliberal baseado na lógica materialista e mercadológica da vida, na maximização produtiva, e na dependência de insumos externos, não comporta as experiências e os saberes indígenas e suas cosmologias. A terra, que na cosmovisão indígena é a base das relações sociais e espaço para conviver, torna-se um recurso a ser maximizado na lógica desenvolvimentista. O modo de viver e estar no mundo que envolve os saberes populares e a medicina tradicional indígena, mantida e praticada por séculos pelas mulheres, e os avanços e conquistas com a formulação de políticas públicas que envolvem a proteção e resguardo desses saberes está fortemente sob a ameaça da lógica do capital.

4.2 Nordeste e Ceará indígena

De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas e Organizações do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)¹³(40) são 213 mil indígenas, mais de 78 povos em territórios e comunidades de 10 Estados compreendidos em sua área de abrangência (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe).

A história do Nordeste é marcada por um processo de resistência contra o avanço do capitalismo que se mantém essencialmente na exploração do trabalho das populações originárias e negras, e na usurpação da terra e seus recursos naturais (40).

O Nordeste foi a primeira região a sofrer os impactos da ação colonial iniciada no século XVI junto aos povos indígenas. Envolvidos ao longo dos séculos em diferentes processos de integração populacional e assimilação, os povos indígenas apresentam marcas de diferentes fluxos e tradições culturais. (40)

No Ceará, o processo de ocupação do território foi igualmente marcado pelo extermínio e escravização dos povos indígenas. Expulsos para outros lugares com vistas a ocupação da terra para a exploração da economia pecuária e prevalência do modo de vida da elite dominante, os povos indígenas do Ceará foram agrupados por missionários formando os aldeamentos.

Tratados como falsos índios ou aproveitadores pela elite dominante da época foram silenciados por mais de um século para sobreviverem e em 1863 o Presidente da Província do Ceará declarou na Assembleia Legislativa do Estado que a população indígena cearense estava extinta. Neto (41)

¹³ A APOINME é uma Organização Indígena não governamental regional sem fins lucrativos, criada em maio de 1990, durante o 1º Encontro de articulação de povos indígenas da região Leste e Nordeste do país, realizado na Terra Indígena do Pataxó Hãhãhãe, em Itabuna, Bahia. Sua missão é Defender os Povos, lutando em defesa de seus territórios sagrados, e pela garantia de todos os seus direitos, tais como o direito à saúde e educação diferenciadas, respeitando as diversidades e as especificidades de cada Povo, e buscando a valorização das práticas tradicionais, culturais e espirituais.

Essa declaração oficializou a expropriação das terras indígenas, tornando os povos indígenas do Estado invisibilizados.

Só a partir da década de 1970 a luta indígena é retomada e ganha força. É a mobilização e organização social dos movimentos indígenas, em especial do Nordeste e do Ceará que vai revertendo o processo de invisibilidade imposto aos povos indígenas. Sua organização de base é fundamental nesse processo.

Segundo Dantas *apud* Neto (41):

O contexto nacional nas décadas de 1970 e 1980 seria marcado por relevantes episódios que criaram as condições para a emergência de um complexo contexto da política indígena. Dentre esses episódios, destacam-se a criação do CIMI em 1972, a elaboração do estatuto do índio em 1973, e a criação de associações de apoio a causa indígena, como contraponto ao projeto do governo conta a emancipação dos povos indígenas.

Esse novo contexto leva o estado ao reconhecimento da existência étnica dos povos indígenas do Ceará, assim como do seu direito a terra e é entre os anos de 1985 e 1999 que o Estado brasileiro reconhece juridicamente as terras dos povos indígenas Tremembé, Tapeba, Pitaguari, Paiaku/Jenipapo Kanindé.

O Ceará é considerado o terceiro estado do Nordeste em que, numericamente, o fenômeno de ressurgimento étnico é mais latente (42)

De acordo com a Federação dos Povos Indígenas do Ceará (FEPOINCE)¹⁴ (42), a atual população indígena no Estado, é estimada em cerca 36 mil pessoas, formada por 15 povos indígenas, que habitam 20 municípios cearenses, distribuídos em várias regiões do estado, nos domínios de serras, sertões e zona costeira.

O processo de demarcação e luta pela defesa de seus territórios é iniciado no Ceará

¹⁴ A Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE) é a instância máxima de organização e deliberação dos 15 povos indígenas no estado. Em nível regional está vinculada à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); e nacionalmente à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

pelo povo indígena Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Junipapo-Kanindé.

Nas últimas décadas somam-se a luta indígena no Ceará os povos Potiguara, Kalabaça, Tabajara, Kariri, Tapuya-Kariri, Gavião, Tubiba-Tapuya, Anacé e Tupinambá, sendo o mais recente o povo Karão. Os karão são reconhecidos pelo movimento indígena do Estado, mas, o acompanhamento pelo DSEI Ceará se dá por força de ação judicial em razão da não regularização de sua condição. São atendidos pela equipe de saúde indígena do povo Kanindé em razão da sua proximidade geográfica.

As omissões do Estado brasileiro e a morosidade dos processos judiciais, faz com que os povos indígenas do Ceará tenham seu processo demarcatório como um dos mais atrasados do país. Somente uma (01) Terra Indígena, a do Povo Tremembé Córrego do João Pereira tem seu processo finalizado (42).

4.3 O Povo Indígena Tremembé

O Povo Tremembé é uma das 15 etnias do estado do Ceará, atualmente vivem em três municípios: Itarema (os Tremembé de Almofala), Acaraú (Tremembé do Córrego Joao Pereira e Tremembé de Queimadas) e Itapipoca (Tremembé da Barra do Mundaú).

Os Tremembé de Almofala ocupavam, nos tempos coloniais, desde a foz do rio Gurupi, no Maranhão, até a Serra de Ibiapaba, no Ceará, até a foz do rio Aracati Mirim.

De acordo com a antropóloga Franco (43), Almofala é concebida pelos Tremembé como lugar de origem do povo. Embora a filiação da língua Tremembé seja desconhecida, estudos indicam tratar-se de língua diversa daquelas pertencentes ao tronco Tupi. Vários pesquisadores propõem que os Tremembé são descendentes dos "Tapuia"/Cariri. Atualmente os Tremembé falam a língua portuguesa.

Citados em documentação histórica e em diversas obras do período colonial, tinham a mobilidade como algo de sua tradição e passaram pelo processo de

aldeamento em razão das missões que aconteceram no Ceará. Muitas vezes tiveram de conviver e se juntar a outras etnias. Almofala foi o mais conhecido aldeamento dos Tremembé, tendo sido fechado na segunda metade do século XIX. (44).

Em 1857, essas terras foram doadas aos indígenas da antiga povoação, mas acabaram sendo invadidas gradativamente por latifundiários. Contudo, a população indígena continuou vivendo na mesma região, mantendo seus rituais.

Chamados de caboclos ou descendentes de índios, os Tremembé passaram a reivindicar o reconhecimento oficial de sua identidade étnica a partir da década de 1980 (44).

O avanço de empreendimentos turísticos, do turismo de massa, de políticas de proteção ao agronegócio como a monocultura irrigada voltada para a fruticultura de exportação, o uso indiscriminado de produtos agroquímicos, a mecanização e a substituição das sementes crioulas por variedades modificadas vão incidindo de forma negativa sobre essa população.

A mobilização política indígena entre os Tremembé, toma rumos próprios e bastante independentes em cada situação, estando intimamente relacionada com o aumento da grilagem e concentração fundiária por parte de empresas agroindustriais no caso de Almofala, por parte de usinas de energia eólica e do agronegócio no caso de Queimadas e Córrego João Pereira.

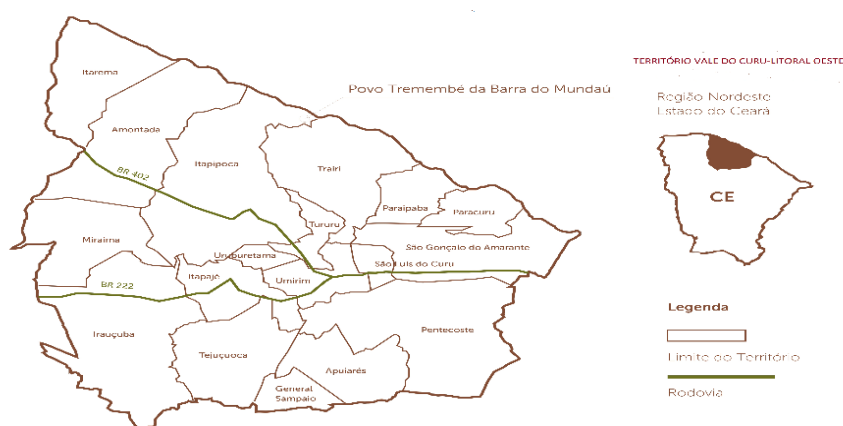
Em Itapipoca os Tremembé da Barra do Mundaú sofrem com o avanço da especulação imobiliária, do agronegócio, do turismo de massa e mais recentemente por parte de usinas de energia eólica e de conflitos com parte da população do distrito da Baleia

4.4 Os Tremembé da Barra do Mundaú - história e caracterização do território.

Originários de Almofala os Tremembé que hoje ocupam a área da Barra do Mundaú, saíram de lá devido a perseguições promovidas por “coronéis” e representantes da Igreja e em decorrência das secas e do deslocamento das dunas.

O atual território indígena Tremembé da Barra do Mundaú, dista cerca de 150 Km de Fortaleza e situa-se na região do litoral oeste do Estado, na foz dos rios Mundaú e Cruxati, no distrito de Marinheiros, município de Itapipoca, Ceará. É constituído de quatro aldeias, sendo estas, São Jose, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo. Os Tremembé da Barra do Mundaú, encontram-se até o momento deste estudo com sua terra em situação declarada com portaria 13.18 de 11 de agosto de 2015.

Figura 1: Mapa Vale do Curu – Litoral Oeste: situação geográfica da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú



Fonte: Acervo CETRA. Ano 2017

Figura 2: Mapa da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú



Fonte: Acervo CETRA. Ano 2017.

O acesso a TI Barra do Mundaú é realizado em via terrestre, por meio de carro,

através da Rodovia BR-222 ou CE-085 e CE-168, ao entrar no território o acesso se dar através da estrada de piçarra, que no período chuvoso fica intransitável, pelas condições ruins.

Figura 3: Acesso via estrada na TI dos Tremembé da Barra do Mundaú



Fonte: acervo da autora. Ano: 2022.

Quadro 1 - Cadastro do Povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú

ALDEIAS	FAMILIAS	INDÍGENAS /ALDEIA	CRIANÇAS 0 A 5 ANOS	ADOLESCENTE 06 A 15 ANOS	>16 ANOS	INDÍGENAS > 60 ANOS
04	162	--	50	115	353	52
São José	38	117	10	30	76	16
Munguba	42	130	11	29	91	06
Buriti do Meio	48	153	17	29	107	29
Buriti de Baixo	34	118	12	27		27
Obs: São 518 indígenas aldeados e 163 desaldeados ¹⁵						
Obs 2. São 251 mulheres e 267 homens acima de 16 anos						

Fonte: Dados adquiridos com AISAN Tremembé da Barra do Mundaú em 11/04/2022

São 162 famílias que perfazem um total de 518 indígenas aldeados que ocupam

¹⁵ Desaldeados são os indígenas que vivem fora do território indígena. O Estado classifica os indígenas em aldeados e desaldeados, condicionando e diferenciando o seu acesso a políticas públicas. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17085>

tradicionalmente um território de 3.580 há. Segundo a equipe de saúde do território, existem cerca de 163 indígenas desaldeados.

Por muitas décadas, os Tremembé da Barra do Mundaú foi um povo que manteve sua identidade indígena reprimida por medo de perseguições de fazendeiros locais aos quais se submetiam como forma de receberem pagamento pelos trabalhos agrícolas que realizavam.

O processo político e de visibilização da identidade indígena, ganhou força a partir de 2002 com a chegada no local do grupo empresarial espanhol Afirm Housing Group, que assegurava ter escrituras de compra das terras e planos para a implantação de um megacomplexo turístico conhecido como Nova Atlântida¹⁶.

Essa perspectiva de serem expulsos de suas terras e as ações de intimidação, impulsionadas pela empresa, desencadearam um processo de organização do povo indígena para a luta em defesa de seu território. Dentre os conflitos gerados pela empresa a época, destacam-se: a queima de infraestrutura de barraca, um equipamento social dos Tremembé considerado de mobilização, luta e resistência; a construção de viveiros privados de plantas; o cercamento de áreas retirando o acesso dos Tremembé da Barra a áreas de manguezais; a invasão de áreas de plantio; ameaças de demolição de área de coqueiral e processos de intimidação abertos contra liderança no Fórum de Itapipoca.

As investidas da Afirm Housing Group sob o território indígena Tremembé da Barra do Mundaú remetem a uma ideia de processo de colonização moderno sob o qual e na ótica de Moraes *apud* Porto-Gonçalves (45) encontra suas bases na apropriação de lugares, na tentativa de conquistas e na submissão de poderes eventualmente defrontados.

Portanto, o colonialismo que ergue a Europa no final do séc. XV (1492) a base da exploração da América e do discurso de inferiorização dos colonizados, que

¹⁶ O projeto Nova Atlântida da empresa Afirm Housing Group, pretendia construir na terra indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú um complexo com vários hotéis e campos de golfe. Totalizava cerca de 15 bilhões de dólares para a construção de 13 hotéis cinco estrelas, 14 resorts, 06 condomínios residenciais e 03 campos de golfe. Fonte: <https://liberdadeexpressaoecomunicacao.wordpress.com/08/12/2014>.

se estrutura em torno do controle político, econômico e sócio cultural metrópole-colônia, encontra-se na formação da economia capitalista moderna e se reveste de novas formas de exploração nos anos atuais. (45).

A colonialidade, como vimos, não se esgota com o fim do colonialismo, perdura ao longo da história arraigada nos esquemas culturais e nas relações sociais e de poder, conformando a organização socioespacial de países e regiões. (45)

Apesar dos esforços contrários da empresa espanhola contra os Tremembé da Barra do Mundaú e em razão do seu forte processo organizativo, social e político, em 02 de fevereiro de 2012 a FUNAI reconheceu e publicou no Diário Oficial da União o relatório circunstanciado de reconhecimento e delimitação da Terra Indígena Tremembé de Barra do Mundaú e em 07 de agosto de 2015 foi publicada a Portaria Declaratória da Terra Indígena (46).

No ano de 2016 o Ministério Público Federal/CE (MPF-CE) ganhou a Ação Civil Pública (ACP) que determinou que a empresa Nova Atlântida não realizasse nenhuma intervenção na Terra Indígena declarando nula a licença ambiental da empresa. Ainda em 2016 já no âmbito das ações de incidência do Projeto Ação Tremembé foi firmado um convênio entre a FUNAI, INCRA e a SDA-CE para a demarcação física da área e levantamento de benfeitorias erigidas pelos não índios, processo este concluído em 2017.

Apesar do ganho político para os Tremembé da Barra do Mundaú, o projeto espanhol Nova Atlântida dividiu as famílias desse território, deixando de um lado, aqueles que foram a favor do desenvolvimento prometido pelo grupo empresarial e não se identificavam enquanto indígenas, de outro, os que reafirmaram sua identidade étnica e organizaram a luta em defesa do território. Esse conflito entre indígenas e não indígenas persiste até os dias atuais, tendo sempre como ponto de acirramento a disputa pelo território. Silencia e se acirra sempre que há mudanças no processo demarcatório. Esse foi um conflito aliás, que retirou por vezes por recomendação cautelar das próprias lideranças e profissionais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a equipe de assessoria técnica do CETRA de campo, no contexto do

processo de demarcação física da terra indígena dos Tremembé, momento em que as lideranças denunciaram ameaças de morte.

Para além do conflito com a Afirma Housing Group, que se encontra atualmente parado, um dos principais conflitos que os Tremembé da Barra vêm enfrentando é a manutenção e proteção dos limites territoriais, em especial na região limítrofe ao distrito de Baleia (Itapipoca) e Mundaú (Trairi). Posseiros e empresários do ramo do turismo têm constantemente adentrado a terra indígena, desrespeitando a autonomia do povo no processo de gestão de seu território.

No limite da terra com o rio Mundaú, são realizadas rotas turísticas através de Catamarãs¹⁷ e travessias de balsa pelo rio, que faz divisa entre os dois municípios. Os Tremembé relatam que sempre tiveram uma boa relação com os prestadores de serviços de balsas, mas recentemente vem enfrentando algumas dificuldades de compreensão sobre o uso do território.

Os Tremembé da Barra do Mundaú, possuem uma profunda ligação com a natureza, que em sua cultura e espiritualidade alcança especial significado com os rituais sagrados com os encantados.

São de especial importância para os Tremembé na sua relação com a natureza, os mananciais, as reservas florestais de onde extraem e beneficiam de forma sustentável diversas frutas nativas como o murici, o batiputá, o coco, o caju. A coleta e colheita das espécies, como, por exemplo, o murici, o batiputá, a mandioca, são momentos importantes dentro de festividades.

A relevância das frutas para os Tremembé vai além do aspecto nutricional e está associada ao conhecimento tradicional que o povo indígena detém sobre esse recurso,

¹⁷ O catamarã é uma embarcação com dois cascos paralelos na sua base. Essa característica dá uma maior estabilidade, permitindo que balance menos, mesmo seguindo em alta velocidade. O seu design possibilita que o catamarã corte as ondas com facilidade, o que amortece o impacto e também permite alcançar uma maior rapidez.

relacionado com várias de suas práticas culturais. (1).

As práticas culturais e identitárias dos Tremembé da Barra do Mundaú se assentam em conhecimentos tradicionais, como aqueles relacionados com as frutas e os recursos de seu território local, como a Festa do Murici e do Batiputá e a Festa da Farinhada.

A paisagem do território Tremembé é bastante dinâmica e diversa. A caracterização dos ecossistemas locais, pode ser compreendida pelo conjunto de cinco unidades de paisagens, segundo Meireles, *apud* Dálva (46) representadas por: áreas de tabuleiro/formação e barreiras, lagoas, manguezal, campos de dunas e faixa de praia.

Além dos diversos problemas já citados, a carcinicultura, causa um grande impacto, em toda a cadeia produtiva, desde antes da implantação, com a supressão vegetal de extensas áreas de vegetação nativa, na fase de produção, despejando uma grande quantidade de produtos químicos nos corpos hídricos, causando uma grande mortalidade de peixes, e outras espécies aquáticas, bem como os viveiros de camarão desativados, onde há uma intensa degradação e baixa capacidade de recuperação e resiliência pelo impacto causado.

Os Tremembé da Barra do Mundaú, são protagonistas em diversas frentes em seu território, dentre estas, nos aspectos relativos à educação e saúde, lugares onde exercem funções como professores/as, diretores/as, agentes de saúde, dentre outros.

A terra indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú, possui, uma escola de ensino diferenciado e uma creche que tem seus processos próprios de aprendizagem e que acolhe crianças indígenas até 06 anos de idade.

A educação diferenciada dos Tremembé tem lhes possibilitado a construção de estratégias que tem contribuído fortemente para a valorização de suas memórias e a reafirmação de suas identidades étnicas. A história oral, as vivências de rituais como o torém e as práticas nos canteiros medicinais da escola são expressões da especificidade na educação indígena e resultado de lutas históricas do movimento indígena no Brasil.

Figura 4: Creche Curumin - Cunhatã



Fonte: Acervo da autora. Ano: 2022.

O território conta com diversas e necessárias estruturas de apoio a sua defesa, formação e manutenção do modo de vida dos Tremembé da Barra. Dentre essas destacam-se: casas de farinhas, casa de sementes, horto medicinal coletivo, viveiro de mudas, oca digital, casa de cura, unidade de apoio à saúde indígena, recanto dos encantados, Centro de Cultura Guardiões da Sabedoria.

Figura 5 - Ponto de Apoio do Povo Tremembé - Aldeia: Buriti do Meio



Fonte: Acervo da autora. Ano: 2022

Figura 6- Recanto dos Encantados. Aldeia: São José



Fonte: Acervo da autora. Ano: 2022

Em relação a cultura, o Torém é uma manifestação que caracteriza este povo, nasce da relação do povo indígena com a natureza e da necessidade de manifestar e comemorar as boas colheitas e fartura. É a evocação da ancestralidade e dos espíritos encantados da mata.

O Torém é o nosso ritual sagrado, né? Com ele a gente se fortalece e fortalece nossos parceiros e amigos. É muito importante porque fala da nossa espiritualidade e da nossa história, porque as músicas que a gente canta, tem a ver com a nossa história, com as nossas matas, com as nossas frutas sagradas. Ele fala da gente e da relação da gente com os encantados, né, o torém é a nossa espiritualidade forte (Liderança Tremembé feminina).

O alimento é sagrado para os Tremembé da Barra do Mundaú, integrando sua culinária e sua medicina tradicional indígena tendo as mulheres Tremembé uma importante função social na manutenção desses saberes e em repassar seus conhecimentos às gerações futuras de filhas e netas.

Destaque para o mcororó, uma bebida ritualística feita a partir do caju, muito usada nas festividades dos Tremembé da Barra e para o batiputá, uma frutinha considerada sagrada da qual se extrai o óleo com finalidade alimentar e medicinal.

As pinturas corporais são a expressão da cultura Tremembé da Barra do Mundaú.

As pinturas feitas pelos indígenas carregam uma história com uma ancestralidade muito grande por trás delas. Essa arte indígena está muito além do valor estético, ela obedece a preceitos mágicos simbólicos e cosmológicos da sociedade que a representa.

Os Tremembé da Barra extraem a tinta do jenipapeiro para fazer as pinturas corporais. Segundo a antropóloga Eliene Putira (47) a pintura indígena está além do valor estético obedecendo a preceitos mágico, simbólico e cosmológicos da sociedade que a representa.

A arte da pintura indígena é um sofisticado meio de comunicação estética, que informa aos demais sobre a diferença da qual emana força, autenticidade e valores das nações indígenas. Exibir as marcas tribais é indicar a resistência ao colonialismo, ao eurocentrismo e ao androcentrismo”, afirma a antropóloga. (47)

Acerca dos aspectos relativos aos cuidados com a terra e seu cultivo, desenvolvem seus modos de cultivar a terra dialogando sempre com os saberes e conhecimentos que adquiriram com seus antepassados e com os mais velhos a quem chamam de troncos velhos. Essas práticas com o tempo foram sendo adaptadas aos novos contextos. Eles desenvolvem suas experiências especialmente em áreas de coletivo, de cercado, nos quintais e áreas de roçado.

A pesca e a criação de animais também fazem parte do seu modo de vida, sendo importante fonte de subsistência e caracterizando um modo próprio de lidar com o mar, com os rios, com as lagoas, com os manguezais, com os córregos e com os animais.

As festividades são muito importantes para os Tremembé da Barra do Mundaú, são momentos de fortalecimento da sua luta, congregam espaços de resistência e defesa de seu território e de seu modo de vida. Nesses espaços foram construídos plantios coletivos que asseguram o alimento que para os Tremembé é sagrado e é partilhado durante as festividades locais. Dentre as principais festividades do calendário Tremembé da Barra destacam-se a

tradicional festa do murici e do batiputá, a festa da farinhada, festa de Yemanjá e o ritual do alimento sagrado.

Mesmo sob ameaça, é um território marcado por intensas e cotidianas atividades. Muitas delas contam com o engajamento da juventude que articulada através de iniciativas, políticas, agroecológicas, educacionais e artísticas, destaca-se em ações diversas, a exemplo, da promoção da segurança e soberania alimentar no território; na área de comunicação popular; em ações de reflorestamento, manutenção de viveiros, revitalização de rios e nascente; em brigadas contra incêndios.

Sem dúvida a experiência de assessoria técnica no território nos permite afirmar que as mulheres Tremembé são um destaque em todas as áreas. Dentre elas, a organização social e política do território, a espiritualidade, a medicina tradicional indígena.

4.5 Saúde indígena: o subsistema de saúde indígena e a organização no Território da Barra do Mundaú.

A 2a Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em 1993, em Brasília, estabeleceu marcos referenciais como base para a criação de uma política diferenciada de saúde.

De acordo com Bonin e Miotto (48), destacam-se quatro marcos importantes:

a) Reciprocidade: permite pensar na busca de uma coexistência equitativa entre as comunidades indígenas e os agentes de intervenção, tanto em relação à troca de experiências como à oportunidade de decisão; b) Eficácia simbólica: diz respeito ao modo como um sistema, processo ou ação de cura faz sentido pra uma coletividade e por ela é considerado eficaz; c) Integralidade: está relacionada a uma visão da saúde integrada a outras dimensões da vida, e não independente ou isolada. Aqui as dimensões históricas - sociais, culturais e ambientais são consideradas no processo de saúde-doença exigindo uma visão sistêmica e ampliada por parte de quem atua nessa área; d) Autonomia: é um princípio que deve ser respeitado em todas as dimensões da atuação junto às comunidades indígenas. Em relação à saúde, refere-se à busca da autogestão pelas comunidades dos programas de saúde.

A Constituição de 1988, define a saúde como direito de todos/as e dever do Estado, consolidando os princípios para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (CF/88 art.196).

Em virtude da pressão do movimento indígena que reivindicava a criação de um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena junto ao governo federal, governos estaduais e municipais em fazer frente às difíceis condições de prestação da assistência à saúde para a população indígena, foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SasiSUS) em 1999, por meio da Lei nº 9.836/99, também conhecida como lei Arouca¹⁸.

Foram criados 34 Distritos Sanitários Especiais a partir de critérios étnicos, culturais, territoriais, ambientais e geográficos que ficaram a princípio sob a administração da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Dez anos depois em 2010, foi criada, por meio da Lei nº 12.314/2010, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), responsável, até hoje, pela coordenação da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e por todo o processo de gestão do SasiSUS no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), constituem uma rede de serviços nas terras indígenas que considera critérios geográficos, demográficos e culturais. Seguindo os princípios do SUS, considera a participação indígena a partir do controle e planejamento dos serviços, bem como reforça a autonomia dos povos indígenas.

Segundo Pontes (49) distrito sanitário é uma formulação no âmbito da reforma sanitária brasileira que tem como eixo o conceito de território, pensado como ponto de vista de processo social, a partir da produção de Milton Santos.

Os DSEIs têm uma estrutura de atendimento que conta com unidades básicas de saúde indígenas, polos bases e Casas de Saúde Indígena (CASAI). No âmbito de cada distrito

¹⁸ O sanitarista Sérgio Arouca foi um dos principais teóricos e líderes do chamado "movimento sanitário", que mudou o tratamento da saúde pública no Brasil. A consagração do movimento veio com a Constituição de 1988, quando a saúde se tornou um direito inalienável de todos os cidadãos, como está escrito na Carta Magna: "A saúde é direito de todos e dever do Estado".

existem ainda os Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI) e os Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI). O primeiro tem característica permanente e consultiva e é composto por representantes indígenas, com competência de manifestar e acompanhar as ações e os serviços de atenção à Saúde Indígena e determinantes ambientais nas comunidades, o CONDISI é responsável por fiscalizar, debater e apresentar políticas para o fortalecimento da saúde em suas regiões.

Figura 07 – Organograma do DSEI Ceará.



Fonte: Acervo DSEI Ceará. Ano: 2023.

O DSEI Ceará possui 18 municípios na sua jurisdição segundo a localização e histórico de regionalização da população indígena, conforme pactuado no Conselho Distrital de Saúde Indígena. A Terra Indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú faz parte do Polo Base Tremembé que fica no município de Itarema, agregando Itarema, Acaraú e Itapipoca atendendo a população de 7.653 indígenas.

A atuação do DSEI Ceará, em sua organização, conta com a Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), com 09 funcionários/as sendo 03 enfermeiros/as, 05 técnicos/as de enfermagem e 01 assistente social. A CASAI tem como finalidade receber pacientes e seus acompanhantes encaminhados pelos DSEI; alojar, alimentar pacientes e seus acompanhantes; acompanhar pacientes para consultas, exames subsidiários e internações hospitalares e dentre

outros. Importante destacar que o Ceará é referência em procedimentos de alta complexidade como transplantes: coração, fígado e rins.

O DSEI Ceará conta ainda com uma Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígenas composta por médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, auxiliares de saúde bucal, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento. Há ainda os profissionais da Equipe de Núcleo de Apoio, quais sejam, assistente social, farmacêutico-bioquímico, psicólogo e nutricionista. Atualmente são 325 profissionais que atuam no Estado do Ceará.

A equipe de saúde indígena do território Tremembé da Barra do Mundaú, estava composta pelos seguintes profissionais até o momento de realização dessa pesquisa: uma (01) Enfermeira, uma (01) Auxiliar de Enfermagem, um (01) Dentista, um (01) Auxiliar Técnico Bucal, dois (02) Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), duas (02) Agentes de Saúde, 05 Motoristas (um para o carro da equipe e outros 4 que se dividem para o carro do paciente que funciona 24 horas, 7 dias por semana, (havendo nesse caso, uma troca a cada 12 horas.) A unidade de apoio aos serviços de saúde está sem profissional médico desde julho de 2021.

Em relação a forma de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, o território conta com sistema de abastecimento através de duas caixas d'água que atendem a população total. A primeira que atende as aldeias Buriti de Baixo e Buriti do Meio tem capacidade de 35 mil litros, a segunda que atende as aldeias Munguba e São José tem capacidade de 15 mil litros. A maioria das famílias tem em suas casas cisternas de primeira água e poço como fonte de água para consumo humano.

O exame físico e bacteriológico da condição da água é realizado a cada 15 dias pelo DSEI Ceará, com suporte dos AISANs do Território. Quanto ao manejo dos resíduos sólidos, (coleta de lixo), esta é realizada semanalmente, todas às segundas-feiras.

O DSEI é responsável por realizar as intervenções em saneamento na área e planejar e coordenar edificações de saúde indígena.

Em relação às fontes de energia para a iluminação, o povo Tremembé da Barra do Mundaú teve acesso a energia a partir de 2010, chegando assim nas casas das famílias as primeiras geladeiras, fogões, TVs, dentre outros. As famílias Tremembé dos dois territórios cozinham com fogão a gás e também com fogão a lenha (comum no território).

4.6 A pandemia da Covid 19 e a medicina tradicional Tremembé da Barra do Mundaú

O ano de 2020 foi considerado um ano atípico para a humanidade em razão da pandemia da Covid 19. Levou o planeta a uma crise sanitária, econômica e humanitária que impactou de forma mais acentuada na vida e organização das populações mais vulneráveis, de comunidades tradicionais e de povos indígenas. A pandemia da Covid 19 gerou uma concentração de energia, esforços e pesquisas na busca pela cura da doença. Muito se avançou com a conquista em curto tempo das vacinas contra o vírus Sars-coV-2. No rigor de um contexto de isolamento físico que provocou uma ruptura do cotidiano, amargado pelo profundo adoecimento físico, psíquico e de perdas. Muito se buscou de terapias alternativa e das práticas da medicina integrativa e complementar como recurso para aliviar a dor provocada pela Covid 19. Mecanismos naturais de prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde através de práticas da homeopatia, de plantas medicinais, da aromaterapia, da acupuntura, da musicoterapia, do reiki, dos florais, dentre tantas outras foram recorrentes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) acolhe favoravelmente as inovações realizadas em todo o mundo, incluindo no que diz respeito à adaptação de medicamentos, ao uso de medicina tradicional e ao desenvolvimento de novas terapêuticas na busca de potenciais tratamentos contra a doença por coronavírus (Covid-19). A OMS reconhece que as medicinas tradicionais têm oferecido alternativas diversas com vários benefícios. (50)

A pandemia escancarou a vulnerabilidade que recaía sobre os povos indígenas do Brasil desde o governo eleito em 2018. Enfrentando dificuldades estruturais no combate à pandemia no cenário nacional, a violação de direitos fundamentais dos povos indígenas foi

extensa. A perda de seus territórios, a violência cultural, a ausência de políticas públicas específicas, o desmonte da FUNAI Brasília e o sucateamento de suas regionais, o aumento da situação de insegurança alimentar para os povos indígenas trouxe consequências severas na sua taxa de mortalidade. De acordo com pesquisa¹⁹ da Fiocruz, até setembro de 2021 a taxa de mortalidade da Covid 19 entre os povos indígenas do Brasil era sete vezes maior do que entre a população brasileira como um todo.

Nesse contexto, muitos povos indígenas construíram seus próprios protocolos e recomendações de contenção a Covid 19. Para os Tremembé da Barra do Mundaú, foi necessário repensar todo seu processo organizativo. Com suas formas próprias de se organizar socialmente e culturalmente diferenciados, houve um impacto social grande que se deu no âmbito das relações grupais. A necessidade do distanciamento social levou a uma redefinição na dinâmica dos diversos coletivos constituídos.

Outro aspecto importante nesse contexto se deu a partir da constituição de uma barreira sanitária erguida pelos Tremembé da Barra, como estratégia de vigilância epidemiológica e sanitária de seu território. Ficava proibida a entrada de qualquer visitante que não fosse domiciliado neste território e que não estivesse a serviço de funções essenciais e em acordo com o decreto do Estado. A constituição da barreira sanitária acirrou os conflitos com os não indígenas que dividem esse mesmo território com os Tremembé da Barra do Mundaú, uma vez que os não indígenas não respeitavam as novas regras sociais constituídas e alegavam ter sua mobilidade comprometida.

A medicina tradicional indígena, foi de extrema importância no contexto da pandemia, compreendida pelos Tremembé da Barra do Mundaú, como um aspecto essencial de

¹⁹ <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=2033>

suas vidas, ela designa segundo eles, um campo amplo de saberes que integra, as plantas medicinais, o alimento sagrado e a espiritualidade.

Para os Tremembé da Barra do Mundaú, sua medicina envolve o alimento que fica ao redor do quintal, aquele que se produz no roçado, a planta que vem do mato, a água que purifica, a espiritualidade que revela um campo do seu sagrado.

Figuras 8 e 9 - Horto medicinal e exposição de mesa da medicina tradicional



Fonte: Acervo da autora. Ano: 2022 e acervo Samuel Tremembé. Ano: 2022.

Essa medicina tem seu exercício e modo de se fazer presentes nas figuras de guardiões homens e mulheres, sendo essas últimas, fortes detentores de saberes e rituais da medicina indígena Tremembé.

No contexto da pandemia da Covid 19, essas mulheres buscaram se fortalecer a partir de seus rituais, ampliando o uso de ervas medicinais no consumo de chás, banhos, defumações e benzimentos, vivenciados por meio de rituais sagrados. Em 2021, buscando a cura, a proteção e o fortalecimento espiritual, as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú, dotadas de saberes ancestrais, em parceria com a Teia das Cinco Curas²⁰, e usando os

²⁰ Rede colaborativa de **reeducação, extensão e pesquisa participativa** que envolve comunidades indígenas no Brasil, México, Peru e Canadá. O projeto enfoca as práticas indígenas que podem ajudar a enfrentar as crises ecológicas, de saúde e sociais que o sistema moderno-colonial criou. A pedagogia coloca a terra no centro como o útero que sustenta a vida. A pedagogia do útero, do entrelaçamento com a terra enfoca as 5 curas: cura dos

elementos da natureza como as plantas medicinais e os frutos sagrados, fortaleceram seus rituais de cura e limpeza espiritual.

Durante esses momentos as mulheres, faziam seus cantos, faziam danças circulares, evocavam a mãe terra, numa profunda conexão com sua ancestralidade. Elas chamavam pela luz e pela cura da terra, dos homens e mulheres, crianças e velhos anciões, de seus troncos velhos.

Sobre a atuação do município de Itapipoca, no âmbito da Covid 19, este adotou um plano de contingência para proteger as comunidades indígenas residentes no seu território. O município, atuou junto ao povo Tremembé, contribuindo para garantir suas necessidades básicas, segurança alimentar e evitando a disseminação do vírus. Ainda de acordo com nossa pesquisa realizada no acervo institucional do CETRA, os Tremembé da Barra do Mundaú, receberam pelo CETRA ações emergenciais de combate à fome em conjunto com organizações parceiras como a Fundação Banco do Brasil e a cooperação internacional Manos Unidas, com cerca de 217 cestas básicas no primeiro ano de pandemia.

Um diferencial na composição das cestas básicas distribuídas pelo CETRA, foi a origem de seus alimentos. Provenientes da agroecologia, contava com alimentos seguros e saudáveis comprados diretamente de agricultores e agricultoras familiares do território Vale do Curu – Litoral Oeste. Os Tremembé da Barra do Mundaú, receberam ainda pelo CETRA, a doação de kits de higiene como detergente, água sanitária, álcool 70% e máscaras de proteção facial.

Com relação ao processo de vacinação contra a Covid-19, todo o ciclo de vacinação dos Tremembé da Barra do Mundaú foi concluído de acordo com o calendário agendado pelo

SUS até o momento desta pesquisa. Foi um dos primeiros grupos étnicos a receberem vacinação no estado do Ceará.

4.7 A Saúde Indígena sob novo tempo

Algo importante na construção dessa pesquisa é que ela transita sob dois contextos políticos profundamente distintos e embora sua maior parte tenha sido construída no contexto de violação dos direitos dos povos indígenas, no governo Bolsonaro, a pesquisa só se conclui sob a constituição de um novo tempo, uma nova era. Destaca-se assim que no novo governo eleito (2023) o governo do presidente Lula, já nos primeiros dias de sua administração, declara a constituição do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) sob o comando da indígena Sonia Guajajara.

Destaca-se na mesma linha de ação o convite a Joenia Wapichana para presidir a FUNAI, que passa a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas e a Weibe Tapeba o convite para assumir como Secretário de Saúde Indígena no Ministério da Saúde. Wapichana é a primeira mulher indígena a presidir o órgão. Weibe Tapeba é liderança indígena cearense, amplamente comprometida com o movimento indígena no Estado, presidiu a Federação dos Povos Indígenas no Ceará (FEPOINCE) até final de 2022 e é reconhecido como grande ativista em favor dos direitos humanos.

Com alinhamento em suas pautas o recente eleito governador do Ceará Elmano Freitas, declara pela primeira vez a constituição da Secretaria dos Povos Indígenas do Estado, tendo à frente a indígena Juliana Alves, Cacika Irê do Povo Jenipapo-Kanindé.

A reconstrução das políticas públicas no Brasil e das políticas específicas para os povos indígenas, revela um cenário progressista no campo da política com características

marcantes para os povos indígenas como amplo diálogo e fortalecimento do movimento e da luta indígena no Brasil.

5. MULHERES INDÍGENAS

5.1 Olhares sobre Mulheres Indígenas

As mulheres indígenas sempre tiveram um papel fundamental na defesa dos territórios, da natureza e da vida dos povos originários, reconhecendo-se na sua ancestralidade nos saberes e práticas de cura sobre o uso de plantas medicinais. Entretanto, desde o período colonial, suas trajetórias de luta, muitas vezes têm sido silenciadas, ou pouco referenciadas nas narrativas e registros sobre as lutas indígenas.

A categoria mulheres indígenas é marcada por representações tradicionais de mulheres indígenas baseadas no estereótipo da sexualização de seus corpos e na redução do seu papel na esfera doméstica e produtiva.

Sofrendo preconceitos e estereótipos que foram construídos pela visão colonizadora europeia, a sociedade ainda hoje é influenciada por um modelo de inferiorização da mulher indígena o que leva a reprodução de diversos estigmas.

Autoras como Mccallum (51) e Strathern (52) falam que o olhar de gênero para a realidade das mulheres indígenas é recente nos estudos antropológicos. Debate que data da década de 1970, inicialmente com as críticas de Strathern e de outras antropólogas a um viés androcêntrico na antropologia. Esse olhar também é recente sob a perspectiva do feminismo que só a partir dos anos de 1990 se debruça sobre a realidade das mulheres indígenas no Brasil, sua organicidade e se reorganiza para poder entender as lutas femininas no universo indígena e fora dele. Essa questão explicaria por que sentimos dificuldades em identificar uma literatura histórica no Brasil capaz de atribuir visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres indígenas em seus contextos locais no âmbito do uso das plantas medicinais.

Para Lasmar (53), a invisibilidade das indígenas é fruto da invisibilidade dos povos indígenas, mas pesa mais às mulheres devido ao seu gênero (1990).

Segundo Pankararu²¹ *apud* Tavares (54): ao tratarmos da trajetória do movimento indígena pouco se falou da presença das mulheres. No entanto, elas estavam na luta e a importância delas é tão forte que seus nomes e suas ações estão gravados na história.

Para se compreender a história dessas mulheres é preciso levar em consideração os respectivos contextos no qual elas estão inseridas. Ao falar da diversidade das mulheres indígenas e do que representam, não se pode prescindir de saber de suas experiências concretas, de seu ‘olhar situado’ (55).

Sobre seus conhecimentos e reconhecendo a multiplicidade dos trabalhos que desenvolvem as mulheres indígenas, busca-se compreender sobre seus saberes e práticas no âmbito da medicina tradicional Tremembé na atualidade, contribuindo para a visibilidade, valorização e fortalecimento desses conhecimentos e entendimento de sua conexão com a natureza, suas formas sustentáveis de interação, sua dinâmica relacional com a promoção da saúde em seu território de existência.

Atualmente, essas mulheres vêm ocupando posições transformadoras em seus cotidianos, se organizando através de coletivos, locais, regionais e nacionais e discutindo sobre diversas pautas importantes ao movimento no Brasil.

[...] ao demonstrar as representações contemporâneas das mulheres indígenas e a agência feminina nos diversos níveis de atuação e nas diferentes instâncias, percebem - se novos posicionamentos e configurações do feminino e do masculino no universo indígena, tanto no interior como fora do espaço comunitário (56).

De acordo com Alejandra Pinto (57), que estuda sobre as mulheres indígenas a partir de gênero, etnia e organização política,

A identidade étnica feminina fez surgir organizações de mulheres em suas

²¹ Elisa Urbano Ramos, indígena Pankararu (Sertão de Pernambuco). Sua descendência familiar vem dos troncos da tradição, que influenciam diretamente sua formação na tradição do seu povo. Segundo a mesma, Pankararu é uma grande família e tem sido com os ensinamentos deles que vai guiando seu caminho na luta. Sua inserção no movimento indígena vem a partir da educação escolar o que a leva para os demais caminhos e organizações sociais

comunidades, em esfera nacional e internacional e que o pensamento feminista promoveu reflexões às mulheres indígenas, fazendo elas questionarem os lugares que ocupam na família e em suas comunidades. (2010)

Segundo Hernandez (58)

Em “diversos casos organizativos de mulheres indígenas, muitas combinam antigas demandas de terra, créditos agrários com demandas “novas” de autonomia e reconhecimento dos direitos coletivos de seus povos ou seus direitos específico⁵”. Então, as mulheres indígenas além de reivindicarem os direitos coletivos das suas comunidades, também lutam por direitos específicos delas.

Esse processo de organização tem ampliado a ocupação de posições de destaque no e para o movimento indígena de mulheres, sejam enquanto cacicas, lideranças, educadoras, curandeiras. Mais recentemente no campo da política pública, assinala-se a experiência de Joenia Wapichana²² primeira mulher indígena eleita Deputada Federal (atualmente a frente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e da candidatura de Sonia Guajajara²³ a vice-presidência da república nas eleições de 2018 (atualmente assume a pasta do Ministério dos Povos Indígenas).

Elas lutam em defesa de seus territórios ocupando espaços de incidência nas políticas públicas para os povos indígenas. Essa atuação seja como cacicas ou como lideranças e anciãs respeitadas, surge já em um contexto de novas configurações das concepções e relações de gênero no universo indígena. (56).

Conforme o Instituto Socioambiental (ISA) (59), são 85 organizações de mulheres

²² Joenia Wapichana é indígena do povo Wapichana. Nasceu na comunidade indígena Truaru da Cabeceira, região do Murupu, município de Boa Vista/Roraima. É formada em Direito (1997) pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), passou a atuar em defesa das comunidades indígenas por meio da assessoria jurídica do Conselho Indígena de Roraima (CIR), onde trabalhou por 22 anos. A sua formação lhe concedeu o reconhecimento de primeira advogada indígena do Brasil a atuar pelos direitos dos povos indígenas. Depois da graduação, em 2011, Joenia Wapichana buscou aprofundar a formação na área e fez o mestrado na Universidade do Arizona nos Estados Unidos, com bolsa da Fundação Fullbright. <https://joeniawapichana.com.br/>

²³ Sônia Guajajara é do povo Guajajara/Tentehar, que habita nas matas da Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. É formada em Letras e Enfermagem e especialista em educação pela Universidade Estadual do Maranhão. Fez parte da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e atuou como coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). <https://soniaguajajara.com.br/>

indígenas em todo o Brasil e 07 organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres, o que totaliza 92 organizações presentes em todas as regiões nos 21 estados.

Articuladas em redes ou associações participando ativamente de seus conselhos e da vida política pública, essas mulheres têm provocado debates e reflexões sobre seus novos papéis, demarcando um campo de importância sobre o impacto de suas ações na defesa de seu modo de vida e de seus territórios. De acordo com Pankararu *apud* Nóbrega (60), a roça, a política, a meizinha, as práticas de cura também são políticas e todas essas políticas são eminentemente desempenhadas por mulheres indígenas.

Os conhecimentos relacionados ao uso das plantas medicinais, são usados por essas mulheres de diversas etnias no Brasil. A maioria delas têm em seus sistemas produtivos, muitas plantas que utilizam para tratamentos de doenças diversas. Elas conhecem as propriedades de cura de cada planta (60).

Conforme Baré *apud* Silveira (61), as mulheres indígenas são as principais responsáveis pelo cultivo de diversas culturas tradicionais, e elas detém um grande conhecimento sobre sementes nativas e plantas. Possuindo um vasto conhecimento sobre essas plantas medicinais e seus usos, esse saber é um traço cultural dos povos indígenas, que não apenas é reproduzido, mas, continua evoluindo por meio da ação oral e das práticas de diversas mulheres envolvidas na medicina tradicional.

Esse conhecimento sobre a medicina tradicional tem estreita conexão com a territorialidade e suas identidades, a qual devem ser apreendidas pela interconexão de conceitos mais amplos e a partir de duas dimensões principais, que podem ocorrer simultaneamente:

[...] uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (33).

Essa afirmação apontada por Haesbaerth (33) nos remete a outras reflexões que são

importantes para a compreensão do território, da cultura e do etnoconhecimento dos povos indígenas, que ao longo dos tempos oportunizaram o descobrimento e a utilização de plantas para a cura de doenças físicas, psicológicas e espirituais – o que inclui aquelas destinadas a ritualísticas e constituem-se em “marcadores territoriais” (62), visto que para este autor

[...] a partir dos símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definem territorialidades vinculadas à cosmogonia e experiências socioespaciais e possibilitam a formação das identidades culturais e do pertencimento identitário. [...] são experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções, espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação, imbricados de conteúdos geográficos (62,63).

Segundo Pankararu e Kambiwá *apud* Tavares (54) há uma conexão total da mulher indígena com os elementos da natureza, com o tempo e sua relação com a ancestralidade. O reconhecimento dessa importante participação da mulher no cotidiano da aldeia e da sua missão como guardiã dos costumes tradicionais no âmbito do seu território colocou a necessidade de confrontar algumas práticas atuais que demonstram a lógica do patriarcado invadindo seu mundo.

No contexto da pandemia da COVID-19, experiências apontam que mulheres indígenas de diferentes territórios tem se fortalecido com o uso das plantas medicinais no enfrentamento a doença, a exemplo, cita-se as mulheres indígenas do Alto Rio Negro que lançaram cartilha sobre o conhecimento no uso das plantas medicinais e receitas usadas contra a Covid 19, e o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú que tem buscado cura e conforto para o mundo em rituais sagrados conduzidos por mulheres indígenas guardiãs de conhecimentos ancestrais que fazem uso de elementos da natureza nesse caminho para a cura.

5.2 Quem são as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú

As mulheres Tremembé da Barra do Mundaú têm desafiado estruturas de

dominação masculina. Elas são as principais lideranças entre seu povo e em espaços de participação em seu território e fora deste. Elas estão entre as guardiãs da cultura, dos conhecimentos tradicionais de seu povo, ao mesmo tempo são importantes interlocutoras em espaços políticos, educacionais e sociais, na luta em defesa de seu modo de vida e de seu território sagrado.

Sacchi (64) destaca que as mulheres indígenas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional e têm construído um discurso por meio das suas demandas de gênero. Elas reconhecem a luta de uma pauta de coletividade, mas também reconhecem a necessidade de discutir questões específicas suas e entre elas.

Organizadas em diversos coletivos, alguns deles mistos, outros, específicos de mulheres, as mulheres Tremembé da Barra falam de si e de sua luta com orgulho, sabendo que inspiram outras tantas mulheres na luta.

As mulheres são a força viva de nosso povo. Não somos mais, nem menos que os homens, a gente só reconhece nosso papel na luta... a gente sabe quem a gente representa na luta e sabe que essa luta é pelas mulheres, mas também pelo nosso povo indígena que tá morrendo. Então a gente tem de falar sobre a luta pela terra, pela defesa do nosso território, e tem de falar também, né, da luta das nossas mulheres contra a violência e a discriminação. E essas lutas são grandes. Entrevistada nome fictício (Entrevistada Manjerição, 2022).

Dentre os coletivos de mulheres Tremembé destaca-se o grupo "Cunhã Porã" que segundo as Tremembé da Barra agrega todas as mulheres indígenas do território e significa mulheres bonitas. O coletivo Cunhã Porã se organiza para se fortalecer na luta pela terra e no papel de lideranças, já que assumem esse lugar frente às lutas do povo Tremembé e nas pautas de interesse das mulheres indígenas. O grupo discute pautas individuais e coletivas como o direito à vida, segurança e soberania alimentar, direito ao consumo de alimentos sem agrotóxicos, fim do racismo, manutenção das práticas de produção tradicionais e culturais, enfrentamento à violência e ao machismo, luta organizada das mulheres indígenas, luta em defesa do território com ênfase na conclusão do processo de demarcação fundiária, educação

indígena, saúde e medicina indígena, dentre outras.

As mulheres Tremembé da Barra do Mundaú estão a frente e na liderança de todos os coletivos de organização do território, assumem a diretoria do Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca (CITI), a direção da escola indígena Brolhos da Terra e a direção da Creche Curumim - Cunhatã. Integram em posição de liderança o grupo de jovens do território e as ações de saúde, assumindo na equipe de saúde indígena a função de agente de saúde e auxiliar de enfermagem.

O território não tem a figura de um cacique nem de um pajé, esses papéis são fortemente assumidos pelas duas lideranças femininas do território. Nada se decide sem o conhecimento e aval das duas lideranças. Há, entretanto, alguns curandeiros no território Tremembé.

O grupo desenvolve diversas atividades, dentre estas, a coleta de frutos, a confecção de artesanatos, cuidam dos animais de pequeno porte. São mulheres curandeiras, agricultoras, cuidadoras, mezinheiras, cozinheiras, agricultoras, pescadoras, professoras, lideranças, funcionárias da escola e creche Tremembé.

A atividade de beneficiamento no território é bastante realizada por essas mulheres. Destacam-se entre os produtos beneficiados, a mandioca, o milho, o feijão, o murici, o coco, o batiputá, o urucum, jerimum, batata entre outros.

O grupo de mulheres se divide em dois outros coletivos que de forma específica se doam e colaboram com a luta do povo Tremembé da Barra do Mundaú. Um desses coletivos é o grupo de mulheres Defensoras da Mãe Terra, que se organiza em torno de questões mais relativas à produção e prepararam apresentações culturais para as festas tradicionais dentro e fora do território. Um outro coletivo denominado Protegidas dos Orixás faz rituais trabalhando com a espiritualidade indígena Tremembé preparando banhos, chás, infusões, defumadores que proporcionam conforto e cura física e espiritual.

Os dois grupos citados acima são formados por mulheres com dons específicos. Cada mulher é única e ela escolhe com o que se identifica, se é mais com a espiritualidade ou com a questão cultural. De acordo com as duas lideranças, o território tem mulheres que se engajam nas lutas a nível estadual e nacional, e estão inseridas na Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE).

Nossas mulheres são de luta, estão a frente de quase tudo...temos mulheres na diretoria da AMICE e agora mais recente na última assembleia dos povos indígenas do Ceará, fomos eleitas para a vice presidência da FEPOINCE. A gente entende que essa indicação é o reconhecimento do trabalho e da luta da gente no movimento. (Entrevistada Boldo).

As mulheres do território Tremembé da Barra do Mundaú, em sua grande maioria, são quem coordenam a família, chefiam a casa, assumem uma responsabilidade muito maior no seio familiar. Muitas vezes também é a mulher que é responsável por sustentar sozinha a casa, controlar as finanças e buscar alternativas para viver melhor com sua família e ainda é mais ativa e participativa nas lutas do território que são muito complexas.

6. AS CONEXÕES DE SABERES

6.1 Análise das narrativas: saberes e práticas de cura no uso das plantas medicinais

“Na nossa mata tem murici, batiputá, um serve de alimento outro serve pra curar, nós vamos fazer o óleo, do nosso batiputá o pessoal que vem de fora todo mundo quer olhar”.

*Canção: Na nossa mata tem.
(Compositor: Ze Canã)*

São as mulheres indígenas detentoras de saberes, guardiãs do conhecimento no uso das plantas medicinais os sujeitos sociais principais dessa pesquisa. Foi com elas e por elas que chegamos às questões fundamentais do povo Tremembé como, organização, costumes, modo de vida, práticas de cura, plantas medicinais, alimento sagrado, ancestralidade, espiritualidade, território, saúde e vida.

O termo "meizinheiras" é reconhecido no território, mas foi pouco usado na pesquisa. Apareceu uma vez, por isso, acabamos reafirmando a escolha do uso da terminologia “mulheres detentoras de saberes tradicionais”.

Foram 06 mulheres com as quais dialogamos em um processo de imersão para realização das entrevistas. Foram dois (02) dias com cada uma, contando com o retorno para validação de algumas informações. Durante esse período foi realizada caminhada de percurso para reconhecimento das áreas ou principais subsistemas usados pelas mulheres e com amplo protagonismo delas. As mulheres entrevistadas foram indicadas pelas duas lideranças femininas que já integravam a pesquisa previamente a partir dos conhecimentos da pesquisadora. As indicações levaram em consideração serem mulheres reconhecidas pelo território e procuradas por pessoas fora deste para uso de algum recurso da medicina tradicional indígena Tremembé.

Foi levado em consideração ainda que houvesse pelo menos uma mulher de cada

aldeia do território indígena Tremembé da Barra do Mundaú na pesquisa. São quatro (04) aldeias que constituem o território da Barra do Mundaú.

No território da Barra do Mundaú, nunca houve a figura do cacicado nem do pajé. As duas lideranças desse território, sempre se projetaram na defesa do território e foram reconhecidas como lideranças natas pelo seu povo, em razão de estarem sempre à frente da luta. Uma delas tem sua história vinculada ao movimento sindical e em defesa de seu povo. Essa luta foi importante segundo ela para seu reconhecimento como liderança. A outra ganha projeção pelo engajamento no processo de organização interna e na luta em defesa dos territórios.

As mulheres declararam que as plantas têm função alimentar humana e para os animais, funcionando também para fazer artefatos, pinturas corporais, sendo essenciais, nas suas práticas de cura e ritualísticas.

As mulheres que integraram essa pesquisa têm idade entre 40 a 66 anos e disseram receber algum tipo de benefício social na família. No grupo pesquisado, quatro (04) mulheres se autodeclararam raizeiras e trabalham com a feitura de garrafadas. Três (03) destas, fazem também o lambedor. As outras duas (02) mulheres disseram trabalhar com as ervas sob a forma de chás, infusões, banhos de limpeza e rezas. Três (03) mulheres declararam terem desenvolvido o ofício de parteiras e quatro (04) mulheres falaram sobre os encantados e como a crença e a relação com essas entidades é fundamental dentro do processo de cura.

Todas as mulheres se autodeclararam agricultoras. Há um aspecto de expressivo significado na vida comum dessas mulheres, todas elas exercem múltiplos trabalhos no seu dia a dia. Além da agricultura tem o trabalho na escola, para duas delas. Para uma, o envolvimento com a atividade da pesca. Para todas, os trabalhos domésticos e de cuidados com os netos e com os mais velhos, chamados troncos velhos pelos Tremembé. Cinco (05) mulheres encontram-se na luta direta em defesa de seu território e cultura. Duas, destas, são as lideranças de seu povo.

Quadro 2 - Perfil das mulheres da pesquisa

NOME FICTÍCIO	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RENDA FAMILIAR	ALDEIA	USO DA PLANTA-ERVA MEDICINAL
Boldo	58 anos	Casada	08	Uma (01) aposentadoria e 01 salário da escola	Buriti do meio	Faz chás, infusões, banhos de limpeza, produção de óleo
Manjerição	40 anos	Casada	02	01 salário da escola e 02 bolsas familiar	São José	Faz chás, infusões, banhos de limpeza, produção de óleo
Pepaconha	56 anos	Viúva	06	Uma (01) pensão por morte do ex companheiro	Munguba	Faz chás, é raizeira e faz lambedor e garrafada, produção de óleo
Chanana	66 anos	Casada	13	Duas (02) aposentadorias	Buriti de baixo	É raizeira e faz garrafada
Malva	59 anos	Casada	04	Uma (01) aposentadoria e um (01) auxílio doença	São José	É raizeira, faz chás, lambedor e garrafada
Corama	58	casada	02	duas (02) aposentadorias	Buriti do meio	É raizeira, faz garrafada e chás.

Fonte: pesquisa. Ano: 2022

Matos *apud* Sacchi (64) esclarece que embora invisibilizadas pela história, o protagonismo das mulheres indígenas é antigo.

“Engana-se quem pensa ser recente o protagonismo das mulheres indígenas no campo político das relações interétnicas só porque o movimento indígena incorporou a perspectiva de gênero em sua agenda política nesses últimos anos”, pois deve ser considerado a influência política que é dada através das mulheres em suas casas e nas aldeias. Apesar de não terem entrado antes em pautas e movimentos a mulher indígena esteve por anos, ainda que por trás das cortinas, revelando e discutindo suas pautas, questionamentos e direcionamentos entre esposos e familiares. (64)

O gráfico a seguir ilustra espaços de organização social e produtiva nos quais as mulheres deste estudo se encontram atuantes.

Gráfico 1 - Organização Social e Produtiva das Mulheres do Estudo



Fonte: Dados do SACI adaptados a pesquisa. Ano:2023

As narrativas das mulheres Tremembé falam de força, de luta permanente, de ser guerreira, de não esmorecer. Para elas ser Tremembé é naturalmente ser um povo lutador, incansável na luta e defesa de seu território, de suas vidas, na frente da luta e combatendo o mal. É quase como diz uma das canções do povo Tremembé:

E não tem rio que eu num atrevesse, não tem caminho que nós não ande, não tem pau que eu não arranque, não tem pedra que eu num quebre, não tem mal que nós não cure, viemo lá da cachoeira, com a força da natureza, os encantados nos mandou, viemo aqui fazer limpeza.

Conversando com uma das entrevistadas, ainda sobre o que é ser Tremembé, ela vai longe em suas memórias e aponta a origem do nome Tremembé.

Ser Tremembé é de onde vem nossa origem...esse nome vem dos tremendal, é um povo que vem do litoral. O tremendal é esse mato grande, fechado que fica sobre os rios, né... Esse nosso povo é de grande sabedoria. Quando veio as perseguições, os portugueses perseguindo nossos antepassados, os nossos troncos velhos corriam para se esconder dentro do tremendal, prá que aqueles homens não vissem eles. Passassem e não vissem eles. Eles se refugiavam no tremendal. Daí vem o nosso nome. (Entrevistada Manjerição, 202)

Ser Tremembé é ter identidade indígena de força. É falar com orgulho da nossa origem que ficou calada durante tanto tempo. É falar do nosso modo de vida.

Ser Tremembé é lutar pela nossa terra, pela defesa do nosso território, né?! Ser Tremembé é acreditar na natureza e se relacionar com ela como parte dela. A gente é assim, se mistura com a natureza entendendo ela como um pedaço de nós. (Entrevistada Malva, 2022)

Um ponto em comum entre essas mulheres, é identificado quando tocamos em sua história de vida. Quando perguntamos a elas, como era a vida quando criança e quais eram as lutas nessa época, percebemos sentimentos e memórias que se misturam entre o doce e o amargo, revelando características e traços de um tempo difícil, mas também de aprendizados e boas memórias afetivas.

Segundo as mulheres, não havia serviços de saúde no território. Era necessário ir para Itapipoca, que dista da aldeia cerca de 55km. Elas faziam esse caminho a pé.

Os posseiros expulsaram meu pai da barra, lá depois do rio. Meu filho mais velho nasceu em 1963, quando casei tava grávida dele. Morreu em 1982. Nessa época eu não fazia tanto os remédios ...fiz depois quando fiquei mais experiente. Meu pré-natal fazia no Mundaú. Aqui não tinha médico. A gente tinha acesso aos serviços antes de se reconhecer aqui, era na Vila dos Pracianos. Hoje em dia a gente tem a enfermeira, quem marca consulta prá gente aqui, isso daí ficou mais fácil. (Entrevistada Corama, 2022)

Havia ainda os posseiros que tiravam metade do que as famílias produziam para eles, não havia trabalho pago.

Falar sobre a história dos Tremembé é falar e rememorar diferentes conflitos vivenciados por esse povo. O mais recorrente nas narrativas, aponta o conflito com a empresa Afirma Housing Group que tentou construir nesse território indígena um grande complexo turístico.

Em todas as falas a presença da empresa foi algo determinante para a mudança da sua condição de vida e nas relações familiares.

A chegada da empresa provocou consequências muito ruins nas nossas vidas. Ela separou nosso povo. Nós éramos todos unidos. A gente sabia que se eles avançassem, iam destruir nossas matas, nossos rios e nossa terra. Mas foi nesse período, né, que a gente precisou falar da nossa identidade porque a

gente sabia que era definitivo. (Entrevistada Boldo, 2022).

A gente tem muitas lutas aqui, quando a gente era criança, não entendia bem, mas a gente sabia que era diferente de hoje, né? Prá gente plantar um roçado, a gente tinha de pedir aqueles que diziam que eram donos da terra pra plantar e a gente passava metade do que produzia pra eles, né?! Mas em 2002 a coisa mudou mesmo prá gente. Esse ano a gente se assumiu como povo indígena e isso foi mudando tudo. Teve muita luta e precisou de coragem prá dizer isso que a gente havia aprendido a não dizer pra ficar viva. Foi aí que nosso povo se dividiu, uma parte ficou com a empresa e até hoje a gente tem esses conflitos com os não índios. (Entrevistada Manjerição, 2022)

Do outro lado, a memória revela uma infância carregada de brincadeiras, do envolvimento livre com a caça e com a pesca na mata e nos rios, da identidade de ser indígena que se mostra ainda nova, quando criança.

Nasci na aldeia, e me criei aqui. Sempre vivi aqui, minha infância foi toda aqui, brincando, caçando e pescando na mata e nos rios. Sempre tinha um dom de conversar com os pássaros e com os seres da natureza. Eu sempre falei com eles, com nossos encantados. Meus pais e avós sempre percebiam isso em mim, eu sempre gostava de me pintar de urucum. Pintava minha cara desde pequena. Meus pais e avós sempre disseram que eu era uma grande indiazinha. Quando eu fui crescendo, tinha na época uns 14 anos, a necessidade era muito grande, minha mãe tinha 19 filhos. Nessa época me chamaram prá trabalhar em Fortaleza, cuidar de um menino. Eu fui, né, mas não conseguia demorar nadinha, não me acostumava. (Entrevistada Manjerição, 2022)

Nesse período a gente foi aprendendo a valorizar nossa terra, nossas plantas, nossas ervas, nossas matas, tudo o que dava prá nós. Meu pai contava também sobre a goma da mucunã, que é uma planta que tem na mata e ele dizia que eles ralavam prá dar a goma... e daí a gente fazia o beiju pra comer. Na nossa mata então tem tudo, né, tem o alimento sagrado que nos dá vida e que significa também nossa existência, nosso modo de vida, né. A mucunã hoje é muito forte na produção de artesanato...ela representa um legado. Quem usa, sabe que ela serve para o mau olhado, prá fazer a pulseirinha e cordão pra colocar no pescoço da criança e afastar o mau olhado, proteger. Ela ajuda também a não ter fastio, expulsa o quebrante... ajuda a não ter reima no nascimento do dente da criança. (Entrevistada Boldo, 2022)

Se a luta do povo Tremembé da Barra do Mundaú sempre foi carregada de conflitos, essa história parece nunca ter sentido o arrefecer da coragem de suas mulheres.

As mulheres dessa pesquisa se colocam na história de seu povo como guerreiras e lutadoras, são em essência líderes, são mães, são mulheres sábias, corajosas. Elas produzem

sentimentos que nos transmitem força, luz e encorajamento.

Quando perguntadas sobre como chamam as práticas de cura no uso das plantas medicinais, todas as mulheres disseram que essas práticas fazem parte da medicina tradicional indígena. Duas (02) mulheres disseram também que essas práticas dizem respeito aos cuidados com o corpo e com a alma, que para o povo indígena é muito importante alma e corpo estarem em equilíbrio.

Na cosmovisão indígena Tremembé espírito e corpo estão entrelaçados, as realidades materiais e imateriais. A vida humana e outras vidas do mundo, da natureza, das águas, dos peixes, das árvores, dos insetos e de tantos seres vivos existentes possuem suas forças vitais.

Se o espírito não está em sintonia com o corpo tudo desanda. O mal pode entrar aí e ficar. Por isso você precisa cuidar do corpo e do espírito para que teu corpo fique bem, o teu espírito precisa estar em harmonia com ele. A doença física ou espiritual quer que esses dois não estejam bem. É necessário fazer os acordos com a natureza, com os encantados, com a espiritualidade. (Entrevistada Malva, 2022).

Nossa medicina fala do nosso modo de vida e de como a gente usa nossas plantas. Essa medicina é como a gente usa as plantas, a raiz pra cuidar do nosso corpo e do nosso espírito. Isso é como a gente faz com que a gente não adoça de nada. Tem nossos alimentos e frutas sagradas que faz parte também, né? (Entrevistada Corama, 2022).

As mulheres indígenas da pesquisa têm uma profunda relação com seus quintais. São as principais protagonistas nestes. O manejo desse subsistema em sua grande parte se autossustenta, as sementes em sua maioria são da própria propriedade ou provém da troca com outras famílias, ou ainda são adquiridas a partir da casa de sementes indígena. Constata-se a realização de práticas agroecológicas no manejo com o uso de cinzas e com a borra do café. Há grande variedade de espécies frutíferas e medicinais nessas áreas. Entre as frutíferas destacam-se o coco, a bananeira, a acerola, a manga, a goiaba, a siriguela, o caju, o mamão entre outras.

As áreas de quintais por onde andamos mediam entre 0.5 a 5 hectares, totalizando a

soma de áreas de quintais e áreas de roçado. Em todas as áreas de roçado conhecidas, a produção era de milho, feijão de corda e mandioca. Em algumas áreas foi dada ênfase a algumas fruteiras que se misturavam na produção como melancia e jerimum. Algumas dessas fruteiras encontradas nas áreas de roçado, são consideradas medicinais pelas mulheres, tais como o limão e a melancia. As áreas de roçado são cercadas por uma diversidade de espécies nativas tais como, marmeleiro, catingueira, jatobá, timbaúba, sabiá, dentre outras.

Na visita a unidade familiar de Dona Malva, percebe-se a variedade de espécies que ficam no entorno da casa. Na área de roçado que fica na frente da casa, tem o feijão o milho e a mandioca. Misturam-se no quintal, frutíferas como: graviola, acerola, manga, banana, mamão, tomate, goiaba, caju, carambola, cajarana, abacate, abacaxi e siriguela; algumas hortaliças, espécies nativas e medicinais como, a corama, a malva, o mastruz, a alfavaca, o agrião, a hortelã, a babosa e o anador. A tetraciclina, a pepaconda, o jatobá, o jucá, o pau ferro, a chanana e a ameixa, são muito usadas por elas e encontradas em área de mata fechada ou tabuleiros. Nessas áreas de tabuleiro são realizadas atividades extrativistas de coleta do murici e batiputá, bem como, a coleta de sementes, fibras e cipós usado para produção de artesanato.

As caminhadas de percurso realizadas permitiram visualizar que as mulheres indígenas da pesquisa vivem processos de troca de experiências que enriquecem suas relações e seus conhecimentos. Sobre os quintais produtivos e de acordo com Almada e Sousa (65),

Os quintais se constituem como importantes espaços de trocas e relações, podendo ser descritos como espaços privilegiados de sociabilidade, na medida em que abrigam a transmissão e atualização dos saberes tradicionais, as relações entre humanos e não-humanos, os aprendizados, as vivências, as brincadeiras, as festividades.

Todas as mulheres têm em seus quintais plantas diversas que utilizam para tratamentos de doenças diversas, e conhecem as propriedades de cura de cada uma e a maneira como devem ser cultivadas e preparadas. O modo de cultivar as plantas, o conhecimento e o

método de extração e uso destas, revela um sentimento de afetividade com essas ervas. A produção dos remédios demonstra um conhecimento muito próprio que foi passado de geração para geração.

Esse processo de cuidado e respeito com nossas ervas passa também pelo cuidado com o nosso corpo e é passado pelas mulheres mais velhas das nossas aldeias. Tem nossas mães, nossas avós, e tem as tias também. Todas elas vão influenciando, neé, prá que a gente aprenda cada coisa. Muito do que eu aprendi era elas quem falavam, mas foi também olhando, observando minha mãe, minha avó. Tem toda essa questão de abrir caminhos, espiritual, que é importante, e a gente acredita muito nos nossos encantados, no espiritual, no benzimento que protege o corpo dos espíritos ruins, das energias negativas. As vezes a pessoa nem sabe que tá com essa energia ruim... (Entrevistada Boldo, 2022).

Extraí-se do cruzamento de informações do SACI e das observações de campo que há o predomínio de práticas agroecológicas nos quintais e roçados das mulheres envolvidas na pesquisa. A caracterização dessas áreas levou em conta aspectos como: práticas agroecológicas, diversidade de espécies, beneficiamento, baixo uso de insumos externos entre outros. Destaque-se que entre os Tremembé as práticas extrativistas são comuns, a exemplo da coleta do murici e do batiputá. De acordo com Diegues et al (66)

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas.

Conforme |Diegues et al (66)

[...] os povos indígenas associam a conservação da natureza com os conhecimentos tradicionais e manejo dos recursos naturais, essa ciência é chamado de etnoconservação. A Etnoconservação associada aos povos indígenas merece atenção especial tendo em vista se entender essa nova abordagem dos recursos naturais.

O Gráfico a seguir ilustra o tipo de produção realizada pelas mulheres indígenas Tremembé desse estudo em dois (02) subsistemas, quintal e roçado. Esse gráfico é resultado dos dados adaptados do SACI a pesquisa.

Gráfico 02 - Tipo de Produção no quintal e roçado das mulheres do estudo



Fonte: Dados adaptados do Saci. Ano:2023

Segundo Chanana (2022) a relação com suas plantas medicinais é de amor:

Eu converso com minhas plantas e eu ouço também elas. Elas sentem se a energia de alguém é boa ou má. Eu cuido delas como quem cuida de um filho, né? Se minhas plantas sentem uma energia ruim, elas podem adoecer também. Cuidar das plantinhas pede amor da gente.

O uso das plantas medicinais é dominado pelas mulheres Tremembé e esse cuidado e saber vem de longa data. Segundo elas, é um conhecimento que foi passado de mãe para filha. Quatro (04) das entrevistadas, referenciaram suas avós quando perguntamos sobre como aprenderam sobre o uso das plantas medicinais. Todas disseram que aprenderam a partir do processo de cuidados, já que elas eram chamadas a cuidar dos irmãos, das irmãs e dos mais velhos na casa. Todas as mulheres falaram que acabaram experimentando ao seu modo esse uso das plantas medicinais e constituindo o seu próprio modo de fazer.

De acordo com Saraiva (67), a tradição oral pode ser considerada como a base da transmissão do conhecimento de uma geração para a outra dentro das comunidades indígenas.

É através das narrativas orais que se mantem historicamente seus laços coesos e suas

histórias em constante movimento.

A Antropóloga Manuela Carneiro (68), diz que os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, falam de uma forma particular de gerar conhecimentos, elas produzem biodiversidade agrícola, e conservam a biodiversidade das florestas.

Historicamente, os povos indígenas do Brasil são conhecidos por possuírem formas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, bem como por apresentarem vasto conhecimento sobre plantas medicinais e seus usos terapêutico, e formas próprias de tratamento e cura de doenças.

Com um aprendizado que vem desde criança, as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú falaram que o conhecimento no uso das plantas medicinais precisa ser preservado, mantido com cuidado, pois ele carrega valores culturais e promove saúde em seu território. Um traço interessante, dentro desse contexto, são as relações de solidariedade existentes entre as mulheres Tremembé no âmbito das diversas práticas da medicina tradicional. Essas práticas aproximam e fortalecem as relações sociais e afetivas familiares e comunitárias. Segundo elas, é importante que o conhecimento no uso das plantas medicinais circule, se amplie e seja fortalecido.

As ervas, são nossa força, nossa cultura, nossa medicina. Nosso conhecimento precisa estar com outras mulheres, né? A gente entende que os remédios da farmácia são muito procurados, né, e eles tem sua importância, mas, nossas ervas não têm valor sabe... e pra cada mal, pra cada doença, tem uma plantinha que cura. (Entrevistada Pepaconha, 2022)

Esse saber nosso, só faz sentido se a gente tem com quem dividir né? Essa importância de passar práns nossas meninas, as mulheres da família e da comunidade também. È praquelas que se interessam, e é bom elas quererem saber, porque não é conhecimento pra morrer não. Olha, tudo o que a gente precisa a mata dá. Isso não pode se perder não. (Entrevistada Chananna, 2022)

A importância dos saberes locais e do manejo dessas mulheres sob os recursos naturais e sob seus agroecossistemas reflete seus cuidados e sua relação com o meio ambiente, seu papel fundamental na segurança alimentar de suas famílias, na manutenção da agrobiodiversidade local e na valorização de sua cultura. Nessa perspectiva pode-se afirmar que há uma profunda relação entre o modo

de vida dos povos indígenas e a agroecologia.

Segundo Siliprandi (69),

A agroecologia pode ser compreendida como co-construção múltipla entre ciência, práticas sociais ancestrais dos/as camponesas e dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas. Ela assinala uma proposta política, que expressa a defesa de um modo de vida, de produção ecologicamente sustentável e de transformação profunda do paradigma produtivo e de organização social.

Esse estudo revela uma grande variedade de espécies medicinais usadas pelas mulheres Tremembé, são 41 espécies, incluindo frutíferas como, o coco, o limão e a melancia, consideradas de grande poder medicinal no território. Embora boa parte dessas espécies se encontrem nos quintais, uma outra parte como, a chanana, a pepaconha, ameixa, o jatobá, o jucá e o pau ferro, podem ser encontradas em outras áreas como na mata fechada, nas áreas de dunas e tabuleiros.

O batiputá, a gente pega na mata, né, tu já foi fazer a colheita com a gente, sabe como é, né. A gente sai cedinho, vai em grupo e quando volta aí a gente faz a tarefa, né. A gente pega os mais madurinhos, né? A gente bate ele no pilão, depois coloca ele na panela e bota no fogo até o óleo sair. (Entrevistada Boldo, 2022).

Nas palavras de Pepaconha (2022):

As plantinhas têm um poder maior que qualquer coisa que o homem conhece. Tudo o que é medicamento vem delas, se não é tudo, é uma grande parte do que nosso pai Tupã criou e permitiu ao homem conhecer. São as nossas ervas, as nossas frutas, tem muito alimento na nossa mata.

Além de serem usadas no dia a dia, e por muitas pessoas da aldeia, pessoas de fora do território, Itapipoca, municípios nas proximidades, pessoas de Fortaleza e de outros estados, buscam em geral, as garrafadas, o lambedor, a benzedura e os banhos de limpeza.

As pessoas daqui e de fora muito me procuram. As daqui quando sentem uma gripe forte, alguém sempre me procura. As de fora procuram por muitos males, desde a gripe que não cura, a dor de estômago forte sabe, essa gastrite. No geral, elas procuram o lambedor, prá fazer este, elas encomendam, e também querem muito a garrafada. Eu uso de tudo, a malva santa, corama, pepaconha do morro, eucalipto, chanana, flor de limão, casca de laranja, gergelim, mostarda, alho roxo, casca de jatobá, casca de juá, folha de mangueira e urucum bom prá tuberculose (você coloca no mel), romã, folhas amarelas de

catingueira (pro mel) e as vezes boto também pedacinho de babosa, folhinha de tetraciclina, anador...mastruz, raiz de vassourinha, gengibre, açafroa. (Entrevistada Corama, 2022)

Aqui as pessoas da aldeia me procuram muito, principalmente se é gripe que fica na cabeça e que o corpo fica todo doído. Aí eu faço o chá é um banho de limpeza. O banho é carregado de energia, né, e limpa o corpo todo e vai afastar aquilo que de ruim tá perto da pessoa. Porque isso pode ser doença do corpo, mas pode ser também do mal que colocaram na pessoa. (Entrevistada Malva, 2022)

Prá cada momento a gente tem um remédio, uma medicina. Por exemplo, se tá doente espiritualmente a gente faz os banhos de limpeza que a gente faz de várias misturas, prá afastar dela aquela negatividade. A gente faz a noite e deixa no sereno para que aquela pessoa pegue toda a essência da noite, prá bem cedinho, no raiar do sol, ela tomar o banho. A pureza da noite deve purificar aquela pessoa e afastar toda negatividade. Se for outro problema, a gente tem os chás. Muito do que nós fazemos é prá dores diversas. Tem a dor de barriga, por exemplo, que a gente usa o chá do alho, uma casquinha de limão ou de laranja e o boldo. Se estiver com o estômago ruim é sagrado. Ele também livra de coisas ruins... fazemos o banho de descarrego. (Entrevistada Manjerição, 2022).

A prática da benzedura e do banho de limpeza com as plantas e a água é muito comum entre os Tremembé da Barra do Mundaú. Nos rituais de abertura e encerramento da festa do murici e batiputá, por exemplo, o banho de limpeza é conduzido, em geral, por uma das mulheres lideranças na abertura do Torém e no encerramento da festa com a benção das duas lideranças no mangue.

Segundo as mulheres entrevistadas essas festividades acontecem em espaços distintos dentro do território. Esses espaços demandam fortalecimento e neles são desenvolvidas experiências dialógicas com a produção, com o alimento, com a espiritualidade, para cura e para a proteção. A casa de cura, a oca digital, as dunas, as casas de farinha, a camboa, o rio, o mangue, áreas de mata fechada, todas acolhem os rituais do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

O ritual da benzedura, carrega na prática, a qualidade de trazer a quem procura essa benção, uma proteção ou conforto que muitas vezes não é encontrado em outros espaços. Revela

ainda um olhar diferenciado do modelo biomédico, sobre o processo de saúde-doença, por parte de quem pratica a benzedura e de quem procura por esta.

Segundo Nogueira et al (70), a eficácia da benzeção se alicerça em dois pilares fundamentais: a fé daquele que benze e a crença daquele que é benzido.

De acordo com Borges (71) esses processos de reza e benzedura ou benzeção trazem consigo um complexo sistema de trocas simbólicas que se expressam nas relações de solidariedade, construídas a partir dos diálogos entre os detentores dessas práticas e seus beneficiários.

Conforme Calheiros *apud* Diniz (72), as mulheres benzedoras (ou rezadeiras) são consideradas como cientistas populares que possuem características próprias de curar, unindo o misticismo e o sincretismo da religião junto aos conhecimentos da medicina popular²⁴.

Todas as mulheres relataram que fazem uso de chás de forma diária, independentemente de estarem doentes, pois acreditam que estes são alimentos para o corpo e para o espírito que são fáceis de preparar. Todas relataram que o cheiro e o sabor são atraentes e que seu uso diário é parte da sua cultura. Todas as mulheres associaram igualmente o chá a cura de enfermidades.

Chá prá diarreia eu faço há muito tempo, desde muitos anos, na época a gente não tinha soro aprendi com minha mãe: uma folha da siriguela, a folha do olho dela, que é uma folhinha mole, uma folha do olho da goiabeira, um pedacinho da palha do coqueiro ou o coquinho verde bem pequenininho quando tá nascendo, e uma folhinha mole do mamoeiro. Bota prá ferver e depois coloca as folhas. Melhora muito o intestino. (Entrevistada Manjerição, 2022)

²⁴ A medicina popular é, de início, uma medicina tradicional, o que não representa imutabilidade, e seu modo de transmissão é oral e gestual, através do ‘ouvir-falar’ e ‘ver-fazer’, que se dá por meio da família ou vizinhança (4) orientada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). É uma prática que incentiva o desenvolvimento comunitário, a solidariedade e a participação social (3).

Quatro (04)) mulheres citaram se envolverem no fazer de óleos, sendo citado por elas o óleo do batiputá. O batiputá para os Tremembé é uma fruta sagrada que integra sua medicina e é usada com múltiplas funcionalidades.

O batiputá fala muito da gente, né?! De quem os Tremembé são. Ele parte do nosso território e da nossa relação com essa terra que é sagrada prá gente... é alimento que cura o corpo, a alma, e dá sabor na nossa comida. Sim, ele é da nossa medicina. (Entrevistada Manjerição, 2022).

Todas as mulheres disseram fazer uso de folhas medicinais, como boldo, camomila, cidreira, erva doce, eucalipto, capim santo e mastruz.

Quatro (04) mulheres citaram especificidades de algumas plantas/ervas falando da diferença entre estas, tais como, boldo grande e boldo miúdo. O primeiro, segundo elas, é muito utilizado na elaboração de chás e para combater a gastrite, problemas gerais de estômago e até o câncer. Suas folhas são calmantes e auxiliam na diminuição de dores reumáticas. O boldo grande é também utilizado por elas no preparo do lambedor. Já o boldo miúdo é mais usado na elaboração de chás e para combater a gastrite, a azia e a má digestão.

A medicina tradicional indígena Tremembé da Barra do Mundaú, envolve um campo de conhecimentos que integra o uso das plantas medicinais.

Para as mulheres entrevistadas, as plantas medicinais são um componente da área da medicina tradicional Tremembé, pois sua medicina compreende também a dimensão da espiritualidade e do alimento ancestral sagrado.

Nossa medicina fala das plantas, das nossas ervas, mas ela é também tudo o que envolve nossas encantaria e nossos alimentos que prá gente são sagrados. O peixe assado com beiju, o grolado, o café de milho, é tudo parte da nossa ancestralidade. Quando a gente come bem, a gente preserva a nossa cultura, mas a gente também cuida do nosso corpo... cuidar de comer bem, é saúde prá gente, né?! (Entrevistada Boldo, 2022).

Você vive uma realidade muito bonita crescendo no meio da mata, em contato com o mangue, todas essas presenças estão ao nosso redor e são poderosas. Elas fazem parte da nossa vida e prá gente todas estão ligadas, sabe, tudo fala da nossa medicina tradicional. (Entrevistada Pepaconha, 2022).

A medicina tradicional p gente é as nossas plantas, a nossa espiritualidade, a nossa relação com os encantados ne? Nosso alimento da mata, do quintal, tudo tá carregado dos nossos ancestrais, de tudo que é bom e tudo que a gente precisa tá aqui ao redor. Se você tá precisando de algum remédio pra dor, tem a planta, tem o alimento. E tudo é do nosso território que é rico. (Entrevistada Malva, 2022)

A figura a seguir ilustra a compreensão dos Tremembé da Barra do Mundaú sobre a medicina tradicional e sua relação com o território e a saúde. A figura nomeada mapa mental, é resultante dos diálogos com as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú, envolvidas nessa pesquisa.

Figura 10 - Mapa mental: compreensão da medicina tradicional Tremembé da Barra do Mundaú



Fonte: Luis Eduardo. CETRA. Ano: 2023

Para as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú, a relação com a natureza é de interatividade, uma vez que compreendem que fazem parte dela. Todas as mulheres falaram da natureza, da importância das matas, das florestas e dos rios para a vida humana. Na sua concepção, a mata é habitada por encantados diversos, dela se extraem os alimentos e dela pode depender também a proteção contra diversas doenças, seja pela biodiversidade que existe nela, seja pela relação que se estabelece com a encantaria.

Como já dissemos, a medicina tradicional dos Tremembé da Barra do Mundaú

possui importante papel em suas vidas, seja pela relação direta com a espiritualidade, seja pelo alimento que para seu povo é sagrado, seja pela ação e relação que estabelecem com as plantas medicinais, seja porque ela significa também seu processo de resistência e luta em defesa de seu território. Além disso, revela, práticas e crenças, que falam do seu modo de vida e colocam a necessidade de seus saberes serem resguardados. Nessa perspectiva, perguntamos às mulheres Tremembé, se elas consideravam que seus saberes/conhecimentos se encontravam sob alguma ameaça.

Todas as mulheres relataram que em algum momento, esses conhecimentos passaram por ameaças. Duas (02) mulheres falaram que o avanço da biomedicina (medicina convencional) com a chegada da equipe de saúde no território mudou a relação com a medicina indígena. Com a chegada de profissionais como médico e enfermeiro a época, os indígenas, especialmente os mais jovens, passaram a buscar mais esses serviços. Com a oferta de uma medicação pronta, rápida, e de fácil acesso, relatou-se que o consumo de medicamentos foi generalizado, embora, tenha sido em dado momento mais forte entre a população jovem.

As mulheres falaram que o conhecimento adquirido precisa ser repassado e que essa memória no uso das plantas medicinais precisa ser preservada.

Essas práticas já tiveram ameaçadas, passou um tempo meio adormecida, mas hoje ela tá revivendo. Quando a saúde, a equipe de saúde, chegou na aldeia isso ficou um pouco adormecido...os mais idosos continuaram com seus costumes, mas os mais novos passaram a ter acesso a medicamentos que antes não tinham com facilidade... isso melhorava mais prá alguns porque eles não tinham que ter tempo pra ir atrás das plantas na mata ne?! Já tinha o medicamento pronto. Mas com isso a gente também percebeu que eram duas práticas que tinham de permanecer unidas, uma com a outra, as duas eram importantes. Aí a gente começou a vivenciar de forma mais forte a nossa medicina tradicional. Essa Covid também levou a gente a necessidade de se fortalecer espiritualmente. A gente tinha que ficar afastado, né, isso foi ruim, porque muita da nossa força vem dos nossos coletivos. Aí passou um tempo e a gente foi se juntando e foi pro morro e prá outras áreas fazer nossos rituais e chamar nossos encantados. Nossas plantas estavam lá ne?! (Entrevistada Boldo, 2022).

Quatro (04) mulheres relataram ameaças à medicina indígena em razão da presença dos não indígenas em seu território.

Ocupado por famílias que não se reconhecem como indígenas e que aderiram ao discurso da empresa Nova Atlântida sob a promessa do desenvolvimento e da geração de emprego e renda, os não indígenas, realizam queimadas e poluem rios e mangue, ameaçando as plantas medicinais e espécies animais que integram a biodiversidade local.

A queimada que os não índios fazem aqui, ameaça muito as nossas plantas e animais e o culto deles também não gosta das nossas práticas... a empresa quando estava aqui dentro também ameaçava nossos conhecimentos, nosso modo de vida. Como avançamos na demarcação da nossa terra, isso ficou prá trás. (Entrevistada Pepaconha, 2022).

Nós temos uma missão. Nós fomos escolhidas porque nem eu mesma sei. As vezes não sei como cheguei aqui. É como se a gente tivesse uma missão dada por Deus, pelo nosso pai Tupã prá que a gente consiga dar continuidade a uma missão que nossos antepassados não encerraram. Nós temos um povo nosso aqui vivo e encantado. Nós temos sitio arqueológico registrado aqui. Existia um povo aqui que deixou todas as marcas e identidade prá nós. Os vestígios dele são prá nos ajudar. Quando eu falo me arrepio toda. Tudo o que nós vivemos, nós mulheres na frente de uma luta dessa que não foi nada fácil... só sendo uma missão mesmo de nossos encantados, de nosso Deus. (Entrevistada Manjerião, 2022).

Apesar das ameaças, a medicina tradicional dos Tremembé ganhou projeção e força, com o processo de educação diferenciada experimentado na escola Brolhos da Terra. A grade curricular atual, inclui a medicina tradicional indígena no ensino das crianças e dos jovens. Se antes a educação invisibilizava os saberes tradicionais dos Tremembé da Barra do Mundaú, atualmente, ela envolve as visões, saberes e práticas culturais desse povo.

Na escola Brolhos da Terra as crianças e jovens fazem a abertura do dia escolar com o ritual do Torém que na concepção indígena e segundo duas (02) das mulheres entrevistadas, promove comunicação com os encantados, valoriza os antepassados e dialoga com a natureza.

O torém fala da nossa cultura, do nosso modo de vida e nos conecta com a natureza, com nosso pai Tupã, né?!... é importante porque nossas crianças tem contato com o torém ainda pequenas... Trazer a nossa medicina prá dentro da escola, é mostrar nosso processo de resistência e falar sobre nossa cultura. Isso é resultado de uma luta histórica do movimento indígena e dos professores indígenas. (Entrevistada Boldo, 2022).

O torém é essa relação nossa com o sagrado, né, com a natureza, com os nossos encantados. Ele é uma referência prá nós, e todo mundo participa. A nossa

juventude tá muito forte e inserida no Torém também. Eles compreendem o significado do torém pra gente. (Entrevistada Pepaconha, 2022).

A escola incorpora momentos formativos teóricos e práticos sobre a cultura indígena e inclui a medicina tradicional indígena no dia a dia das crianças e jovens, através de oficinas na escola e creche e no horto coletivo.

Temos uma disciplina de história Tremembé no ensino médio, essa disciplina vem desde a contação da história quando eram crianças, mas a gente percebe que isso não é suficiente... porque o tempo de 1 hora de sala de aula não dá conta, então nós estamos organizando seminários, hoje tem um seminário que a gente vai falar sobre a luta e a resistência do povo Tremembé, isso é pra todas as turmas. A escola é sempre um ponto de partida, ela só faz sentido se for dialogando com nosso povo sobre o que é ser indígena, ser Tremembé. Ela não é só prá aprender a ler e escrever, a missão da escola é maior. (Entrevistada Manjerição, 2022).

Temos diversas práticas na creche que envolve as crianças na nossa medicina, desde o torém todos os dias, a gente abre o dia com o torém, as crianças cantam e dançam, tem as práticas com os pequenos no canteiro de nossas medicinais e hortaliças. (Entrevistada Boldo, 2022).

Em relação a saúde e natureza as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú, desse estudo, falaram que esta é compreendida por seu povo como parte de suas vidas. Com elas estabelecem relação de harmonia, com ela se relacionam de forma sustentável. Dela tiram parte de seus alimentos e com ela se conectam também com seus encantados. Há uma relação social de reciprocidade e respeito com essa natureza, sendo ela indispensável a sua existência.

Ou seja, não se constitui uma relação de exploração do homem com o ambiente, como ocorre nos moldes capitalistas, mas, sim, de reciprocidade, uma relação de dualidade entre corpo e alma, corpo e espírito uma relação social. (73)

A compreensão de natureza e vivência desta, pelos Tremembé da Barra do Mundaú contraria a visão cartesiana moderna sobre a natureza. Conforme Porto-Gonçalves (46) a modernidade das sociedades capitalistas imprime à natureza duas dimensões, uma na qual, a natureza é vista como recurso e, portanto, como mercadoria e uma outra sustentada no antropocentrismo, tendo o homem na centralidade do mundo.

A problemática ambiental contemporânea, aponta como pano de fundo uma questão central nesse debate, a luta dos povos indígenas, está para além da luta contra a desterritorialização, ela é uma luta pela defesa da diversidade, das condições naturais de existência, trata dos direitos da natureza.

De acordo com Porto-Gonçalves, (74) a luta dos povos indígenas diz respeito a toda a humanidade, porque trata da defesa da vida do planeta

Ao colocarem a natureza como sujeito de direito, ao politizarem a cultura dando-lhe um sentido prático não separando corpo e mente, natureza e cultura, espírito e matéria, os povos indígenas ensejam um debate que vai além do desenvolvimento/subdesenvolvimento, a que o mundo intelectual ficou preso nos marcos epistêmicos eurocêtricos até recentemente.

Essa natureza é também compreendida pelas mulheres da pesquisa, como um lugar de acesso à saúde. Sendo esta o meio que lhe permite a interação física e espiritual com o ambiente. A saúde por sua vez, não diz respeito a um corpo doente apenas, ela tem toda relação com o espírito, com a vida que se produz e leva. A saúde tem relação com a vida comunitária, com a mãe terra e se sustenta numa relação de equilíbrio entre a natureza e as pessoas.

A Saúde se relaciona com tudo, com a proteção ao nosso território, com o modo de cultivar a terra, sem agredir, né? Sem usar o veneno. Se a gente não tem a nossa terra boa e saudável, que saúde a gente tem? A gente faz parte dela, então a saúde é dizer da gente, mas, lutar pra que nossa terra esteja viva e bem. (Entrevistada Boldo, 2022).

Prá mim saúde é poder trabalhar, viver na luta, sem dor, viver na luta sem sentir dor. Os demais do meu povo eu acho que eles acham que saúde é viver tomando nossos remédios que a gente faz... quando sente um problema vai no posto, mas também usa o nosso remédio. Tem nossos rituais também que prá gente entoam saúde, né?! Eles nos fortalecem. Mas aqui a gente só pode viver bem, se todos os nossos seres estiverem bem. (Entrevistada Chanana, 2022).

Essa nossa saúde, nossa medicina contribui prá gente se fortalecer, a gente se protege do mal. Os nossos banhos nas nossas águas sagradas e no nosso ritual mudam a nossa vida. Quando eu não tô muito bem, além dos nossos remédios, das nossas plantas, eu vou lá no mato, no quintal e falo com as minhas plantas e com os seres que tão alí ao redor. E tá tudo bem. (Entrevistada Malva, 2022).

Tudo o que nós faz é produzir saúde, nas cura, nas reza, nós sempre estamos concentrados e pedindo paz, saúde e sabedoria. A nossa natureza nos move no sentido do que é a vida de verdade, né? Isso tudo é saúde e não existe saúde, sem a nossa mata viva, sem o nosso território conquistado!!! (Entrevistada Pepaconha, 2022).

Quando a gente tá na luta, defende nosso território da empresa, dos inimigos, isso eu entendo como saúde, né? A gente se organizar, fazer nossos rituais e se fortalecer contra os inimigos, aqui são muitas as ameaças. Teve a empresa que tá em silencio, mas tem agora esse turismo, tem o povo que quer entrar no nosso território e tem os não índios que tão dentro, isso é o mal e a gente conseguir se organizar pra lutar contra essas coisas, pra mim significa saúde... isso é saúde. (Entrevistada Boldo, 2022).

Saúde é estar bem, você tá bem com você, com seu corpo, com sua mente. Não é porque não estou sentindo uma dor aqui ou outra ali, que tenho saúde. Você tem que tá bem com a vida, com os outros, é se sentir feliz. Eu preciso tá bem em todos os sentidos, espiritualmente, estar bem com os outros, estar na luta. Dessa forma a gente mostra saúde, bondade e beleza e essas coisas não podem ser vistas sem se relacionar umas com as outras, né?! A gente vive com saúde sim, mas quando a gente tá sob ameaça, aí nossa saúde fica afetada. Porque nós temos saúde corporal e a espiritual, e a gente sabe que precisa do médico... Mas se a gente tá na luta com o nosso povo pela defesa do nosso território, isso é saúde pra gente. (Entrevistada Pepaconha, 2022).

Mas a saúde espiritual essa muitas vezes nos afeta e afeta nosso corpo. Nossa saúde espiritual fica ruim quando os conflitos aqui estão em alta. Nosso corpo adocece. Nós não vamos atrás do médico, nós somos os especialistas da nossa vida espiritual e a gente sabe que precisa estar bem espiritualmente prá poder transmitir firmeza e encorajar nosso povo na luta pelo nosso território. (Entrevistada Manjerição, 2022).

Nós Tremembé, a gente tem essa coisa da nossa força que é quando a gente se reúne. Quando a gente tá perto, parece que a gente tem mais saúde. E quando a gente tá perto, tá lutando contra o que quer nos desencorajar. Aí a gente tem saúde... e a nossa medicina é mostrar nossa resistência, né?! Mostrar quem a gente é e a nossa força de lutar. (Entrevistada Corama, 2022).

Para as mulheres Tremembé entrevistadas, a saúde se relaciona de forma muito íntima com a defesa de seu território. A violação do direito ao livre uso desse espaço e do exercício da sua identidade indígena e todo o complexo cultural que envolve o modo de vida dos Tremembé da Barra do Mundaú implica no adoecimento do corpo e do espírito.

De acordo com Pontes (50) as condições de saúde dos povos indígenas se encontram relacionadas a proteção de seus territórios:

[...] o respeito aos seus conhecimentos e práticas de saúde e seus sistemas médicos próprios. Então, esses marcos de direitos constitucionais, territoriais, e de identidade étnica no Brasil, eles influenciaram diretamente na ideia do que é saúde diferenciada dos povos indígenas e na constituição do subsistema de atendimento à saúde indígena.

Essas condições de saúde estão relacionadas a esses direitos constitucionais dos índios, a proteção de seus territórios, o respeito aos seus conhecimentos e práticas de saúde e seus sistemas médicos próprios. Então, esses marcos de direitos constitucionais, territoriais, e de identidade étnica no Brasil, eles influenciaram diretamente na ideia do que é saúde diferenciada dos povos indígenas e na constituição do subsistema de atendimento à saúde indígena.

Ao olhar para a perspectiva de saúde dos Tremembé da Barra do Mundaú percebe-se sua íntima relação com o conceito mais ampliado de saúde e ao qual nos reporta Santos *apud* Carneiro et al (02) a ecologia de saberes é um processo coletivo de produção de conhecimentos que visa reforçar as lutas pela emancipação social.

Os Tremembé têm uma relação de reciprocidade com a natureza, enxergando nesta sua sobrevivência. Para o professor Brandão, *apud* Silva (75): Existem três princípios de relações que orientam o sentimento e o saber dos povos indígenas a respeito do mundo e dos seres naturais com os quais se relacionam:

A terra e os seus elementos não são uma coisa, mas um dom; tudo o que existe e é dado ao homem estabelece a obrigação de uma reciprocidade que dissolve a dualidade entre a natureza e a sociedade e que se atualiza continuamente por meio de trocas de parte a parte; a terra não é somente um lugar, mas um tempo realizado de símbolos e de memórias. Uma das mais relevantes contribuições da cultura indígena para a sociedade brasileira, no momento em que se depara com a necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento, como a defesa da biodiversidade, é a dimensão do dom que representa a natureza, não sendo um objeto a ser espoliado. Na verdade, ela é um patrimônio universal, que une gerações passadas, presentes e futuras. Para estabelecer tais vínculos, as relações têm de estar assentadas em bases de reciprocidade, em que uma parte adquire significados específicos, sem perder a característica central de igualdade entre sujeitos diferenciados.

Por fim, perguntamos às mulheres se elas achavam que essa pesquisa poderia contribuir com os conhecimentos e lutas do povo Tremembé.

Todas as mulheres relataram que sim, que a pesquisa era importante. Todas disseram que há uma preocupação no território em fazer viva a medicina tradicional indígena e que a pesquisa contribui para evidenciar esses saberes.

A pesquisa contribui e ela é muito boa, ela pode contribuir muito porque são saberes que muitas vezes ficam esquecidos pelo povo, algumas vezes pelos nossos e essa pesquisa ela acende essa luz sabe?! Essa pesquisa traz muitos benefícios, chamando atenção pros nossos saberes, ajuda a gente a olhar e olhar de novo e melhorar nossas práticas e afirmar que elas são nossa riqueza. A pesquisa deixa isso em evidencia, né?!(Entrevistada Boldo, 2022).

Essa pesquisa eu acho que só pode ajudar a gente, ela fala dos nossos conhecimentos, da nossa medicina e isso também pode animar a nossa juventude nesse caminho. Nossos jovens são muito fortes e presentes, mas tem alguns que precisam se animar e eu acho que quando você faz essa pesquisa você chama também atenção deles sabe?! (Entrevistada Malva, 2022).

Com certeza esse trabalho é muito importante, eu acho que pode ajudar de muitas formas, você falar da medicina é uma forma de valorizar nossa medicina tradicional. Chamar atenção prá importância das plantas ajuda também as pessoas a terem mais consciência sobre a importância de preservar a natureza, né? Afinal, a gente precisa dela. (Entrevistada Corama, 2022).

Eu acho que toda forma de valorizar os nossos saberes é boa né? A gente precisa ter nossa medicina fortalecida e isso é de dentro pra fora principalmente. Mas você vem com essa ideia de mostrar nossos modos de lidar com as nossas plantas e dizer que isso é importante para a gente, então eu acho que é muito boa sim. (Entrevistada Chanana, 2022)

O quadro a seguir apresenta a identificação das plantas e frutas medicinais apontadas pelas mulheres deste estudo. Nele é possível identificar algumas das indicações de uso das plantas e ou frutas usadas pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú, em seu cotidiano.

Segundo as mulheres há uma diversidade de espécies nativas maior em seu território, as que seguem são algumas destas.

Quadro 3 - Lista de plantas e frutas sagradas identificadas a partir dos diálogos com as mulheres e usadas pelos Tremembé da Barra do Mundaú.

	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	INDICAÇÃO MEDICINAL DE CURA PELAS MULHERES ENTREVISTADAS
01	Açafrão (também chamada na aldeia de Safroa)	Curcuma longa	É usada para o controle do colesterol e da glicose. Auxilia na digestão alimentar e é também compreendida como um antidepressivo.
02	Alfavaca	Ocimum basilicum	É usada para banhos, benzedura, respiração
03	Alecrim pimenta	Verbenaceae	Suas folhas e flores são usadas contra fungos e micróbios em geral
04	Alho	Allium sativum	É usada a parti de seu bulbo e tem uma ação antibacteriana
05	Anador	Justicia pectoralis	É usada para combater a tosse, a febre, dores musculares e dores cabeça
06	Arruda	Ruta graveolens	É usada como analgésico, anti-vermífugo e para problemas circulatórios.
07	Babosa	Aloe vera	É usada comumente como cicatrizante para combater queimaduras, dores musculares, gripes e inflamações, além de ser usada no tratamento dos cabelos.
08	Batiputá	Ouratea fieldingiana gardner	É usada como anti-inflamatório e como alimento.

09	Boldo grande	Peumus boldus	É muito usado para fazer chás e lambedor e auxilia a combater gastrite, dores de barriga e o câncer. Suas folhas são calmantes e funciona também para diminuir as dores reumáticas.
10	Boldo miúdo,	Plectranthus ornatos	Usado para má digestão, gastrite, azia,
11	Camomila	Matricaria chamomilla	Suas flores são usadas como antialérgico, tem função antibacteriana, e calmante.
12	Capim santo	Cymbopogon citratus	Usado para tratos do coração, problemas estomacais, dores de cabeça, gripe e ajuda, ainda, a diminuir inchaços no corpo.
13	Chá de terreiro, chá de boi.	Bauhinia foticata	É usada a partir de seu galho que é fervido. Usado para combater problemas digestivos e contra o mau olhado e a inveja.
14	Cidreira	Melissa officinalis	É usada para tratamentos de insônia, digestão de alimentos e dores de cabeça. É um calmante natural.
15	Coco	Cocos nucifera	Auxilia no funcionamento do intestino, é anti inflamatória.
16	Colônia	Alpinia speciosa ou alpinia zerumbet	É usada para o coração e como calmante é usada a casca da laranja
17	Corama	Kalanchoe brasiliensis cambes	É muito usada no lambedor e nas garrafadas servindo para combater a gastrite, problemas respiratórios e

			diversas inflamações.
18	Corama verde	Corama verde	É usada como cicatrizante e para problemas de estômago.
19	Espada de são jorge	Dracaena trifasciata	Limpa o ar e as energias do ambiente, eliminando olho gordo, mau olhado, inveja, energia negativa e magia ruim.
20	Eucalipto	Eucalyptus	É usada principalmente para combater a febre.
22	Erva doce	Pimpinella anisum	É usada como analgésico, antiinflamatório e para melhorar a digestão.
22	Hortelã roxo	Mentha piperita	Seu chá é usado para combater o colesterol alto, é usado contra náuseas e vômitos, além de auxiliar a diminuir as cólicas menstruais.
23	Hortelã vick	Mentha arvensis	Seu chá é muito usado com o suco do abacaxi e alivia febre, gases intestinais, além de diminuir o estresse e a ansiedade.
24	Juá	Ziziphus joazeiro	É usada como anti-inflamatório e antibacteriano.
25	Jenipapo	Genipa americana l.	É usada contra diarreia, problemas de fígado. É do Jenipapo que os Tremembé extraem um corante líquido para fazerem suas pinturas corporais.
26	Lança de São Jorge	Sansevieria cylindrica	É usada para purificar o ar, as energias, é usado contra o olho gordo e a inveja. É também usado para aliviar dores no corpo.
27	Limão	Citrus limon	É usado para combater infecções e ajuda a aumentar a defesa do organismo.

28	Malva	Malva	É usada no combate a prisão de ventre e nas dores de garganta.
29	Malvarisco	Plectranthus amboinicus	É usada para combater o cansaço, a diarreia, a tosse, dores de garganta e diminuir o colesterol.
30	Manjerição	Allium sativum	É usada como expectorante, promove a cura de aftas e dores de garganta.
31	Melancia	Citrullus lanatus	É usada como anti-inflamatório. É boa para o coração e os rins.
32	Noni	Morinda citrifolia	É usada para dores no corpo, tumores e diabetes
33	Mastruz,	Dysphania ambrosioides	É muito usada para o trato de vermes intestinais e má digestão, gripes e pancadas. Combate ainda a pressão alta e auxilia na digestão.
34	Malva santa	Plectranthus barbatus	É usada para cicatrização de feridas, proteger contra infecções, reduzir a de inflamação, ajuda no sistema digestivo, nas dores de cabeça. É muito usada para se fazer a garrafada.
35	Murici	Byrsonimia crassifolia, L. Kunt	Fortalece a imunidade e previne alguns tipos de inflamação, como a da pele. É usado para fazer doces, sucos, aluá.
36	Pepaonha	Hybanthus calceolaria	É usada contra intoxicação.
37	Romã	Punica granatum	É usada para inflamações na garganta e também usada como antivermífugo.
38	Terramicina	Alternanthera brasiliana	É usada para auxiliar nos cuidados com o coração,

			no tratamento de doenças estomacais, combate às dores de cabeça, melhora a digestão, diminui inchaços no corpo e alivia a gripe.
39	Tetraciclina	Tetraciclina	É usada no tratamento de infecções. Tem ação anti-inflamatória
40	Trevo	Trifolium	É usado como anti-inflamatório, diurético e antimicrobiano.
41	Vassourinha	Scoparia dulcis	É uma raiz muito usada para combater pancadas e hematomas, conhecida pelo seu efeito anti-inflamatório e analgésico.

Fonte: Pesquisa de campo (2022) e Auxílio de literatura científica (76)

6.2 Narrativas dos profissionais de saúde na pesquisa

Todas as sociedades humanas dispõem de seus próprios sistemas de interpretação, prevenção e de tratamento das doenças. Esses sistemas tradicionais de saúde são, ainda hoje, o principal recurso de atenção à saúde da população indígena, apesar da presença de estruturas de saúde ocidentais. Sendo parte integrante da cultura, esses sistemas condicionam a relação dos indivíduos com a saúde e a doença e influem na relação com os serviços e os profissionais de saúde (procura ou não dos serviços de saúde, aceitabilidade das ações e projetos de saúde, compreensão das mensagens de educação para a saúde) e na interpretação dos casos de doenças. (PNASPI) (10)

Foram três (03) os profissionais de saúde entrevistados nesse trabalho. Como a equipe de saúde indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú é composta por profissionais indígenas, consideramos para a escolha dos entrevistados que pelo menos dois (02) destes fossem mulheres e que pelo menos um fosse profissional não indígena.

Quadro 4 - Perfil dos profissionais de saúde envolvidos na pesquisa

PROFISSIONAL	IDADE	TEMPO NA EQUIPE	PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE REALIZA
B	42	6 anos	Coordena a equipe - Planeja e realiza com a equipe conjunto de ações e programas para o território, responde pela parte burocrática. Realiza como principais atividades a puericultura, o pré-natal, toda parte de atenção à mulher e à imunização.
A	36	9 anos	Prevenção de doenças e promoção da saúde com visitas domiciliares individuais e coletivas. Acompanha especialmente idosos, gestantes, crianças até 5 anos, casos de diabetes e hipertensão. Realiza ações no âmbito da medicina tradicional no território.
C	29	10 anos	Prevenção de doenças e promoção da saúde no âmbito do saneamento básico e ambiental do território, é responsável pelo horto medicinal e promove ações de fortalecimento da medicina tradicional Tremembé no território.

Fonte: pesquisa de campo com os profissionais. Ano: 2022

A equipe de saúde indígena do território Tremembé da Barra do Mundaú, estava composta pelos seguintes profissionais até o momento de realização dessa pesquisa: uma (01) Enfermeira, uma (01) Auxiliar de Enfermagem, um (01) Dentista, um (01) Auxiliar Técnico Bucal, dois (02) Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), duas (02) Agentes de Saúde, 05 Motoristas (um para o carro da equipe e outros 4 que se dividem para o carro do paciente que funciona 24 horas, 7 dias por semana, havendo nesse caso, uma troca a cada 12 horas. A unidade de apoio aos serviços de saúde está sem profissional médico desde julho de 2021.

A pesquisa mostrou que, segundo os profissionais entrevistados, o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú tem uma boa relação com toda a equipe e que há uma boa compreensão das competências de cada profissional. Um diferencial na equipe de saúde indígena para efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

(PNASPI), é a incorporação de profissionais indígenas na equipe, a exemplo, os dois AISANs e as duas AIS. A inserção desses profissionais na equipe, considera especificidades culturais e epidemiológicas dos povos indígenas.

A organização do subsistema de saúde indígena e a estruturação de uma unidade de apoio aos serviços de saúde no território Tremembé da Barra do Mundaú, tem contribuído para melhoria dos serviços de saúde junto aos Tremembé da Barra. Entretanto, a melhoria da sua condição de saúde, não se dá exclusivamente pela oferta de conhecimentos dos profissionais da equipe e do aparato de tecnologias da biomedicina.

O que nos mostrou a pesquisa é que a amplitude da medicina tradicional Tremembé no território e seu vasto campo de cura, tem transposto o campo do saber biomédico sem deixar de dialogar e fazer uso deste no território.

A equipe de saúde indígena no geral entende e estimula a medicina tradicional nossa. Tivemos um médico que foi muito bom, ele dava muita força, recomendava sempre um chá e outro, os lambedor da gente. Mas ele foi embora, não porque quis, teve perseguição. A gente fez denuncia, mas até agora não teve ninguém como ele. E não temos médico. Nossa enfermeira é muito boa e nossa equipe funciona melhor com ela, e ela sempre recomenda também o lambedor e os chás. Agente de Saúde indígena. (Profissional A, 2022).

Das entrevistas que foram realizadas com os três (03) profissionais de saúde nessa pesquisa, percebe-se de forma clara a articulação entre a biomedicina e a medicina tradicional. Segundo os profissionais com quem conversamos, há um esforço coletivo da equipe em construir momentos de comunicação e troca de saberes, de promoção do uso de remédios e tratamentos da medicina tradicional, favorecendo uma relação de interação e dialogicidade.

Os cuidados de saúde da equipe reúnem abordagens convencionais e tradicionais de forma coordenada. Nessa perspectiva, há uma compreensão de que saúde envolve aspectos mentais, emocionais, espirituais, sociais e comunitários. Tem-se uma abordagem holística na qual trata-se a pessoa como um todo e não só sua condição/doença isolada.

Procuramos construir momentos que favorecem o debate da medicina tradicional. Temos pessoas na equipe que conduzem muito essa pauta e nós agregamos. Participamos das festividades aqui, porque a gente entende que isso fortalece a cultura deles e depois entendemos que é uma outra forma de estarmos presentes. Embora estejamos na aldeia todos os dias. (Profissional B, 2022).

Pra compreender melhor a medicina tradicional tive de ler, pesquisar pra me familiarizar com os processos internos, especialmente pra entender melhor a espiritualidade deles que é muito forte. Nessa função de coordenar a equipe, conhecer melhor essa realidade é fundamental. É claro que eu fiz essa procura, aprendi e aprendo muito com eles, esse talvez seja o maior aprendizado, mas, é importante a oferta de cursos também nessa área. (Profissional B, 2022).

Nossa medicina é muito importante pra gente, ela tem de fazer parte do trabalho que a gente que é da saúde faz aqui no território. Se não for assim, não faz sentido nenhum pra gente. Essa medicina é tudo que tá aqui, ela é o nosso alimento, ela é a água que é sagrada pra gente, ela é a pesca e agricultura que a gente faz. Ela é a planta que tá no quintal e aquela que tá lá no mato né, e a que tá nas dunas...? Ela é nossos encantados. Ela é tudo, tudo. Se a gente tá lutando pelo nosso território é porque se ele tiver com outros, as coisas aqui ficam sob ameaça. Acho que a política de ter nós que é indígena na equipe acaba fazendo isso mais forte com quem não é indígena. (Profissional C, 2022).

Tais cuidados enfatizam uma abordagem holística e focada no paciente para cuidados de saúde e bem-estar - muitas vezes incluindo aspectos mentais, emocionais, funcionais, espirituais, sociais e comunitários. A profissional de saúde B reconhece que a utilização adequada das plantas com valores medicinais pode ocasionar uma série de benefícios à saúde, auxiliando na recuperação de diversas doenças.

De acordo com Lorenzi e Matos (77), os remédios à base de plantas medicinais, bem preparados são tão eficazes quanto medicamentos farmacêuticos que possuem princípios ativos isolados.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), grande parcela da população em desenvolvimento depende da medicina tradicional para prover suas carências elementares, sendo que 80% desta população utiliza práticas tradicionais nos cuidados básicos de saúde e 85% utilizam plantas ou preparações destas (10).

A equipe conhece práticas realizadas pelos Tremembé da Barra como, a medicina

das plantas que faz uso cotidiano de chás, garrafadas e lambedor, assim como entende que essa medicina é também exercida pelos Tremembé da Barra do Mundaú a partir de suas rezas e rituais.

Os profissionais C e A são indígenas, têm forte atuação dentro do território com as plantas medicinais e são grandes incentivadores dentro da equipe.

A presença de profissionais indígenas potencializa a promoção da atenção à saúde de maneira participativa e diferenciada, contudo, ainda permanece o desafio de ampliar a participação indígena entre as categorias profissionais de nível superior”, reconhece o Ministério da Saúde.

Partindo do reconhecimento de que as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú exercem diversas funções em seu território e fora deste, buscou-se saber como os profissionais de saúde entendem e compreendem esse trabalho.

As nossas mulheres são lideranças em várias frentes. Em qualquer lugar de decisão tem sempre uma Tremembé. Na escola, na creche, na saúde, na nossa medicina. Você sabe que aqui nós temos três grupos de mulheres, né? As Cunha Porã, que é onde tá os outros dois grupos, as Protegidas dos Orixás e as Defensoras da Mãe Terra. Na pandemia elas se reuniram de novo no momento difícil pra se fortalecer e fortalecer nosso povo e nosso território. (Profissional C, 2022).

De acordo com a profissional A as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú são as principais mediadoras de conflitos internos e externos. Nossas mulheres tão à frente de todas as lutas. Não são só as lideranças, elas nos motivam muito, é na educação, na defesa do nosso território, na medicina tradicional. Elas estimulam as mulheres na produção e a gente se ajuda todos nós. (Profissional A, 2022).

De acordo com a profissional B, as mulheres Tremembé estão em variados papéis de lideranças, sendo a medicina tradicional uma dessas áreas de sua atuação.

As mulheres Tremembé são muito fortes e atuam com sua medicina de muitas formas. Sem dúvida as plantas medicinais são muito importantes aqui. Nós buscamos fortalecer esse uso entendendo a importância dele para os Tremembé. Se elas acreditam na cura e no fortalecimento do seu espírito com o uso dos chás, e do lambedor, esses conhecimentos precisam ser considerados, respeitados e estimulados... elas usam de muitas formas, no tratamento respiratório ou intestinal, por exemplo. (Profissional B, 2022).

Sacchi (64) afirma que as mulheres indígenas “assumem a posição de liderança nas aldeias e promovem o fortalecimento das políticas de autoafirmação da sua etnia”. Ainda segundo a autora, mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política, incluindo o universo acadêmico.

Constata-se com o estudo o reconhecimento dos profissionais de saúde sobre a importância da função social que as mulheres Tremembé ocupam nos diversos espaços de organização social, política e cultural da luta indígena e de pautas do movimento de mulheres.

Apesar de seus direitos terem sido recorridos mais tardiamente, os espaços antes ocupados apenas por indígenas homens, atualmente são disputados e ocupados também pelas mulheres.

Com relação a melhoria do serviço de saúde indígena, sobre a atenção a saúde dos povos indígenas Bonin e Miotto (49) destacam:

Para assegurar uma política diferenciada de atenção à saúde dos povos indígenas é preciso respeitar as formas tradicionais de explicar o adoecimento, a cura, a manutenção da vida. É necessário um cuidado e preparação para que se entenda as especificidades de seu modo de vida e sua medicina.

Ao adentrar nos contextos locais, as políticas públicas reconfiguram as relações sociais instituídas entre os profissionais de saúde e a população indígena. Conforme Ferreira (9), ao irromperem nesses contextos as políticas públicas impactam as práticas e a organização sociocultural dos cuidados. De outro lado, os povos indígenas se reapropriam dessas políticas atribuindo a elas aquilo que faz sentido em suas vidas.

É preciso investir na formação de profissionais de saúde indígenas, sendo a capacitação e o acompanhamento desses profissionais respaldada, por um lado, na valorização dos saberes tradicionais da medicina indígena e, por outro, no domínio de novos conhecimentos, para que esses agentes realizem as ações concretas de prevenção, informação e atendimento nas comunidades em que atuam. (49)

De acordo com Ferreira, as políticas públicas de atenção a saúde indígena ao irromperem nos contextos locais, impactam, as práticas e a organização sociocultural dos cuidados

Segundo a profissional de saúde B os serviços de saúde no território podem ser melhorados. Apesar de contar com uma infraestrutura mínima e com um espaço físico cedido pelos Tremembé da Barra, o território aguarda há mais de 7 anos a efetivação de um posto de saúde indígena.

Demanda-se por esses profissionais da saúde a necessidade de investimento permanente em sua capacitação, de acordo com seus campos de atuação, levando em conta as condições de trabalho.

De acordo com a PNASPI (10):

A capacitação dos recursos humanos para a saúde indígena deverá ser priorizada como instrumento fundamental de adequação das ações dos profissionais e serviços de saúde do SUS às especificidades da atenção à saúde dos povos indígenas e às novas realidades técnicas, legais, políticas e de organização dos serviços. Deverão ser promovidos cursos de atualização/aperfeiçoamento/especialização para gestores, profissionais de saúde e assessores técnicos (indígenas e não-indígenas) das várias instituições que atuam no sistema.

Todos os profissionais demarcaram como importante, a necessidade de implantação do posto de saúde dos Tremembé da Barra, uma promessa que tem cerca de 10 anos. Segundo o profissional C, há uma demanda pela implantação de uma farmácia viva no território. A ampliação do cultivo de plantas medicinais, segundo os profissionais C e A valoriza a cultura e as tradições na saúde indígena Tremembé da Barra do Mundaú e amplia suas forças nesse trabalho.

Aqui temos o horto medicinal que tem sido importante pra atender as necessidades do coletivo, pra gente é uma farmácia nossa, mas pode ser melhorado também. A gente pode aumentar os intercâmbios, e ter um dia a dia mais intenso no horto se ele estiver numa dinâmica maior, né?! Esse horto foi

feito prá buscar resgatar nossas ervas. E ele tem contribuído nesse sentido, aqui temos 22 espécies de ervas medicinais. (Profissional C, 2022).

Hoje temos a medicina tradicional mais em evidência, mas já tivemos momentos difíceis. O horto medicinal, tem ajudado a visibilizar as iniciativas da equipe de saúde aqui. A gente sempre faz momentos de formação e nesses momentos outros parentes vêm aqui pro território ou a gente sai e vai fazer a formação fora. Essa formação é também muita troca como nossos parentes. (Profissional A, 2022).

Segundo a profissional de saúde A, constata-se um aumento no número de casos de transtornos mentais e mutilações entre os jovens.

Se de um lado, há maior número de casos de problemas mentais entre os jovens, é reconhecida igualmente a força da atuação destes no território. Há uma juventude indígena Tremembé organizada e atuante em diversos grupos. Jovens homens e mulheres se destacam na luta em defesa do território, na organização social e política do movimento indígena jovem no Ceará, na apropriação e no desenvolvimento de ações relativas à medicina indígena Tremembé da Barra do Mundaú.

O território Tremembé da Barra do Mundaú, tem grande potencial hídrico e é marcado por extensas áreas de lagoas, mangues, riachos, rio e faixa de mar. Essa condição permite um fácil acesso à água, demanda um monitoramento intenso dessas áreas e limites e sua preservação é condição para que se tenha saúde na terra indígena.

O Estudo de Linha de Base realizado pelo geógrafo Oscar Dálva (46) contratado pelo CETRA para o início das ações do projeto Ação Tremembé, ilustra bem essa condição.

Verifica-se elevada disponibilidade de água, presente mesmo no período da estiagem, brotando da terra em diversos olhos d'água, corrente nos córregos perenes e armazenada nos sistemas lacustres. Este volume de água doce é estratégico para a fauna, para as atividades agroextrativistas e para o consumo animal e humano.

Em relação a esse estudo, todos os profissionais disseram, que é muito importante para o povo Tremembé e para contribuir nas políticas públicas para os povos indígenas.

Essa pesquisa deve ser muito importante para os povos indígenas e para os Tremembé sem dúvida, ela faz parte de algo que é importante prá eles que é visibilizar os conhecimentos referentes as plantas medicinais que usam. Ela fala de um conjunto de conhecimentos que contribui na cura ou prevenção de alguma enfermidade e promove saúde no seu território...para os Tremembé. Pode ser importante também para estudos futuros. (Profissional B, 2022).

Eu acho que quando você fala do que é importante prá gente e falando com a gente isso só pode ser bom ne?! Então teu trabalho vai ser visto por muita gente e vão chegar a nossa cultura e a nossa medicina, sabendo sobre o que é. Isso é bom. (Profissional C, 2022)

A pesquisa mostrou que apesar do uso de medicamentos farmacêuticos, a crença na eficácia dos remédios caseiros é muito forte e presente entre os Tremembé da Barra do Mundaú.

7. APRENDIZADOS E REFLEXÕES

Este estudo buscou analisar os saberes e práticas tradicionais de cura desenvolvidas por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú e sua relação na promoção da saúde.

Nessa perspectiva observou-se que sejam como lideranças, sejam como professoras, parteiras, rezadeiras, agentes de saúde, agricultoras, pescadoras, as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú desenvolvem importantes funções sociais dentro e fora de seus territórios.

É reconhecido que o trabalho de organização social, produtivo, político, cultural dessas mulheres é essencial para o movimento indígena como um todo. Sua forma de organização coletiva aponta para a força de sua incidência na luta pela demarcação de seu território, no enfrentamento ao colonialismo, à opressão e diversas formas de violência e violação de direitos dos povos indígenas. Sua articulação em organizações e ou redes tem atribuído visibilidade ao seu protagonismo e ao movimento indígena.

Observa-se que as práticas de cuidado no âmbito da medicina tradicional indígena são importantes instrumentos de promoção da saúde, propiciando, autonomia e sustentabilidade para o povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Em relação ao conhecimento acerca das plantas medicinais e de seus usos, esse é um traço cultural das mulheres indígenas Tremembé, que não apenas é reproduzido, mas continua sendo experimentado por essas mulheres, cujas práticas vão apresentando transformações por meio da ação delas.

Identifica-se tanto por parte das mulheres, quanto dos profissionais de saúde, uma relação dialógica e de vivências com a saúde na sua perspectiva mais integral e holística, na qual corpo e espírito estão intimamente ligados à natureza.

A natureza, aparece como estrutura fundamental da vida social dos Tremembé da

Barra do Mundaú sendo parte de suas crenças, conhecimentos e modo de vida.

O conhecimento das mulheres sobre as plantas, seu cuidado e a relação de afeto com estas, a relação com os seres que habitam na sua mata e em seu território, diz sobre como compreendem os recursos naturais e como valorizam seu território, a partir de uma relação de intimidade e respeito.

Revela-se uma forte interação das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú com a terra, tendo esta um sentido que vai para além da produção de alimentos. Dotada de significados, ela representa o lugar de suas memórias, ancestralidade, e da construção de sua identidade. Nessa relação a agroecologia está na essência de seu modo de vida.

Percebe-se através das narrativas que entre os Tremembé da Barra do Mundaú, há uma racionalidade distinta daquela da biomedicina, embora com esta dialogue. Tal condição marca uma diferenciação no modo como são consideradas as pessoas, a natureza e a espiritualidade.

As relações nas famílias, passam por uma esfera de contribuição solidária, na qual há uma participação de todo o núcleo familiar. Entretanto, recai sobre as mulheres os cuidados com os mais velhos, com as crianças e com a casa.

Algo importante para fazer viva as práticas no uso das plantas medicinais no Território Tremembé da Barra do Mundaú, diz respeito a uma interação maior com sua juventude, sendo esta apontada como essencial na transmissão dos conhecimentos.

Fica claro que os profissionais de saúde entrevistados têm apropriação da dinâmica da medicina indígena, reconhecem e valorizam esses conhecimentos e práticas, sendo importantes para ações e projetos de promoção da saúde conforme a PNASPI. Percebe-se aí um intercâmbio de saberes entre a biomedicina e a medicina indígena.

Em relação a preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural preconizada na PNASPI, constata-se que houve para a composição da equipe de saúde indígena do território a formação e capacitação de indígenas como Agentes de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN), sendo dois desses profissionais envolvidos na pesquisa. A presença na equipe de indígenas influencia na dinâmica da medicina tradicional no território, e a potencializa.

Constata-se, entretanto, que há uma demanda pela oferta de maior qualificação e aperfeiçoamento por parte dos profissionais envolvidos na pesquisa

A constituição do setor de saúde indígena se configura importante passo para o reconhecimento das práticas da medicina tradicional, sendo resultante da luta indígena ao longo de anos buscando proteger sua cultura, com o apoio de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisas e instituições. Nesse sentido é possível afirmar que há uma agenda positiva no interior dessas lutas sociais, as quais tem incorporado leis enquanto políticas públicas. Confirma-se neste estudo sua contribuição para visibilizar a medicina tradicional indígena sob o protagonismo de mulheres Tremembé. Espera-se que esse estudo possa contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

1. Pinto ALA, Matos MJ, Moura Rufino M do S. O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará. *Interações* [Internet]. [Acessado 2018, 16 janeiro];19(1):15-28.
2. Carneiro FFF, Krefta NM., & Folgado CAR. (2014). A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. *Tempus – Actas De Saúde Coletiva*, 8(2), Pág. 331-338. <https://doi.org/10.18569/tempus.v8i2.1530>
3. Warschauer C. Rodas e narrativas: Caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. In B. Scoz, C. Feldman MC, Gasparion MIM, Maluf M H, Mendes, Q. Bombonato SAM. Pinto (Orgs.), *Psicopedagogia: Contribuições para a educação pós-moderna* (pp. 13-23). Petrópolis, RJ: Vozes. (2004).
- 4 Pinheiro LR. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 31, p. e20190041, 2020.
5. Castellanos MEP: A narrativa em pesquisas qualitativas em saúde. Artigo • *Ciênc. Saúde coletiva* 19 (04) • Abr 2014
6. Oliveira RDCM. (Entre) Linhas de uma pesquisa: O Diário de Campo como dispositivo de (in) formação na/da abordagem (Auto) biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 2(4), 69-87. (2014).
7. Pezzato LM., & L'abbate, S. (2011). O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: Potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1297-1314. Doi:10.1590/S0103-73312011000400008
8. Neves DP. *Assentamento rural: confluência de formas de inserção social*. Estudos Sociedade e Agricultura. 1999, out; 7(2):5-28.
9. Ferreira LO. *A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas*. Dossiê Brasil - Alemanha: Relações Médico-Científicas. Hist. cienc. Saúde-Manguinhos. 2013, Mar; 20(1).
10. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. - 2ª Edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p. 1. Saúde dos Povos Indígenas. Título.
11. Bragança FCR. Considerações sobre o histórico dos medicamentos e plantas medicinais. In: Bragança LAR. (Org.) *Plantas medicinais antidiabéticas: uma abordagem multidisciplinar*. Niterói: EDUFF, 1996.
12. Almeida MZ De. *Plantas medicinais*. 3. ed. - Salvador: EDUFBA, (p. 01 -224), 2011.

13. Hoffmann R, Anjos MDCR. *Construção histórica do uso de plantas medicinais e sua interferência na socialização do saber popular*. Guaju. 2018; 4(2): 142-163.
14. Cordeiro MAS. Pajelança e Babassuê: as faces do Xamanismo amazônico no final do século XIX. In: *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2014, Natal, RN.
15. Rocha LPB; Alves JVO; Aguiar IF, Silva da et al. *Uso de plantas medicinais: Histórico e relevância*. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18282>
16. Camacho H, Vivian T. ¿Por Qué Interculturalidad Contra-hegemónica En Salud? MEDPAL, Interdisciplina y domicilio. 2011, 3(4): 42-44.
17. Laurell AC. A saúde-doença como processo social. In: Nunes ED. *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.
18. Araújo BDX. A afirmação de territorialidades através de saberes e dos usos de plantas medicinais pelas mezinheiras do Cariri Cearense. In: *VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2017, Curitiba, PR.
19. Handam AA. Melhor tese do país é de indígena do Rio negro: “sou fruto de uma luta coletiva”. Instituto Socioambiental, 2022. [Acessado 2022, 20 setembro].
20. Andrade JT; Sousa CKS. Práticas indígenas de cura no Nordeste brasileiro: discutindo políticas públicas e intermedicalidade», *Anuário Antropológico*, v.41 n.2 | 2016, 179-204.
21. Gadelha CS, Pinto Junior VM, Bezerra KKS, Pereira BBM, Maracajá PB. Estudo bibliográfico sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. *Revista Verde*. 2013 Dez; 8(5): 208-212.
22. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos* / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
23. Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
24. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 48 p. ISBN 978-85-334-1985-8. [Acessado em nov. 2021].

25. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde)
26. Junior N; Nery R. Capítulo VIII. Dos índios. In: Junior N; Nery R. *Constituição Comentada*. São Paulo (SP). Editora Revista dos Tribunais. 2019. [Acessado 2022, 20 dezembro].
27. Oliveira JWP; Aquino JM; Monteiro EMLM. A Promoção da saúde na comunidade indígena Pankararu. *Pesquisa • Rev. Bras. Enferm.* 65 (3) • Jun 2012.
28. Machado MH; Martins WJ; Souza MS De; Fenner ALD; Silveira M; Machado AA De. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. *Comun. ciênc. Saúde.* 2017, abr.; 28(2): 243-249.
29. Organização Mundial da Saúde (OMS). Carta de Ottawa para la Promoción de la Salud. In: *Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*. Ottawa, Ontário, Canadá. Genebra: OMS; 1986.
30. *Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* / Gersem dos Santos Luciano - Baniwa – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
31. Nóbrega LN. *Anna pata, anna yan – nossa terra, nossa mãe”: a demarcação da terra indígena raposa serra do sol e os direitos territoriais indígenas no Brasil em julgamento*, 2011.
32. Santos M. A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia. In: *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 114-118
33. Haesbaert, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
34. Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Relatório: *Violência contra os povos indígenas no Brasil* - dados de 2015.
35. Coll L. Menezes AV de. *Situação dos Yanomami expõe abandono dos indígenas*, 2023. [Acessado em 2023, 24 de janeiro].
36. Terena LE *Ameaças à consolidação dos Direitos Indígenas no Brasil*, RJ, 2021
37. IPCC, 2022: Mudança Climática 2022: Impactos, Adaptação e

Vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II ao *Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* [H.-O. Pörtner, DC Roberts, M. Tignor, ES Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.) J. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA, 3056 pp., doi: 10.1017/9781009325844.

38. Bonilha P. *Mulheres indígenas debatem mudanças climáticas para garantir proteção territorial*, BiodiversidadLA, 2019. [Acessado 2023,20 de janeiro].

39. Leff, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001

40. *Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo* (Apoimne): [Acessado 2021,19 de julho].

41. Neto JL. *Indio e terras - Ceará: 1850-1880*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

42. *Povos Indígenas Ceará*. Federação dos Povos Indígenas do Ceará- Fepoince. [Acessado 2021, 19 de julho].

43. Despacho 007 de 02 de fevereiro de 2012. FUNAI, Diretoria de Proteção Territorial. *Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú*. Antropóloga coordenadora do GT, Claudia Tereza Signoli Franco.

44. *Tremembé, Povos Indígenas no Brasil*, Publicado em 25 de janeiro de 2021. [Acessado 2022,09 de setembro].

45. Porto-Gonçalves C W P; e Pedro A Q de « *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina* », Polis [Online], 31 | 2012, posto online no dia 12 dezembro 2012, [Acessado 2020, 10 dezembro].

46. Dalva A. O. *Estudo de Linha de Base*. Projeto Ação Tremembé. CETRA, ano: 2017.

47. Rocha R. *Pinturas corporais indígenas são marcas de identidade cultural*, 2019..

48. Bonin IT; Miotto T. *Encarte Pedagógico VIII Um olhar sobre a saúde dos povos indígenas*. Edição, outubro de 2015.

49. _Pontes AL. “*Saúde é Território e Território é Saúde no contexto dos povos Indígenas*. *Caderno de Notícias*, Abril 19, 2021.

50. Organização Mundial da Saúde (OMS) [Internet]. OMS em África. *OMS apoia medicina tradicional comprovada cientificamente*. 2020, maio. Disponível em: OMS apoia medicina tradicional comprovada cientificamente | Regional Office for Africa (who.int).
51. McCallum, C. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso dos Kaxinauá. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro. 1999; 7(1/2):157-175.
52. Strathern M. *Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia*. Mediações, Londrina. 2009 jul-dez; 14(2): p. 83-104.
53. Lasmar C. Mulheres Indígenas: Representações. In: *Periódicos UFSC*. Florianópolis, 1999.
54. Tavares JB. Mulheres Indígenas na Liderança: concepções de gênero e relações sociais de poder no movimento social indígena. In: *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women's Worlds Congress: transformações, conexões, deslocamentos*. 2017, Florianópolis; 2017. p. 1–11.
55. Mendonça CL, Leal E, Andrade LEA, Schillaci M, organizadoras. *Mulheres Indígenas da Tradição*. Centro de Cultura Luiz Freire (CCFL) /Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Nordeste/Movimento de Mulheres Indígenas de Pernambuco/Secretaria de Cultura do Governo Estadual de Pernambuco, 2015.
56. Sacchi A, Gramkow MM, organizadoras. *Gênero e Povos indígenas*. Rio de Janeiro, Brasília, Museu do Índio/GIZ/FUNAI. 2014, Jan-Jun; 11(1). 272 p.
57. Pinto AA. *Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero*. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010.
58. Hernandez R. (Edit) *Etnografias e histórias de resistência. Mujeres indígenas, proceso organizativos y nuevas identidades políticas*, México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitário de Estudios de Gênero, 2008. p. 22.
59. *Mapa das organizações de Mulheres Indígenas no Brasil*. Instituto Socio Ambiental, ISA. [Acessado 2022, fevereiro].
60. Nóbrega LN. *Um encontro entre mulheres ou da necessidade de descolonizar os feminismos a partir das mulheres indígenas*. Mimeo. 2021
61. Silveira, ML. *Mapulu, a mulher pajé: a experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.
62. Almeida SA. *Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia*. 1.ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. 308p.

63. _____. *Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná/SCT/ DG/PPGMDG, 2010. Tese de Doutorado em Geografia).
64. Sacchi A. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In: *Revista Antropológicas*. Recife, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110, 2003
65. Almada E; Souza, M. *Quintais: Memória, Resistência e Patrimônio Biocultural*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017. p. 20.
66. Diegues et al, Antonio Carlos Diegues (ORG) Rinaldo Sergio Vieira Arruda Viviane Capezuto Ferreira da Silva Francisca Aida Barboza Figols Daniela Andrade. *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. Maio, 1999.
67. Saraiva ES de – A literatura dos povos indígenas canadenses e a construção do conhecimento através da lenda e da tradição oral. *Garrafa*. Vol, 18, n 52, abril-junho 2020.1 p.225-246
68. Christino BP. Cunha MC da (org.) (2009). Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI. (Série Monografias). Pp. 247. *LIAMES: Ling. Indig. Am.* [Internet]. 17º de dezembro de 2011 [acessado 2023, janeiro];12(1):195-7.
69. Siliprandi EC. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar* [TESE]. Brasília: Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – DF; 2009.
70. Nogueira, LC.; Versonito, S.M.; Tristão, B.D.O dom de benzer: a sobrevivência dos rituais de benzeção nas sociedades urbanas – o caso do Município de Mara Rosa, Goiás, Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.2, p.167-181, jul./dez. 2012 Artigo 169.
71. Borges MAV. *Saberes e práticas de rezadeiras e benzedeiras em comunidades de camaçari: diálogos entre saberes populares e educação formal*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB;2017.
72. Diniz EECS. A Arte De Curar: Saberes e Práticas de Rezadeiras e Bezendeiras no Cuidar da Saúde. In: *V CONEDU Congresso Nacional de Educação - Universidade Federal de Paraíba - UFPB/ Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões*, Paraíba, n. 2017, 2017.
73. Diocese de Roraima, Índio de Roraima. *Coleção histórico - antropológica* nº 01. Brasília: Coronário, 2000.
74. Porto-Gonçalves CWA *Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de

Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

75. Silva CRL da; Carvalho, MA de. Desenvolvimento agrícola, intervenção do estado e aut Capacidade alimentar no Brasil. *PESQUISA & DEBATE*, SP, volume 13, n. 2(22), p. 126-141, 2002 [Acessado 2021, 23 maio].

76. Matos FJ A de. *Farmácias Vivas: Sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades*. Fortaleza: Editora UFC, 4^a ed,2002.

77. Lorenzi H.; Matos FJA. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. Nova Odessa-SP: Instituto Plantarum, 2002. 544 p.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM AS MULHERES TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ-

1. Nome e idade
2. Naturalidade
3. Aldeia que mora
4. Estado Civil
5. Quantos filhos tem?
6. Religião
7. Como é a composição da renda da família?
8. O que é ser Tremembé da Barra do Mundaú?
9. Quais atividades produtivas você realiza na aldeia?
10. Me fale um pouco sobre a sua história de vida (nasceu na aldeia, acompanha a luta do seu povo de que modo)?
11. Como era a vida quando você era criança, quais as lutas nessa época?)
12. Como você chama as práticas de cura que utiliza no uso plantas medicinais?
13. Como você aprendeu sobre esses cuidados?
14. Como se dava o acesso dos seus pais, da sua família ao serviço de saúde (havia na aldeia equipe de saúde, havia relação com profissionais de saúde, como era esse serviço)?
15. Quais outras alternativas de saúde existiam?
16. Me fale um pouco em quais momentos você utiliza essas plantas no seu dia-a-dia ou no dia-a-dia da aldeia (para que elas servem)?
17. Quem são as pessoas que usam os produtos que você faz? Há pessoas de fora da aldeia que fazem uso dos seus saberes?
18. Como aprendeu sobre essas práticas de cura?
19. Há quanto tempo você faz uso de plantas medicinais?
20. Como esses saberes se mantêm vivos entre as mulheres indígenas?
21. Que plantas utiliza para manipulação dos remédios caseiros?

22. Quais as que você cultiva no ao redor de casa?
23. Quais outras áreas na aldeia você encontra essas plantas?
24. Em quais rituais sagrados são utilizados as plantas medicinais para cura, limpeza ou proteção?
25. Existem espaços coletivos onde esses rituais são realizados? Quais são esses espaços?
26. 26. Qual a importância da natureza para os povos indígenas?
27. Quais produtos/ remédios são feitos destas plantas? Para que serve?
28. Você acha que essas práticas têm aumentado na aldeia ou sofrem alguma ameaça?
29. Você acha que esses saberes e práticas contribuem para promover saúde no território? De que forma?
30. Como você define saúde, como os Tremembé da Barra compreendem o que é saúde?
31. Qual a importância da medicina tradicional indígena na defesa do Território Tremembé?
32. Você acha que essa pesquisa pode contribuir com os conhecimentos e luta do povo Tremembé da Barra do Mundaú? Se sim de que modo isso pode acontecer

APENDICE II
ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM
PROFISSIONAIS DE SAÚDE

1. Nome completo e idade
2. Naturalidade
3. Qual seu papel/profissão na equipe de saúde indígena?
4. Há quanto tempo você presta serviço na equipe?
5. Quais as principais atividades que você realiza?
6. Quais são as demandas básicas/ prioridades do povo Tremembé?
7. Quais são as principais dificuldades que você visualiza no âmbito da saúde indígena?
8. Como é a relação da aldeia com a equipe de saúde? Explique.
9. O que você entende por medicina tradicional indígena?
10. Você conhece as práticas da medicina tradicional indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú? Se sim, quais são essas práticas?
11. A medicina tradicional indígena é de alguma forma incorporada no exercício da equipe de saúde? Se sim, de que forma isso acontece?
12. Como você percebe o trabalho das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú?
13. Como você compreende os saberes tradicionais no uso das plantas medicinais por mulheres Tremembé da Barra do Mundaú?
14. Como o serviço de saúde indígena pode melhorar tendo em vista ampliar sua contribuição para promover saúde na terra indígena dos Tremembé da Barra?
15. Você considera que essa pesquisa contribui de algum modo para fortalecer a política de saúde indígena no território? Se sim, explique.

APENDICE III



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE PARA MULHERES INDÍGENAS

TÍTULO DA PESQUISA: PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONALDE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE

Prezada indígena

Convidamos o/a Sr./a para participar como voluntário/a da pesquisa “**PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONALDE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE**” que está sob a responsabilidade direta da pesquisadora **Suyane de Lima Reis Fernandes**, residente a Rua Ricardo de Araújo Braga,298, Jardim das Oliveiras, CEP 60.821-290, Fortaleza/Ceará, e-mail: suyane.lrf@gmail.com e com telefone para contato (85) 9.91520010.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concordar com a realização do estudo, iniciaremos este. Orientamos que imprima e/ou salve este documento no computador ou celular para amparo legal, em atendimento a Resolução do CNS nº 510/2016 Artigo 15.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se a participar desta pesquisa. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Trata-se uma pesquisa que se propõe a contribuir para visibilizar o debate sobre a produção do conhecimento tradicional na vida dos povos indígenas, fortalecendo seus saberes populares e o direito que têm de decidirem sobre suas práticas no campo da medicina tradicional dentro de seus contextos locais, reconhecendo tais saberes e práticas como sistemas de cuidados de saúdeque beneficiam sua população no âmbito do território e em que muito contribuem para a promoção da saúde popular. A intenção é de agregar a ciência acadêmica ao saber tradicional potencializando as forças para promover saúde e atribuir visibilidade as práticas de uma medicina tradicional sob o recorte do importante trabalho desenvolvido por você mulher indígena Tremembé da Barra do Mundaú. São muitas as questões que fortalecem essa pesquisa, fazendo desta, uma iniciativa de valorização do conhecimento e da promoção a saúde das populações do campo, das florestas e das águas. É uma pesquisa que corrobora ainda com algumas políticas públicas instituídas no território como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas(PNSIPCF), com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas (PNPMF) e com a Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígena (PNASPI).

O objetivo principal deste trabalho é analisar os saberes e práticas tradicionais de cura desenvolvidas por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú do município de Itapipoca, Território Litoral Oeste, Vale Curu do Estado do Ceará. Buscar-se-á analisar como esses conhecimentos e práticas se desenvolvem a partir da medicina tradicional indígena e sua relação para promoção da saúde no território Tremembé da Barra do Mundaú. A pesquisa terá como sujeitos sociais na centralidade do estudo, 06 mulheres indígenas detentoras de saberes ancestrais sobre as plantas medicinais e que fazem uso e manejo dessas ervas no trato do corpo e da alma.

A pesquisa tem como objetivos específicos: contextualizar o Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú; caracterizar as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú envolvidas na produção de saberes e práticas tradicionais de cura; sistematizar as experiências das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú em relação aos saberes e práticas tradicionais de cura utilizados na medicina tradicional e conhecer como os saberes e as práticas de cura tradicionais são compreendidas e apropriadas pela equipe de saúde indígena no âmbito da promoção à saúde do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Estima-se realizar a pesquisa de campo, a partir de setembro 2022, após aprovação do sistema CEP/CONEP e finalizá-la em novembro de 2022. Estão previstas para a pesquisa, 06 entrevistas com as mulheres detentoras de saberes no uso das plantas medicinais, 04 rodas de diálogos direcionadas as mulheres e caminhadas de percurso no Território. Sendo que a primeira roda de diálogos que conta com sua participação tem a finalidade de apresentar de forma coletiva a proposta, os dois outros momentos para alinhamento de informações e a última roda de diálogos com o objetivo de apresentar a devolutiva da pesquisa para você e para as demais mulheres envolvidas na pesquisa. A pesquisa obedecerá aos trâmites tradicionais, por meio da consulta prévia ao Conselho Indígena Tremembé da Barra do Mundaú- CITI, momento no qual a participação das lideranças é fundamental para autorização da mesma e para indicação do nome das participantes nesta. A pesquisa agrega valor contando com a participação de 03 profissionais da saúde que serão igualmente entrevistados. O propósito é compreender como saberes e práticas de cura tradicionais são compreendidas e apropriadas pela equipe de saúde indígena no território Tremembé da Barra do Mundaú.

É importante destacar que a pesquisa será realizada conforme o tempo disponível das mulheres, cabendo a pesquisadora adequar-se a este. Esta poderá ser presencial ou remota de acordo com o contexto da pandemia e disponibilidade da participante.

Quanto aos riscos, a pesquisa atenderá aos processos legais e tradicionais referente a estudos com povos indígenas. Serão respeitados todos os protocolos e orientações sanitárias construídas pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI- Ceará, assim como as recomendações da Organização Mundial de Saúde, documentos e orientações da Escola de Governo Fiocruz Brasília, do protocolo institucional do CETRA, elaborado para lidar com as ações institucionais no contexto da pandemia e aquelas previstas nos decretos do estado do Ceará no tocante a pandemia da COVID-19. Serão respeitados todos os protocolos e orientações sanitárias construídas pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI- Ceará, assim como as recomendações da Organização Mundial de Saúde, documentos, protocolos e orientações da Fundação Oswaldo Cruz - e do CETRA, elaborados para lidar com as ações institucionais no contexto da pandemia e aquelas previstas nos decretos do estado do Ceará no tocante a pandemia da COVID-19. Serão concedidos equipamentos de prevenção a COVID-19 como máscara facial cirúrgica e álcool 70%. Reitera-se que a pesquisadora se encontra com ciclo de vacinação concluído em todas as etapas sendo assegurada que a descida a campo se dará mediante certificado nacional de vacinação COVID-19 e atestado médico de não portadora de moléstia infectocontagiosa. Outrossim a pesquisa apresenta seus riscos e nesta, alguns

constrangimentos podem ser gerados em razão das entrevistas e das gravações de áudio e vídeo em quaisquer de suas etapas. Com vistas a evitar a exposição dos participantes no campo da aplicação de entrevistas e no âmbito da observação de campo, evitar-se á que sejam realizadas perguntas pessoais em espaços coletivos, resguardando o sigilo necessário aos participantes, sendo o exercício de uma escuta sensível premissa para a realização desse estudo.

Durante toda a pesquisa será dada atenção as linguagens expressas pelos participantes, linguagens verbais e não verbais como forma de minimizar danos e evitar quaisquer tipos de desconfortos, seja no âmbito da realização das rodas de diálogos com as mulheres, das conversas individuais, das caminhadas de percurso e das entrevistas realizadas com você.

Destacam-se como benefícios diretos, além da projeção de visibilidade aos saberes e práticas da medicina tradicional desenvolvida por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú e sua relação com a promoção da saúde, um produto final sob forma de sistematização de experiências sobre os saberes e práticas tradicionais de cura utilizados na medicina tradicional por mulheres Tremembé da Barra do Mundaú. Além destes benefícios, a inserção dos três profissionais de saúde da equipe indígena deve favorecer uma melhor compreensão acerca das relações e efetivação das políticas indígenas no âmbito da dialogicidade e respeito aos saberes ancestrais do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Todas as informações desta pesquisa serão tratadas com zelo e os nomes dos participantes divulgados após consentimento, se o assim preferirem e autorizarem. As informações serão socializadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários (somente dos que foram autorizados uso de voz e/ou imagem e conteúdo) e entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado a opção do sigilo sobre a sua participação caso assim o desejar.

Este Termo será lido pela pesquisadora responsável durante o convite para participar da entrevista, nesse momento caso ocorram dúvidas, as mesmas serão explicadas a fim de que sejam sanadas. Estaremos atentos aos procedimentos em quaisquer etapas em ambiente virtual, conforme Ofício Circular nº2/2021/CONEP/CNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021. Reitera-se os direitos enquanto participantes contidos na Resolução nº 510 de 2016 do CNS, artigo 9º, o de ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa. Reforça-se que as imagens e os sons só serão utilizados após a concordância dos participantes após serem amplamente esclarecidos. Observando ainda o que preconiza o art artigo 9º, apresentam-se ao final deste Termo as opções seguintes para você: a) sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz; b) “não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz”; c) "autorizo a gravação de conteúdo, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz.

As informações estarão sob a responsabilidade da pesquisadora e serão mantidas em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade por um período mínimo 5 anos, após o término da pesquisa, conforme previsto no item, XI.2, alínea f, da resolução 466/2012.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores

(ressarcimento de transporte e alimentação), assim como será oferecida assistência integral, imediata e gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes desta pesquisa.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o **Comitê de Ética em Pesquisa e através do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de Brasília localizado na Avenida L3 Norte, Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, Bairro Asa Norte, CEP: 70.910-900 - Brasília - DF. Telefone: (61) 3329-4746/ (61) 3329- 4607 / ou pelo e-mail: cepbrasil@fiocruz.br**. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. **Do mesmo modo, pode-se consultar de forma livre, o Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, que é a instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos e que possui autonomia para análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional). Sendo o mesmo localizado no endereço SRTVN- Via W5 Norte- Edifício PO 700-Quadra 701, Lote D-3º andar- Asa Norte, CEP:70.719-040, Brasília (DF), telefone (61) 3315 5877, no horário de atendimento das 9h às 18 h.**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **“PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE”**, como voluntário (a). Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos (sobre a gravação de voz e imagem) e sobre a importância de ter este documento salvo em computador ou impresso, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade

- a) ☐ **SIM, autorizo gravação e /ou divulgação da minha imagem e/ou voz.**
- b) ☐ **NÃO, Não autorizo gravação e /ou divulgação da minha imagem e/ou voz.**
- c) ☐ **SIM autorizo a gravação de conteúdo, mas NÃO a divulgação de minha imagem e/ou voz.**

Local e data _____

Assinatura do participante

SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES

Agradecemos sua participação!

APENDICE IV



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

TÍTULO DA PESQUISA: PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONALDE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE

Prezado/a,

Convidamos o/a Sr./a para participar como voluntário/a da pesquisa “**PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONALDE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE**” que está sob a responsabilidade direta da pesquisadora **Suyane de Lima Reis Fernandes**, residente a Rua Ricardo de Araújo Braga,298, Jardim das Oliveiras, CEP 60.821-290, Fortaleza/Ceará, e-mail:suyane.lrf@gmail.com e com telefone para contato(85) 9.91520010.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concordar com a realização do estudo, iniciaremos este. Orientamos que imprima e/ou salve este documento no computador ou celular para amparo legal, em atendimento a Resolução do CNS nº 510/2016 Artigo 15.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se a participar desta pesquisa. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Trata-se uma pesquisa que se propõe contribuir para visibilizar o debate sobre a produção do conhecimento tradicional na vida dos povos indígenas, fortalecendo seus saberes populares e o direito que têm de decidirem sobre suas práticas no campo da medicina tradicional dentro de seus contextos locais, reconhecendo tais saberes e práticas como sistemas de cuidados de saúdeque beneficiam sua população no âmbito do território e em que muitos contribuem para a promoção da saúde popular. A intenção é de agregar a ciência acadêmica ao saber tradicional potencializando as forças para promover saúde e atribuir visibilidade as práticas de uma medicina tradicional sob o recorte do importante trabalho desenvolvido por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú. São muitas as questões que fortalecem essa pesquisa, fazendo desta, uma iniciativa de valorização do conhecimento e da promoção a saúde das populações do campo, das florestas e das águas.

É uma pesquisa que corrobora ainda com algumas políticas públicas instituídas no território como Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF), com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas (PNPMF) e com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígena (PNASPI).

O objetivo principal deste trabalho é analisar os saberes e práticas tradicionais de cura desenvolvidas por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú do município de Itapipoca, Território Litoral Oeste, Vale Curu do Estado do Ceará. Buscar-se-á analisar como esses conhecimentos e práticas se desenvolvem a partir da medicina tradicional indígena e sua relação para promoção da saúde no território Tremembé da Barra do Mundaú. A pesquisa terá como sujeitos sociais na centralidade do estudo, 06 mulheres indígenas detentoras de saberes ancestrais sobre as plantas medicinais e que fazem uso e manejo dessas ervas no trato do corpo e da alma.

A pesquisa tem como objetivos específicos: contextualizar o Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú; caracterizar as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú envolvidas na produção de saberes e práticas tradicionais de cura; sistematizar as experiências das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú em relação aos saberes e práticas tradicionais de cura utilizados na medicina tradicional e conhecer como os saberes e as práticas de cura tradicionais são compreendidas e apropriadas pela equipe de saúde indígena no âmbito da promoção à saúde do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Sua inserção como profissional da equipe de saúde indígena deste território na pesquisa, dialoga exatamente com esse último objetivo, qual seja, conhecer como a medicina tradicional indígena é compreendida e apropriada pela equipe de saúde indígena que atua na terra indígena dos Tremembé da Barra do Mundaú.

Estima-se realizar a pesquisa de campo, a partir de setembro 2022, após aprovação do sistema CEP/CONEP e finalizá-la em novembro de 2022. Estão previstas para a pesquisa de campo 06 entrevistas com as mulheres detentoras de saberes no uso das plantas medicinais, 04 rodas de diálogos direcionadas às mulheres e caminhadas de percurso no Território. Especificamente com os profissionais de saúde serão realizadas entrevistas semiestruturadas, presencial ou remota de acordo com a necessidade e conjuntura local, levando-se em conta a própria dinâmica do contexto da pandemia da Covid-19. Será acordado de forma prévia o local da pesquisa e o tempo previsto para esta é de cerca de 1h. Será considerado para realização da pesquisa ainda a disponibilidade e dinâmica de trabalho do/a profissional.

Quanto aos riscos, a pesquisa atenderá aos processos legais e tradicionais referente a estudos com povos indígenas. Serão respeitados todos os protocolos e orientações sanitárias construídas pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI- Ceará, assim como as recomendações da Organização Mundial de Saúde, documentos, protocolos e orientações da Fundação Oswaldo Cruz e do CETRA, elaborados para lidar com as ações institucionais no contexto da pandemia e aquelas previstas nos decretos do estado do Ceará no tocante a pandemia da COVID-19. Serão concedidos equipamentos de prevenção a COVID-19 como máscara facial cirúrgica e álcool 70%. Reitera-se que a pesquisadora se encontra com ciclo de vacinação concluído em todas as etapas sendo assegurada que a descida a campo se dará mediante certificado nacional de vacinação COVID-19 e atestado médico de não portadora de moléstia infectocontagiosa.

Outrossim, a pesquisa apresenta seus riscos e nesta, alguns constrangimentos podem ser gerados em razão das entrevistas e das gravações de áudio e vídeo em quaisquer de suas etapas. Com vistas a evitar a exposição dos participantes no campo da aplicação de entrevistas e no âmbito da observação de campo, evitar-se-á que sejam realizadas perguntas pessoais em espaços coletivos, resguardando o sigilo necessário aos participantes, sendo o

exercício de uma escuta sensível premissa para a realização desse estudo.

Durante toda a pesquisa será dada atenção as linguagens expressas pelos participantes, linguagens verbais e não verbais como forma de minimizar danos e evitar quaisquer tipos de desconfortos, seja no âmbito da realização das rodas de diálogos com as mulheres, das conversas individuais, das caminhadas de percurso e das entrevistas realizadas com você, profissional de saúde.

Destacam-se como benefícios diretos, além da projeção de visibilidade aos saberes e práticas da medicina tradicional desenvolvida por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú e sua relação com a promoção da saúde, um produto final sob forma de sistematização de experiências sobre os saberes e práticas tradicionais de cura utilizados na medicina tradicional por mulheres Tremembé da Barra do Mundaú. Além destes benefícios, a sua inserção, enquanto profissional de saúde da equipe indígena que atua no território da pesquisa deve favorecer uma melhor compreensão acerca das relações e efetivação das políticas indígenas no âmbito da dialogicidade e respeito aos saberes ancestrais do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

Todas as informações desta pesquisa serão tratadas com zelo e os nomes dos participantes divulgados após consentimento, se o assim preferirem e autorizarem. As informações serão socializadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários (somente dos que foram autorizados uso de voz e/ou imagem e conteúdo) e entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado a opção do sigilo sobre a sua participação caso assim o desejar.

Este Termo será lido pela pesquisadora responsável durante o convite para participar da entrevista, nesse momento caso ocorram dúvidas, as mesmas serão explicadas a fim de que sejam sanadas. Estaremos atentos aos procedimentos em quaisquer etapas em ambiente virtual, conforme Ofício Circular nº2/2021/CONEP/CNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021. Reitera-se os direitos enquanto participantes contidos na Resolução nº 510 de 2016 do CNS, artigo 9º, o de ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa. Reforça-se que as imagens e os sons só serão utilizados após a concordância dos participantes após serem amplamente esclarecidos. Observando ainda o que preconiza o art artigo 9º, apresentam-se ao final deste Termo as opções seguintes opções para você: a) sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz; b) “não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz”; c) "autorizo a gravação de conteúdo, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz.

As informações estarão sob a responsabilidade da pesquisadora e serão mantidas em arquivo físico ou digital, sob guarda e responsabilidade por um período mínimo 5 anos, após o término da pesquisa, conforme previsto no item, XI.2, alínea f, da resolução 466/2012.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação), assim como será oferecida assistência integral, imediata e gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes desta pesquisa.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa e através do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de Brasília localizado na Avenida L3 Norte, Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, Bairro Asa Norte, CEP: 70.910-900 - Brasília - DF. Telefone: (61) 3329-4746/ (61) 3329- 4607 / ou pelo e-mail: cepbrasil@fiocruz.br. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. **Do mesmo modo, pode-se consultar de forma livre, o Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, que é a instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos e que possui autonomia para análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional).** Sendo o mesmo localizado no endereço SRTVN- Via W5 Norte- Edifício PO 700-Quadra 701, Lote D-3º andar- Asa Norte, CEP:70.719-040, Brasília (DF), telefone (61) 3315 5877, no horário de atendimento das 9h às 18 h.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo “**PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE**”, como voluntário (a). Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos (sobre a gravação de voz e imagem) e sobre a importância de ter este documento salvo em computador ou impresso, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade

- a) ☐ **SIM, autorizo gravação e /ou divulgação da minha imagem e/ou voz.**
- b) ☐ **NÃO, Não autorizo gravação e /ou divulgação da minha imagem e/ou voz**
- c) ☐ **SIM** autorizo a gravação de conteúdo, mas **NÃO** a divulgação de minha imagem e/ou voz.

Local e data _____

Assinatura do participante

SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES

Agradecemos sua participação!

APENDICE V

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu Suyane de Lima Reis Fernandes, Brasileira, Assistente Social, vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS/Fiocruz Brasília), do Curso Mestrado Profissional com enfoque na Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, CPF: 420.044.113-68 abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso como coordenadora da pesquisa intitulada: **PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ - CE**, seguindo

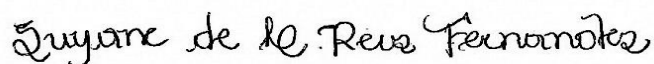
todas as orientações instauradas nos termos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me: 1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros; 2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso; 3. A não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado; 4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Fortaleza, 20 de outubro de 2022

SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES

APENDICE VI**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

Declaro para os devidos fins que Eu, **SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES, CPF ° 420.044.113-68**, pesquisadora principal do estudo, ***Plantas que curam: o saber tradicional de mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú – Ceará***, não irei patentear, nem mesmo usar para fins comerciais, as informações, dados, conhecimentos e saberes tradicionais adquiridos e catalogados durante a pesquisa de campo, estes apenas serão utilizados de acordo com os objetivos propostos e explicitados pela pesquisa e com consentimento prévio do povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú, em conformidade com a Lei 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.



Pesquisadora

Fortaleza, 18 de Junho de 2022

ANEXOS - ANUÊNCIAS

+55 85 3103-3889
 cetra1981@cetra.org.br
 www.cetra.org.br
 @cetraceara



CARTA DE ANUÊNCIA

O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA vem, por meio desta, de acordo com suas competências regimentais e estatutárias, declarar apoio para execução do projeto de pesquisa intitulado **"PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ - CE."** O referido projeto encontra-se sob responsabilidade de nossa funcionária SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS/Fiocruz Brasília), do Curso Mestrado Profissional com enfoque na Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, no período: 2020- 2022 sob orientação da Professora Doutora Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Coorientação da Msc. Doutoranda Bianca Coelho Moura. Diante do exposto e ciente da pesquisa, o CETRA assume o compromisso de apoiar, em todas as etapas do projeto, o desenvolvimento da referida pesquisa. Entendemos que a pesquisa em questão contribuirá para além do aperfeiçoamento pessoal de nossa funcionária, para a qualificação de uma prática pedagógica institucional que favoreça os diálogos entre as populações indígenas e a promoção a saúde, produzindo novos saberes e inovações, valorizando a ancestralidade indígena em suas práticas tradicionais, incidindo de forma direta no fortalecimento das políticas públicas em saúde e das políticas indigenistas nos territórios de ação institucional, especialmente junto ao povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú.

Fortaleza/CE, 29 de Setembro de 2021.



Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora
 -CETRA-
 Maria José Martins Alves
 Presidente

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA
 Rua Capim do Galvão, 3642 - Casa Amarela, Yanguê - Fortaleza - Ceará, Brasil | CEP: 60120-143
 FONE: (85) 322-574/3031-3115 e 3103-3889 | e-mail: cetra@cetra.org.br | www.cetra.org.br



CARTA DE ANUÊNCIA

O Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca - CITI, inscrito no CNPJ nº 17.324.511/0001-61, neste ato representada por sua presidente, CLÉIDIANE CASTRO DE OLIVEIRA, CPF: 012.206.293-08, DECLARA que está ciente e apoia em todas suas etapas a realização do Projeto de Pesquisa intitulado: **PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE**, que está sob responsabilidade da discente SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES, com orientação da Professora Doutora Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Co-orientação da Me. Doutoranda Bianca Coelho Moura e encontra-se vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS/Fiocruz Brasília), do Curso Mestrado Profissional com enfoque na Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, no período: 2020-2022, Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde, Turma Saúde, Ambiente e Trabalho, linha de pesquisa, Saúde e Justiça Ambiental.

Itapipoca, 25 de Agosto de 2021.


 Cléidiane Castro de Oliveira - CPF:012.206.293-08
Presidente do Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca - CITI

CONSELHO INDÍGENA TREMEMBÉ DE ITAPIPOCA - CNPJ: 17.324.511/0001-61
 TERRA INDÍGENA TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ - ITAPIPOCA - CEARÁ



Conselho Local de Saúde Indígena - CONLOSI

CARTA DE ACEITE

Itarema - CE, 22 de Outubro de 2021.

O Conselho Local de Saúde Indígena CONLOSI Itarema, CE, declara para os devidos fins que está de acordo com a execução o projeto de pesquisa intitulado "PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE", sob responsabilidade da discente SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES com orientação da Professora Doutora: Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Co-orientação da Me. Doutoranda Bianca Coelho Moura, vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS/Fiocruz Brasília), do Curso Mestrado Profissional com enfoque na Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, no período: 2020-2022. O CONLOSI-CEARÁ apoia assim a pesquisa em questão, tendo clareza da importância da mesma para os povos indígenas e para a sociedade.

Nome: Maria de Jesus Sobrinho
 CPF: 678.990.053-53
 E-mail: Diê.Sobrinho@GMAIL.COM
 Contato: 8898174.0350

Maria de Jesus Sobrinho
MARIA DE JESUS SOBRINHO
PRESIDENTE do CONLOSI



**Ministério da Saúde Secretaria
Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena – Ceará
Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará –
CONDISI-CE
CARTA DE ANUÊNCIA**

O Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará CONDISI-CE vem manifestar concordância, por meio de seu presidente subscrito abaixo, de acordo com suas competências regimentais e estatutárias e criado em consonância com as diretrizes, propostas e políticas estabelecidas pela Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS (SASISUS), conforme os termos da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e Portaria GM/MS nº 3.021, de 04 de novembro de 2020.

Considerando a aprovação no Conselho Local de Saúde Indígena Tremembé e aprovação da plenária do CONDISI-CE na 1ª Reunião Ordinária 2021 que ocorreu no Período de 18 a 22 de Outubro de 2021 em Canindé.

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**PLANTAS QUE CURAM: O SABER TRADICIONAL DE MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ – CE.**” O referido

projeto encontra-se sob responsabilidade da discente **SUYANE DE LIMA REIS FERNANDES**, com orientação da Professora Doutora. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Co-orientação da Me. Doutoranda Bianca Coelho Moura encontra-se vinculada ao Programa de Pós- Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS/Fiocruz Brasília), do Curso Mestrado Profissional com enfoque na Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, no período: 2020-2022.

Diante do exposto e ciente da pesquisa, esse Conselho Distrital assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa.

Fernando José de Moura Neto
Presidente do Condisi / Ce
CPF 603.605.833-00
MS/SESAI/DSEI - CE

Fortaleza-CE, 26 de Outubro de
2021

**FERNANDO JOSÉ DE MOURA NETO
Presidente do CONDISI-CE
BSE/MS/SESAI. Nº 18 - 30/04/2018**



Ministério da Saúde
Secretaria Especial da Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará

TERMO DE ANUÊNCIA DO COORDENADOR DO DSEI

O Sr. Armando Cardoso Chaves do DSEI -CE está de acordo com a realização, neste local da pesquisa PLANTAS QUE CURAM: O saber tradicional de mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundau - CE, de responsabilidade da pesquisadora Suyane de Lima Reis Fernandes para Analisar os saberes e práticas tradicionais de cura desenvolvidas por mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundau de Iapiçaca, Ceará e sua relação na promoção da saúde no território indígena, após a aprovação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

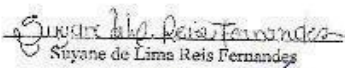
O estudo envolve (marque com um x):

☒	Realização de entrevista / aplicação de questionário
☐	Procedimentos clínicos ou cirúrgicos
☐	Pesquisa em prontuário
☒	Acesso a dados nominais
☐	Administração de medicamentos
☐	Realização de exames laboratoriais ou de imagem
☐	Utilização de qualquer material biológico humano
☒	Outro: Rodas de diálogos, escutas individuais

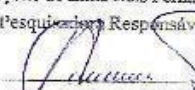
O pesquisador informa que a pesquisa será analisada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da instituição proponente, bem como será submetida à aprovação da CONEP, e está ciente de que as etapas do estudo envolvendo visita ou coleta de dados com a população indígena somente poderão ser iniciadas após a apresentação da aprovação pelo Sistema CEP/CONEP ao DSEI e ao Conselho Distrital de Saúde Indígena - CONDISI e/ou comunidades onde serão realizadas as atividades.

Lugar, data de mês de ano Fortaleza,

19 de novembro de 2021.


Suyane de Lima Reis Fernandes

Pesquisadora Responsável


Armando Cardoso Chaves
Coordenador do DSEI

Armando Cardoso Chaves
Coordenador do DSEI
Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará

ANEXO - PRODUTO DA DISSERTAÇÃO

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE RODA DE CONVERSA COM AS MULHERES

“No dia de sexta feira os indios saem pra caçar, na mata dos Tremembés todo índio chegou lá, tu apanha de lá que eu apanho de cá, nós vamos fazer o óleo do nosso batiputá”.

Trecho de canção dos Tremembé da Barra do Mundaú.

(Compositor: Zè Canã)

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

De acordo com Salgado (1) há poucas e diversas informações sobre a segurança alimentar e nutricional em sociedades indígenas. O autor revela que:

As sociedades indígenas remanescentes vivem uma saga particular de contato com nossa sociedade, que promove, em graus variados, uma ruptura com o *ethos* tribal, trazendo modificações nos seus modos de vida. Com a identidade étnica afetada pela perda de parte de suas tradições, absorvem novos elementos culturais. Passam assim a sobreviver de modo semelhante ao da sociedade que os cerca, absorvendo por vezes seus mesmos padrões de nutrição.

Pretende-se com este trabalho visibilizar e fortalecer o debate da segurança alimentar e nutricional e da valorização dos saberes e práticas alimentares do povo Tremembé da Barra do Mundaú a partir do protagonismo das mulheres refletindo sobre as relações em torno do alimento e tendo como subsídio a roda de conversas.

A opção por trabalhar com a roda de conversa tem em vista sua importância enquanto recurso técnico no trabalho de pesquisas de natureza qualitativa e etnográficas. De acordo com Mélo et al. (2),

As rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática (selecionada de acordo com os objetivos da pesquisa) e pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro.

Ademais, as rodas de conversa integram a pesquisa desta dissertação entre seus métodos de análise se mostrando uma experiência prazerosa e amplamente dialógica no

percurso desse trabalho.

A escolha pela temática, além do seu caráter atual, se dá em razão desta integrar cotidianamente o campo de produção dos conhecimentos do povo Tremembé da Barra do Mundaú, fazendo parte de uma pauta prioritária que é a produção de alimentos na perspectiva agroecológica e a valorização de sua cultura alimentar em diálogo com a segurança alimentar e nutricional. Além destas, é um debate integrante do campo de sua medicina tradicional.

Outro aspecto de relevância na escolha da temática é que ela integra o projeto Território e Vida Tremembé recentemente aprovado pelo CETRA para execução junto ao povo Tremembé, sendo essa atividade apontada pelos Tremembé da Barra do Mundaú, como estratégica no campo do fortalecimento do debate sobre segurança alimentar e nutricional indígena.

Nesse sentido a roda de conversa sobre cultura alimentar fortalece o debate da cultura alimentar e da biodiversidade local dialogando com as mulheres Tremembé, importantes detentoras de saberes na produção de conhecimentos nessa área.

Esse relatório segue como produto do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde da Fiocruz Brasília. Trata de discorrer sobre a roda de conversas com mulheres Tremembé com foco no debate sobre cultura alimentar e sua relação com a segurança alimentar dos Tremembé da Barra do Mundaú.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Contribuir para visibilizar e fortalecer o debate, saberes e práticas sobre segurança alimentar e nutricional das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú.

Objetivos Específicos

- Compreender os valores que envolvem o alimento para os Tremembé da Barra do Mundaú e o papel das mulheres na gestão desse conhecimento;
- Sistematizar os diálogos provenientes da roda de conversas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito constitucional e é definida como o acesso à alimentação adequada, integrando os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e nutricionais de uma determinada população (3).

Conforme Gamba e Montal (4), o medo da falta de alimentos (insegurança alimentar e a fome real) sempre estiveram presentes nas sociedades humanas ao longo da história. Entretanto, esse debate só toma maior relevância com o final da segunda guerra mundial.

O alimento sempre foi visto pelos governos como combustível da força de trabalho ou para produção de riquezas, considerado como commodities, foi levado a ter um significado predominantemente econômico (1). Nessa perspectiva os sistemas alimentares instituídos não consideravam a pluralidade humana, nem a questão ambiental, implicando na ameaça e perda de territórios indígenas e da agricultura familiar pelo avanço do capital.

Os recursos alimentares tradicionais, tanto os disponíveis na natureza, quanto os originários de sistemas de produção equilibrada, passaram de componentes da sobrevivência autóctone a mercadorias necessárias às frentes de expansão do capital nacional. Salgado (1)

Temos uma economia subordinada aos limites que a natureza estabelece para sua exploração. O agronegócio, transforma alimentos em commodities e aliado à biotecnologia moderna, desrespeita os limites da natureza sendo hoje, visto precisamente como a possibilidade de se converter algo que tinha de direito um valor ambiental, em algo que pode ter de fato um valor econômico (1).

Em 2006, o Brasil passou a regular e assegurar a todos os brasileiros e brasileiras e residentes no Brasil o direito à alimentação adequada e saudável, em quantidades suficientes e de oferta contínua, sem o comprometimento dos outros direitos com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (3). Porém, somente em 2010, a alimentação passou a ser reconhecida pela Constituição Federal brasileira como um direito social (5).

Em relação aos povos indígenas as preocupações com a segurança alimentar e

nutricional em suas sociedades são recentes. A III Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em maio de 2001, deliberou, como um dos principais desafios para o governo brasileiro, a garantia da segurança alimentar com a implementação de uma política específica de desenvolvimento sustentável dos povos indígenas.

Falar de segurança alimentar indígena no Brasil requer um olhar cuidadoso, para não se incorrer em generalizações. São muitas as dimensões a serem consideradas. Além dos diversos ecossistemas, com condições ecológicas distintas, tem-se uma grande biodiversidade com particularidades de adaptação ambiental.

Os povos indígenas possuem ampla diversidade cultural, sendo seu modo de vida, organização social e produtiva diverso em um Brasil com dimensão continental. Contudo, se o acesso à terra não for assegurado, estarão vulneráveis a insegurança alimentar e a fome. Os dados do primeiro inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas, revela que 32,7% das mulheres indígenas não grávidas, apresentam anemia. Essa situação é mais forte na região norte.

O contato com nossa sociedade promove rupturas no modo de vida indígena, afetando sua identidade, incidindo na perda de parte de suas tradições, fazendo com que essa população absorva padrões de consumo semelhantes aos nossos.

No que diz respeito aos Tremembé da Barra do Mundaú sobre seu modo de produzir cuidados com a terra e seu cultivo, sobre o significado do alimento para estes, desenvolvem suas agriculturas dialogando sempre com os saberes que adquiriram com seus antepassados e com os mais velhos a quem chamam de “troncos velhos”. A terra é sagrada e deve ser respeitada, pois, dela tudo retiram. Realizam suas experiências de produção especialmente em áreas de coletivo, de cercado, nos quintais produtivos e áreas de roçado.

A civilização Inca denominava a terra por Pacha Mama, ou mãe terra. A deificação da mãe terra e a sua feminilidade a faz onipresente, nutritiva e protetora; toda parideira, princípio e fim de todas as vidas. A terra é o

surgimento de todas as coisas, dela vem a razão da vida. É ela que nos supre constantemente com seus recursos naturais. (1)

A caça e a pesca são importantes no seu modo de vida.

O Território tem famílias em situação distinta no que se refere à situação de insegurança alimentar, mas não há identificação da condição de fome em estado grave e moderado. Os grupos organizados trabalham de modo a atender as necessidades individuais e da coletividade, sendo por vezes o alimento partilhado entre as famílias em maior situação de vulnerabilidade.

Organizando diversas estratégias na perspectiva da promoção da segurança alimentar em seu território, os Tremembé da Barra do Mundaú, celebram anualmente o Ritual do Alimento Sagrado como forma de ressaltar a cultura alimentar de seu povo e de reverenciar seus troncos velhos. A Festa do Murici e do Batiputá e a festa da Farinhada, citados durante a pesquisa da dissertação, são celebrações de reverenciamento ao alimento sagrado.

Seus rituais e debates buscam fortalecer hábitos e costumes de seu povo, falar do seu modo de vida, do que é importante para eles.

No contexto etnoambiental, debater sobre segurança alimentar e nutricional nos remete a reflexões sobre o ambiente onde estas populações vivem e sobre as relações de reciprocidade e sobrevivência.

4. A RODA DE CONVERSA

A roda de conversa foi realizada no dia 12 de janeiro de 2023, compôs parte da programação das mulheres dentro da XIV Festa Tradicional do Murici e Batiputá e contou com a participação de 26 mulheres entre indígenas e técnicas do CETRA. Teve abertura com um diálogo iniciado na casa de cura, momento de elevada espiritualidade onde as mulheres fizeram suas orações e entoaram cantos de comunicação com a encantaria. Esse momento abriu espaço para a caminhada até a camboa, onde as Mulheres Tremembé falaram do ritual do batismo nas águas sagradas da mata, da sua relação com a natureza e espiritualidade, com o alimento sagrado que a mata oferece.

A gente gosta muito de falar do que a gente come e plantamos. Nós temos nosso olhar e afeto para a mãe terra; é dela que tiramos tudo do que há de mais precioso para viver aqui, no nosso território. A gente fala da terra, mas tem a pesca ne, no córrego, no rio, nas lagoas e no mar também. (Fala de Manjerição, 2023)

Durante a caminhada até camboa, o grupo passa por uma área de sagrado coletivo onde os Tremembé se reúnem para se fortalecer e entrarem em contato com os encantados. A entrada nessa área foi conduzida por uma das Lideranças Tremembé.

A casa de cura e a conversa na camboa encerram o período da manhã desse dia. No retorno segue-se para o almoço. O fazer da comida fica em geral sob a responsabilidade das mulheres, reafirmando a cozinha como um espaço majoritariamente delas. Na conversa com uma das mulheres ainda na cozinha, elas falam que ainda quando criança aprendiam a fazer a galinha e a tratar os peixes.

Após o almoço, se caminha para as conversas livres em meio a atividade das pinturas corporais. Após esse momento, segue-se para a área que fica próxima ao olho d'água do Recanto dos Encantados, por trás da casa de cura.

Sob a sombra de uma grande mangueira em forma de círculo, houve uma breve fala

do CETRA a respeito da proposta da roda de conversa. Destacou-se a estratégia da roda pela sua facilidade de estimular a participação, a livre expressão de opiniões e o fortalecimento das relações interpessoais. Falou-se da importância do território para a segurança alimentar.

Falou-se do agravamento da fome no contexto da pandemia da Covid, de como a pandemia revelou a situação de insegurança alimentar dos povos indígenas, de como o avanço do agronegócio incide de forma negativa na vida das populações indígenas, de um complexo de fatores sociais, ambientais e econômicos que podem alterar os sistemas de produção nos territórios indígenas.

Em seguida, as mulheres falaram. Inicialmente sobre a importância de fortalecerem seus processos organizativo social, produtivo e político. As mulheres Tremembé da Barra do Mundaú comumente usam desses espaços para destacar suas trajetórias e estratégias de luta em defesa do seu território, sempre reafirmam a importância de seu papel em diversas áreas de atuação dentro e fora do território.

Elas falaram acerca da importância da proteção ambiental, da medicina tradicional indígena, da organização social e política, vinculando essas temáticas a cultura alimentar de seu povo. Conforme Boldo (2023) “todas as dimensões da vida estão interligadas”.

Sobre o processo de organização social das mulheres indígenas, a história tem mostrado que desde o fim da década de 1980 as mulheres indígenas têm participado de modo cada vez mais consistente de reuniões locais, nacionais e internacionais. Ao se reunirem com outras mulheres, esses novos espaços de discussão contribuem para a troca de experiências e conhecimentos e proporcionam um caminho para o fortalecimento e a consolidação de suas organizações.

E é sob esse constructo que as mulheres Tremembé da Barra do Mundaú se vêm fortalecidas. Em geral atribuem ênfase a seu processo de organização pois destacam que ele tem sido importante na sua luta e na sua inserção em importantes espaços de luta para o movimento

de mulheres indígenas e movimento indígena.

Articuladas, elas vêm se fortalecendo e qualificando a capacidade dos movimentos indígenas de mulheres. Cada vez mais atuantes e engajadas as mulheres Tremembé da Barra coordenam múltiplas ações em seu território e participam de forma ativa da Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE).

Na roda o debate da produção de alimentos se entrelaçou com o quintal, com a mata nativa, com o sagrado. O quintal é esse espaço de íntimas vivências e de encontro também com outras mulheres. Destacados como espaços de relevante produção alimentar, as mulheres demarcaram a importância da produção livre de veneno, das práticas agroecológicas que desenvolvem, de uma agricultura sem a intervenção de queimada. Destacaram a importância do consumo de produtos de sua cultura alimentar e da importância de nutrir o corpo e o espírito.

Não é somente comer e comer de qualquer jeito, comer bem é falar de saúde, e faz parte da nossa medicina. A gente sabe que os alimentos falam da nossa história né? Mas eles falam também da nossa organização, e da nossa resistência também. (Fala de Corama, 2023).

A cultura alimentar é tão importante para o povo Tremembé que ganha força quando é acionada pelas mulheres Tremembé da Barra. Para essas mulheres, comer bem é ter sabedoria alimentar, esse reconhecimento passa pelo acesso ao alimento, mas passa também por comer do seu território e é importante para elas que todos estejam bem nesse lugar.

Compõem uma boa mesa Tremembé da Barra do Mundaú, segundo as mulheres: o peixe assado com grolado, peixe assado com beijú, a tapioca, o beiju, a galinha caipira, o pirão de peixe e de galinha, a muqueca de arraia, dentre outros.

Além destes, foram evidenciados os tradicionais frutos medicinais murici e batiputá enquanto referências em sua cultura alimentar. Além do murici e batiputá, o mocororó e o café de milho, o mingau de araruta, o bolo de carimã, a moqueca de arraia, o moleque de feijão

maduro, o caldo de caridade, a galinha caipira com pirão

As mulheres compartilharam que do murici é possível fazer o suco, o doce e o aluá, enquanto do batiputá, pode-se extrair o óleo para fins medicinais e anti-inflamatórios e para combater a gripe e a gastrite. Há outros alimentos os quais elas usam para fazer o óleo tais como, o coco e o gergelim.

De acordo com Pinto et al (6) o uso das frutas pelos Tremembé da Barra foi um conhecimento aprendido e uma estratégia de sobrevivência a períodos difíceis de fome. Período no qual eles não podiam plantar nada em sua terra porque havia a figura daquele que se dizia “Senhor da Terra”, e que não permitia que fizessem nada para não caracterizar o uso capitão.

A gente sabe e de vez em quando a gente fala sobre isso para reafirmar mais a nossa força do que aquele tempo ruim, mas a gente sabe que apesar de aqui ter tudo e sempre teve, nem tudo a gente podia comer, não podia pegar, não podia plantar. E quando a gente plantava metade sempre ia pra ele que dizia que era dono da nossa terra. Então a gente precisa valorizar o que tem, o que a terra e a mata da pra gente, tudo o que ta no nosso quintal. A gente tem muita diversidade. (Fala Manjerição, 2023).

O acesso ao território, a terra para produzir e cultivar livre de venenos, o acesso a água foi destacado como fundamental para a produção de alimentos e manutenção da cultura alimentar Tremembé.

A água aparece como elemento do sagrado entre as narrativas das mulheres. Ela significa a reprodução a partir do cultivo do alimento, mas tem uma função mágico simbólica de limpeza e purificação.

A gente aqui tem muita água, tem nossos córregos, os olhos da água, tem o mar, tem as lagoas, são muitas, cada um tem uma função ne?! Á água que serve como alimento pra gente, serve também pra fazer nossos banhos de limpeza a fastar as energias ruins. (Fala de Boldo, 2022)

Em tal contexto, era fundamental o conhecimento acerca das frutas comestíveis. As frutas que, naquele momento histórico do povo Tremembé da Barra, estiveram relacionadas

com suas necessidades, com suas estratégias de sobrevivência e seu cenário sociopolítico. (6).

Conforme mostra Gamarra-Rojas (2004), *apud* Pinto et al (6)

As frutas do mato, possuem um grande potencial para passarem de testemunhas da fome a iguarias na mesa para muitas comunidades, onde os recursos naturais ainda se encontram preservados e os biomas oferecem frutíferas nativas sem exigências de trato, rústicas e com grande resistência às condições climáticas onde estão inseridas, pela sua adaptabilidade.

A roda de conversa torna clara a evidência que as mulheres buscam atribuir ao alimento proveniente do território. Esse alimento caracteriza uma formação cultural, identitária e alimentar dos Tremembé. Busca-se mostrar a força do sagrado presente nas plantas medicinais e em suas frutas medicinais e alimentícias.

Para falar dessa importância desses alimentos, ressalta-se:

Não fosse a cultura alimentar, a força da nossa espiritualidade, as nossas crenças nos nossos encantados, não teríamos chegado até esse momento. Aqui a gente tem tudo, tem a terra, tem a água, tem a nossa mata, tem o alimento e a gente tem a gente que é de luta e mulher guerreira. (Fala de Boldo, 2022).

A gente tem o domínio de muitos modo de fazer, porque a gente aprendeu com nossas mães e nossas avós, então a gente se preocupa em que os mais jovens tenham esse conhecimentos ne. A gente entende que essa é uma forma de a gente manter nossos conhecimentos vivos e de lutar contra a empresa. (Fala de Pepaconha, 2023)

As nossas músicas falam muito dos nossos alimentos e isso é a gente falando da nossa organização, da nossa cultura ne?! O Canã²⁵ ouve os encantados, a natureza e vai fazendo a letra que fala, das nossas mata, dos nosso alimento, da nossa luta e da nossa força. (Fala de Malva, 2022)

A gente tem muita diversidade aqui ne, e a gente tem o nossos mangue que da pra gente o caranguejo e a gente faz muitas coisas com ele. O nosso caldo é muito bom e forte e é bem temperadinho viu?! A gente come muito o peixe, o caranguejo, porque tudo ta aqui pertinho ne, no mar, no rio, e no mangue. (Fala de Malva, 2022).

²⁵ Seu Zé Canã, nome Jose Silvestre do Nascimento é indígena Tremembé da Barra do Mundaú, compositor de várias canções do ritual sagrado Torém. Muitas de suas músicas são criadas ou foram criadas nas andanças no alto do morro quando ia pegar suas cabras nas baixas.

A agricultura segundo elas, foi assumindo nova forma de produzir. Houve um tempo em que se queimava para a realização da broca. Só que a percepção de seu povo foi de não mais queimar e assumir outras formas de produzir. Nas baixas²⁶ se produz em formas de cercados, essa, são áreas muito importantes para os Tremembé.

Segundo as mulheres presentes, os aprendizados dos antepassados foram fundamentais para que se entendesse melhor sobre o modo de preparo da terra, sobre o melhor período de plantio de determinadas espécies e sobre a colheita.

Ao final da roda, foi feita uma rápida avaliação do dia, onde as mulheres falaram da vivência, da importância de seus coletivos organizados, da necessidade de se manterem firmes na luta. Foi destacada a força das mulheres Tremembé e da grande biodiversidade presente em seu território.

²⁶ As baixas são as áreas que ficam nas dunas fixas e nessa área se produz como forma de diversificar os espaços de produção. Essas áreas são áreas onde as famílias antigamente moravam

5. APRENDIZADOS E CONSIDERAÇÕES

A relevância do alimento para os Tremembé da Barra do Mundaú tem dois componentes, um nutricional e um outro que se vincula ao seu conhecimento tradicional e é integrante da sua medicina. Se relaciona assim, com suas práticas culturais e os diferenciam de outros grupos sociais.

O conhecimento tradicional sobre as frutas nativas, remete a sua história de luta e necessidade em defesa de seu território.

As dimensões alimentar, nutricional e ritualística envoltas nos alimentos tradicionais, são exaltadas nas cantigas Tremembé e simbolizam também sua resistência frente aos grandes empreendimentos e a degradação dos recursos naturais. Percebe-se, por exemplo, que o uso alimentar, medicinal, ritualístico e seu potencial econômico para essas comunidades podem se caracterizar como formas de resistência frente às investidas da especulação imobiliária, à erosão genética e à degradação dos recursos naturais. Dessa maneira, ocorre não apenas uma contribuição muito valorosa para cultura Tremembé, mas ainda uma melhoria da condição nutricional da comunidade indígena.

Verifica-se a partir das conversas na roda, das falas apontadas pelas mulheres, que entre os Tremembé da Barra do Mundaú, há uma gestão compartilhada do conhecimento e da valorização dos saberes locais, a partir dos diferentes diálogos intergeracionais.

Há uma diversidade de alimentos locais sendo consumidos pelo povo Tremembé. Há uma preocupação coletiva com todos, de modo que cada família é importante para esse povo.

Os trabalhos na cozinha são majoritariamente realizados por mulheres, embora algumas vezes encontrem-se as figuras de jovens homens nesse exercício.

Hábitos alimentares tradicionais dos Tremembé, como o café de milho e o mocoioró são muito referenciados.

Os Tremembé da Barra do Mundaú consomem com regularidade muito do que produzem. Identifica-se a presença de industrializados entre estes em razão da proximidade e contatos com hábitos alimentares externos a sua cultura.

É importante o cultivo da roça, do quintal e nas áreas das baixas para que haja manutenção dos hábitos alimentares com qualidade, e para valorização dos conhecimentos tradicionais como forma de garantia da segurança alimentar e nutricional.

As mulheres têm um importante papel na produção dos alimentos no território.

O reconhecimento dos hábitos alimentares dos povos indígenas pode incidir de forma a qualificar políticas públicas de segurança alimentar direcionadas aos povos indígenas

REFERÊNCIAS

1. Salgado CAB. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.1, p.131-186, jul. 2007.
2. Mélo RP. et al. *Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. Psicologia e Sociedade*, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.
3. BrasilL. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan)*. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União 2006; 18 set. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 24 jun. 20.
4. Gamba JC M.; Montal, ZMC. *Direito humano à alimentação adequada e responsabilidade internacional*. Seminário: Ciências Sociais e Humanas, v. 30, p. 53- 70, 2009.
5. Brasil. Leis e Decretos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
6. Pinto ALA, Matos MJ, Moura Rufino MS. *O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú*, Ceará. *Interações* (Campo Grande). 2018, fev; 19(1):15-8. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1623>

REGISTRO FOTOGRÁFICO





FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

RODA DE DIÁLOGOS COM MULHERES INDÍGENAS: Fortalecendo a Segurança Alimentar e Autonomia Indígena

DATA: 12/01/2023.

LOCAL: Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú

NOME	CPF	REPRESENTAÇÃO	CONTATO (e-mail, telefone)	ASSINATURA
MARIA RAYANE SILVA DOS SANTOS	085.769523-19	MULHER INDÍGENA	(88) 99633-8838	RAYANE SANTOS
F ^{da} JAELE DOS SANTOS NASCIMENTO	036.238.023-41	MULHER INDÍGENA	(88) 99628-8014	Jaele Nascimento
MARCIA MISTIGENE DOS SANTOS	007.864993-54	MULHER INDÍGENA	-	Marcia Mistigene dos Santos
LAIS VIRGINIO DO CARMO	034.968.633-86	MULHER INDÍGENA	(88) 9.8178.4466	Lais Virginia do Carmo
MARIO DAIVANIR E S. DUARTE	358.169.613-49	CETRA	(88) 9.9906.0770	Mario Davianir S. Duarte
MARIA VILMA DO NASCIMENTO	954.542.503-25	MULHER INDÍGENA	-	Maria Vilma do Nascimento
ALEXANDRA R. GOMES NASCIMENTO	010.869.622-73	MULHER INDÍGENA	(88) 9.973266-41	Alexandra R. Gomes Nascimento
RAIMUNDA VIDAL DOS SANTOS		MULHER INDÍGENA	(85) 8104.67-31	Raimunda Vidal dos Santos



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

RODA DE DIÁLOGOS COM MULHERES INDÍGENAS: Fortalecendo a Segurança Alimentar e Autonomia Indígena

DATA: 12/01/2023.

LOCAL: Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú

NOME	CPF	INSTITUIÇÃO	CONTATO (e-mail, telefone)	ASSINATURA
JULIENE VERSSIMO ROSA	058.166.333-09	MULHER INDÍGENA	88.98116 7359	Juliana Verssimo
CHIRLEANE CASTRO OLIVEIRA	058.166.343-80	MULHER INDÍGENA	88.98231 1792	Chirleane Castro
ALCIONE DA LINDHARES VERSSIMO		MULHER INDÍGENA		Alcione da Lindhares
AURINETE CARNEIRO DE CASTRO		MULHER INDÍGENA	(99) 999 169546	Aurinete Carneiro
FABIANA CARNEIRO DE CASTRO	018.186.613.10	MULHER INDÍGENA	-	Fabiana Carneiro de Castro
MARIA MARTA DO NASCIMENTO SILVA	04328034300	MULHER INDÍGENA	88/983224053	Maria Marta do Nascimento
MARIA AURÉLIA DOS SANTOS	05520099383	MULHER INDÍGENA	88) 96799577	Maria Aurélio dos Santos
MARIA CLÉIDE DO NASCIMENTO	051.981.743-51	MULHER INDÍGENA	-	Maria Cleide do Nascimento
ANDREZA DA SILVA NASCIMENTO	078.138.953-44	MULHER INDÍGENA	88) 998473285	Andreza da Silva Nascimento



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

RODA DE DIÁLOGOS COM MULHERES INDÍGENAS: Fortalecendo a Segurança Alimentar e Autonomia Indígena

DATA: 12/01/2023.

LOCAL: Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú

NOME	CPF	INSTITUIÇÃO	CONTATO (e-mail, telefone)	ASSINATURA
MARIA DE JESUS SANTOS	990.958.903-68	MULHER INDÍGENA	-	Maria de Jesus Santos
Mª DAIANA AIMEIDA DOS SANTOS	070.424.063-70	CETRA-FORTALEZA	DAIANA.AMEIDA@GMAIL.COM	Daiana Almeida
Mª VALDENE DO NASCIMENTO	015.603.663-03	MULHER INDÍGENA	8819.9611.8283	Mª Valdeno do Nascimento
ISABEL FELICIO ARAUJO SANTOS	066.524.963-21	VISITANTE - ITAPIRANGA	8519.9670.1942	Isabel Felicia Araujo dos Santos
MARIA MIENE DO NASCIMENTO	070.636.113-05	MULHER INDÍGENA	8819.9640.0499	Maria Miene do Nascimento
LLISANG DOS SANTOS	073.17653381	MULHER INDÍGENA	8819.9662.5137	Liliane dos Santos
FABRINA DA SILVA	061.291.763-09	MULHER INDÍGENA	8819.9610.0828	Fabrina da Silva
JOANA CARLA DOS SANTOS		MULHER INDÍGENA		Joana Carla dos Santos
ERGENE ROSA	928.070.833-15	MULHER INDÍGENA	8819.9615.3958	Ergene Rosa